



Cadernos

Ano IV, N. 3 – dez. 2010

de **Crítica Feminista**



Cadernos

Ano IV, N.3 – dez. 2010

de **Crítica Feminista**



SOS CORPO

Instituto Feminista para a Democracia

Coordenação Colegiada do SOS Corpo

Maria Betânia Ávila, Eleny Xavier e Carmen Silva

Comissão Editorial

Maria Betânia Ávila, Paula de Andrade,
Verônica Ferreira e Carmen Silva

Editoras

Paula de Andrade e Carmen Silva

Secretaria de Produção

Fátima Ferreira

Capa e Projeto Gráfico

Carlos Pellegrino

Revisão

Fabiano Gonçalves e Régine Badler

Fotos

Acervo pessoal Maria Amélia Teles (p. 120, 121, 128); Acervo pessoal Lilian Celiberti (p. 170, 173); Jesus Carlos / Imagem Latina (p. 100, 102, 118, 127, 135, 136, 149, 150, 151); Acervo Fundação Perseu Abramo (p. 104, 112, 27, 135, 136, 149, 150, 151); Acervo Arquivo Edgard Leuenroth/IFCH/UNICAMP (p. 132); Acervo Memorial Léia Gonzalez: fotos de Januário Garcia (p. 188, 197); Acervo Cotidiano Mujer (p. 158); Acervo SOS Corpo: Paula de Andrade, Rivane Arantes, Cláudia Rangel, Joana Santos, Carmen Silva, Ghustavo Távora.

Agradecemos especialmente a Dulce Pandofi, Lilian Gondim e Jesus Carlos.

Tiragem

1.000 exemplares

Impressão

Provisual

Apoio

EED, Oxfam-Novib e União Européia

Sugerimos e motivamos a reprodução total ou parcial das idéias aqui expostas por todos os meios conhecidos ou desconhecidos. Para cópia e difusão dos materiais publicados, favor citar as fontes.

SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia

Rua Real da Torre, 593, Madalena, Recife PE, cep 50610-000
Tel.: + 55 81 3087 2086 Fax: + 55 81 3445 1905
e-mail sos@soscorpo.org.br
www.soscorpo.org.br

Sumário



- 04 Desigualdades estruturais: desafios para o feminismo
Carmen Silva
- 06 As mulheres brasileiras no novo milênio: educadas e pobres
Hildete Pereira de Melo
- 28 O movimento de mulheres negras e a construção de novas concepções para a transformação social
Lúcia Xavier
- 44 O potencial subversivo da relação das mulheres com o trabalho
Elsa Galerand e Danièle Kergoat
- 68 Textualidade da liberação - liberdade do texto
Françoise Collin
- Pontos de vista Fórum Social Mundial
- 82 O Fórum Social Mundial como prática política e utopia crítica
Lilian Celiberti
- 94 Fórum Social Mundial: um processo, vários sujeitos
Taciana Gouveia
- Memórias Trajetórias de Resistência
- 104 Nova forma de pensar e fazer política
Rosalina de Santa Cruz Leite
- 118 O feminismo no cotidiano das prisões
Amelinha Teles
- 128 Da luta de resistência à ditadura ao feminismo
Criméia Alice Schmidt de Almeida
- 136 As relações de gênero entre mães e filhas/os na solidão da tortura
Eleonora Menicucci de Oliveira
- 152 Presas políticas no Recife
- Entrevista Lilian Celiberti
- 158 A democracia é um projeto sempre inacabado
Verônica Ferreira e Rivane Arantes
- Mulheres Inesquecíveis Lélia Gonzalez
- 188 Preciosas argumentações de Lélia Gonzalez
Angélica Basthi
- Inspirações
- 198 Quase ensaio sobre Amélia...
Maria Áurea Santa Cruz
- Resenha
- 200 Tempo de trabalho e vida cotidiana
Maria Rosa Lombardi

Desigualdades estruturais: desafios para o feminismo

Carmen Silva

Analisar a situação das mulheres no mundo e lutar por sua transformação nos parece ser o desafio central do movimento feminista. Nesta edição de *Cadernos de Crítica Feminista* pretendemos contribuir com o debate sobre os caminhos deste desafio a partir de questões estruturantes da realidade social. Além de análises sobre as relações sociais de gênero, este número traz elementos para o debate sobre o racismo e os meandros da exploração econômica. Nos propomos também, nesta edição, discutir as lutas por transformação a partir dos movimentos de mulheres, em diferentes contextos, e da presença no processo Fórum Social Mundial (FSM).

No primeiro bloco, feministas do Brasil e da França apresentam análises da situação das mulheres com foco na divisão sexual do trabalho e na questão racial. O movimento de mulheres negras, como sujeito político que articula o enfrentamento ao racismo e ao sexismo, é discutido a partir de suas relações e críticas ao feminismo e ao movimento negro. A nossa homenagem na seção *Mulheres Inesquecíveis* é para Lélia Gonzalez, incansável intelectual militante, que nos deixou um legado de



‘sementes preciosas para alimentar as mulheres negras em movimento’, como disse Angélica Basthi. Ainda no primeiro bloco, um sopro de inspiração filosófica nos ajuda a pensar sobre a criatividade, a arte e o conhecimento a partir das mulheres. E esse sopro se espraia até a seção *Inspirações*, na qual ideias sobre a música popular brasileira questionam o estabelecido, nos fazem rir e pensar.

Os caminhos encontrados no processo Fórum Social Mundial, suas conquistas e lacunas, e os desafios que apontam para o movimento feminista estão em debate na seção *Ponto de Vista*. Na seção *Memórias* temos um dossiê sobre o feminismo no contexto das ditaduras militares. Na edição passada o foco foi o feminismo no exílio; desta vez, trazemos histórias de mulheres que, vivendo no Brasil naquele período, foram presas, torturadas e participaram ativamente do movimento pela derrubada do regime ditatorial. A entrevistada deste número, Lilian Celiberti, feminista do Uruguai, contribui com estas memórias trazendo à tona reflexões sobre sua vivência nesse período.

Desejamos que este número possa contribuir com os debates teóricos e políticos no interior do movimento feminista, impulsionando e fortalecendo as alianças entre nós, apesar de nossas diferenças e das desigualdades resultantes das relações sociais de raça e de classe nas quais vivemos. Esperamos também que este debate possa ir um pouco além de nós mesmas e contribua para fortalecer o campo político dos movimentos sociais que lutam por transformação e que têm, no Fórum Social Mundial, um processo aglutinador de suas reflexões e suas lutas.

As mulheres brasileiras no novo milênio: educadas e pobres

Hildete Pereira de Melo

A transformação da sociedade brasileira nos últimos cinquenta anos mudou a vida das mulheres. Entre as décadas de 1930 e 1970, a vigorosa industrialização nacional, que foi acompanhada de uma rápida e descontrolada urbanização, provocou mudanças na estrutura social do país. Mas esse processo de desenvolvimento foi inconcluso porque as reformas agrária, tributária e social não foram realizadas e tal fato possibilitou a consolidação de uma sociedade partida entre o mercado de trabalho organizado, com políticas sociais de garantia da cidadania, e um grande contingente de pessoas despossuídas do progresso econômico.

Assim, a industrialização consagrou um mercado de trabalho com mulheres e homens recebendo reduzida remuneração e elevadas jornadas de trabalho. Desde os anos 1980, a economia brasileira registra uma estagnação da renda *per capita* e o novo modelo econômico liberal, que começou a ser implantado na década de 1990, com o desmonte do Estado desenvolvimentista empresário e regulador, provocou a desestruturação do mercado de trabalho



com desemprego elevado, dessalariamento das ocupações e ampliação do trabalho precário.

Essa situação foi agravada pela diminuição dos recursos do Estado, que atingiu o sistema de proteção social. Nesse quadro, o papel da família tem sido realçado como fator fundamental de bem-estar e qualidade de vida dos seus membros. Há uma íntima associação entre família e mulher, e ambas representam um fator decisivo de proteção para as pessoas. Metade da população brasileira de dez anos e mais não possui qualquer forma de rendimento e, portanto, tem seu bem-estar completamente determinado por transferências advindas da outra metade; essas transferências ocorreriam, em sua quase totalidade, no interior das famílias. Assim, no debate atual sobre o papel do Estado, chama-se atenção para os riscos de destruição dos laços familiares porque é necessário reduzir os gastos sociais. Com isso, aumentam ainda mais as dificuldades de avanço da construção da cidadania nacional. Há, portanto, uma íntima relação entre os aspectos econômicos e culturais que definem os papéis femininos e masculinos.

As enormes desigualdades existentes na sociedade brasileira permitiram uma incorporação maciça de mulheres no mercado de trabalho, sem que isso provocasse maiores mudanças nas relações de gênero. As empregadas domésticas são mulheres pobres, com baixa qualificação a custo baixíssimo e representam o maior contingente de trabalhadoras do país. A existência dessas trabalhadoras possibilita que a realização dos afazeres domésticos pelas mulheres não seja interrompida e continue sobre os ombros femininos, mesmo na ausência da mãe/dona-de-casa. Assim, a ida das mulheres ao mundo do trabalho não mudou a essência das relações sociais entre os

A ida das mulheres ao mundo do trabalho não mudou a essência das relações sociais entre os sexos.

sexos. A divisão sexual do trabalho não mudou: continua existindo trabalho de homem e de mulher. A novidade é que as mulheres saíram para o mundo público,

mas continuam acumulando o trabalho reprodutivo e o produtivo – este seguindo o princípio da hierarquização de que o trabalho do homem vale mais que o da mulher.

Na entrada do novo milênio, a política nacional foi sacudida pela vitória da oposição nas eleições de 2002, o que não mudou totalmente os rumos neoliberais do Estado brasileiro, mas alterou o rumo da política social nacional. Essa ação governamental “fez e faz” uma tentativa de institucionalizar as políticas sociais de transferências de renda, combate à pobreza e segurança alimentar. Na prática, essas políticas redefinem e reforçam o papel das mulheres na sociedade, ampliando os laços familiares¹. Todavia, este não é o objetivo deste artigo, que se limita a fazer uma retrospectiva das transformações vivenciadas pelas mulheres no final do século XX como resultantes da luta feminista da segunda metade do século passado e discute, nas páginas seguintes, as construções efetivas desses papéis.

A invisibilidade do trabalho das mulheres

O feminino é definido em relação ao papel da mulher na reprodução humana. Em quase todas as sociedades, o grosso da responsabilidade das tarefas diárias de cozinhar, limpar, atender a crianças, velhos e doentes recai sobre as mulheres. Essas atividades são chamadas de “trabalho doméstico” e podem ser acrescidas da produção de alimentos destinados a satisfazer as necessidades de uma família. Em uma perspectiva histórica, nas sociedades pré-industriais, era a família que organizava tais atividades – construção da moradia, móveis, artigos domésticos, comida, roupas, além da reprodução social, gerando os novos membros da sociedade. Não havia uma separação entre as atividades produtivas e o cotidiano. Mulheres, homens e crianças se misturavam na produção cotidiana da vida. Nos últimos 200

¹ Este artigo não discute esse aspecto do problema, apenas faz essa ressalva para melhor entendimento dos/as leitores/as.

anos, a sociedade industrial separou a produção dos bens (mercadorias) do âmbito familiar. As famílias passaram

a unidades de consumo, e essa separação trouxe consequências para os papéis femininos e masculinos:

1 – distanciamento social e espacial entre o cotidiano e as atividades mercantis de homens e mulheres;

2 – a mulher fica responsável pela família, mas essas atividades não geram riquezas;

3 – a participação das mulheres nas atividades mercantis, fora do lar, gera uma nova desigualdade, que é a dupla jornada de trabalho.

Melo *et alli* (2005), calculando a contribuição das tarefas domésticas para a geração do bem-estar social, estimaram que o Produto Interno Bruto (PIB) teria um crescimento de 13% no ano de 2003, caso essas tarefas tivessem sido mensuradas. No Brasil, calcula-se que 90% das mulheres trabalhadoras realizam tarefas domésticas, enquanto só 50% dos homens as fazem. As brasileiras, em média, gastam trinta horas semanais com essas atividades e os homens, apenas dez. No entanto, esses números sofreram alguma alteração para 2008: as mulheres ocupadas diminuíram sua carga de afazeres domésticos – passaram para uma média de 20,9 horas semanais –, enquanto a média dessa jornada para os homens foi de 9,2 horas semanais (houve também uma ligeira redução, mas insignificante no geral). Vejam: não só é menor o contingente de homens que se dedicam às atividades domésticas e dos cuidados, como é menor também o número de horas que gastam quando comparados à população feminina. Lamentavelmente, apesar do avanço do movimento de mulheres, a percepção da sociedade sobre o trabalho doméstico não se alterou. Sua realização permanece sendo uma obrigação feminina (Bandeira, Melo, Pinheiro, 2010).

A legislação brasileira que organiza o mercado de trabalho – a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) – estabelece um modelo formal das relações assalariadas, separando atividades incluídas e excluídas do corpo da lei. Os trabalhadores domésticos são excluídos da CLT e regidos por

O feminino é definido em relação ao papel da mulher na reprodução humana.

uma legislação especial, que data apenas de 1972. Essa lei define apenas alguns direitos legais para estas/es trabalhadoras/es. A Constituição de 1988 equiparou os trabalhadores rurais aos urbanos brasileiros, e às domésticas foram estendidos outros direitos, mas sem o conjunto dos direitos trabalhistas. Um exemplo dos direitos que não tinham sido incorporados a essa legislação específica, originária da Constituição de 1988: o seguro-desemprego e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Mesmo assim, em 2000, estes só foram estendidos **opcionalmente** para os trabalhadores domésticos. O que constitui um claro desrespeito à luta que as organizações de trabalhadoras domésticas vinham travando desde a primeira regulamentação, na década de 1970.

Como reagem as mulheres a essa “invisibilidade” dos afazeres domésticos? Nesses últimos trinta anos, houve uma crescente inserção produtiva das mulheres no mercado de trabalho. Essa inserção vem se diferenciando, tornando o mercado de trabalho mais competitivo entre os dois sexos, embora ainda permaneçam diferenças salariais importantes entre homens e mulheres. Mas temos ainda um grande contingente feminino que permanece fora do mercado de trabalho: quase quarenta milhões de mulheres. Mantém-se ainda certo padrão de divisão sexual e social do trabalho, que segmenta atividades produtivas e reprodutivas.

As mulheres continuam responsáveis pela família e por todos os aspectos da vida humana que não se exprimem em relações monetárias; estas permanecem obscuras e intimamente ligadas ao sexo feminino. O movimento de mulheres, que explodiu no mundo nos últimos quarenta anos do século XX, tentou colocar esse tema na agenda internacional. Todavia, a política só absorveu a participação feminina no âmbito da produção de mercadorias, deixando de levar em consideração as tarefas que só por razões afetivas as mulheres prestam aos demais seres humanos.

O que mudou? Mais velhas e mais educadas

Vejamos, de forma sintética, como esse processo aconteceu: o Brasil, em 1950, tinha cerca de 52 milhões de pessoas, das quais 50% eram mulheres; sua população mais que triplicou até 2000, atingindo 169.799.170 habitantes, dos

quais 51% são mulheres. Intensificou-se o processo de urbanização: em 1950, a população urbana era 36% do total e, em 2000, esse número atingiu 84%. O

No meio urbano, as mulheres com mais escolaridade conseguiram separar a sexualidade da reprodução.

crescimento populacional foi, em parte, devido à queda na mortalidade, devido aos novos medicamentos, bem como ao maior controle das doenças infectocontagiosas, à diminuição da mortalidade infantil, à urbanização e ao vigoroso desenvolvimento industrial. A esperança de vida, que entre 1940/50 era de 45,9 anos, cresceu para 68,6 anos em 2000. A taxa de fecundidade nos últimos trinta anos sofreu uma queda extraordinária, reduziu-se o ritmo de crescimento populacional e levou a um envelhecimento da população.

O resultado foi que o Brasil deixou de ser um país de jovens, e essa mudança é generalizada em todas as regiões do território nacional. A atual taxa de fecundidade total é de 2,1 filhos por mulher no final do período reprodutivo. Esses eventos significaram grandes mudanças na vida das mulheres e aconteceram em um tempo rápido, praticamente em apenas uma geração feminina. Pois passar de uma taxa de fecundidade total de cerca de 5,7 (1970) para 3,0 (1996) indica que as mulheres, sobretudo as jovens, obtiveram um grande controle sobre seus corpos e suas vidas. E esse efeito é visível, sobretudo, no meio urbano, no qual as mulheres, agora com mais escolaridade, conseguiram separar a sexualidade da reprodução. Claro que esse fenômeno está associado ao advento da pílula e à difusão dos métodos anticoncepcionais.

Com relação ao aumento da escolaridade feminina, sabemos que essa foi uma conquista das mulheres; ao longo de todo o século XX, empenharam-se para ter acesso às escolas e universidades nacionais. Na última década do século passado, observamos a redução significativa do analfabetismo feminino, embora, em 1991, o número de mulheres analfabetas com mais de 15 anos ainda fosse maior do que o de homens, como mostra a Tabela 1. Na verdade, a sociedade brasileira fez um grande esforço conjunto para vencer o analfabetismo, de modo que, entre 1991 e 2000, a taxa de analfabetismo na população brasileira passou de 20,07% para 13,63%.

A conquista mais espetacular do povo brasileiro foi a redução pela metade da taxa de analfabetismo, para ambos os sexos, na faixa etária de 15 a 19 anos. É bem verdade que o nível de escolaridade da população brasileira, considerando as pessoas acima de dez anos de idade, apresentou um crescimento muito lento entre 1981 e 1999. Nesses 18 anos, a escolaridade média dos brasileiros aumentou menos de dois anos. Em 1999, ela ainda era inferior a seis. Outro indicador que expressa o avanço da instrução feminina é o número médio de anos de estudo da população com mais de 25 anos: em 1990, os homens tinham 4,9 anos de estudo e as mulheres, 4,7; já em 2001, a situação se inverteu, com as mulheres registrando seis anos de estudo, em média, e os homens, 5,9 (Pnad/IBGE). Uma pequena diferença, mas uma vitória diante da disparidade encontrada em décadas anteriores. A boa notícia é que, em 2008, as mulheres com 15 anos ou mais tinham uma escolaridade média de 7,6 anos de estudo, comparados aos 7,3 anos entre os homens.

As Tabelas 2A e 2B mostram, para os anos finais do século XX e início do XXI, as matrículas das crianças e jovens brasileiros no sistema escolar nacional, segundo o sexo. Há uma ligeira supremacia masculina, nos anos de 2000 e 2009, no total de matrículas e nos níveis de escolaridade infantil e fundamental, com exceção das matrículas do ensino médio, em que as mulheres apresentam um número superior. À medida que se eleva o número de anos de estudo, os homens vão ficando para trás, provavelmente devido à entrada precoce no mercado de trabalho. Confirma-se, portanto, a ligeira supremacia feminina no que se refere à escolaridade, mas essa vantagem é conferida, sobretudo, pelas mulheres adolescentes e adultas jovens que frequentam o ensino médio, pré-vestibular, ensino superior e pós-graduação.

A distribuição da participação dos sexos no ensino superior é a seguinte: 43,5% dos alunos são do sexo masculino e 56,5%, do feminino; na pós-graduação, 48% dos alunos são homens e 52% são mulheres. Há, portanto, um relativo equilíbrio entre os sexos para os cursos de mestrado e doutorado e, considerando que as mulheres entraram tardiamente nesse nível de ensino, tal equilíbrio representa também uma vitória feminina.

Tabela 1 – Taxa de alfabetização e de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo o sexo – Brasil – 1991/2000

Ano	Total	Homens	Mulheres
Taxa de alfabetização			
1991	79,93	80,15	79,72
2000	86,37	86,23	86,50
Taxa de analfabetismo			
1991	20,07	19,85	20,28
2000	13,63	13,77	13,50

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000.

Tabela 2A – Número de matrículas segundo escolaridade e sexo – Brasil – 1998/2009

Nível de escolaridade	Total		
	1998	2000	2009
Infantil	4.111.120	4.421.332	6.699.109
Fundamental	35.792.554	35.717.948	31.512.884
Médio	6.968.531	8.192.948	8.288.520
Total	46.872.205	48.332.228	46.500.513

Fonte: MEC/Inep/Seec, 2002 e 2010.

Tabela 2B – Número de matrículas segundo escolaridade e sexo – Brasil – 1998/2009

Nível de escolaridade	Masculino			Feminino		
	1998	2000	2009	1998	2000	2009
Infantil	2.076.175	2.244.586	3.434.107	2.034.945	2.176.746	3.265.002
Fundamental	18.251.564	18.244.121	16.274.188	17.540.990	17.473.827	15.283.696
Médio	3.074.169	3.721.535	3.740.362	3.894.362	4.471.413	4.548.158
Total	23.401.908	24.210.242	23.448.657	23.470.297	24.121.986	23.096.856

Fonte: MEC/Inep/Seec, 2002 e 2010.

Em resumo, esses dados expressam um claro avanço das mulheres na carreira universitária e, mais interessante, indicam um promissor crescimento do interesse feminino por carreiras ditas masculinas. Veja-se o caso de uma das mais célebres escolas de engenharia do país – o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), fundado em 1950, na cidade de São José dos Campos, no Estado de São Paulo, e pertencente ao Ministério da Aeronáutica, só diplomou seis mulheres. A primeira turma com participação feminina é de 2000, havendo, no ano de 2002, apenas quarenta alunas (8%) e 460 homens (92%) inscritos no curso. Desde a aceitação da inscrição de mulheres para seu exame vestibular, o número de mulheres inscritas se multiplicou para o seu exigente exame de seleção. No ano de 2001, dos 8,3 mil inscritos para suas 130 vagas, 1,9 mil eram mulheres, ou seja, 22,5% de taxa de participação (*Aeita – O Suplemento*, nov/dez 2002), uma marca expressiva de que o novo está chegando lentamente.

Por último, para fechar este ligeiro panorama do processo educacional brasileiro e da discriminação que não é só de sexo, mas também de raça/cor, que ainda afeta a sociedade, olhemos a Tabela 3. Seus dados mostram a desagregação por cor da população ocupada brasileira, com diploma universitário, e constata-se que esta é majoritariamente branca, o que evidencia a enorme exclusão sofrida pela população negra. Pois a taxa de participação destes é de 16,8% – muito aquém da sua participação na população brasileira (cerca de 45%) –, enquanto a de origem asiática apresenta uma participação bem superior à sua representação entre os/as brasileiros/as. Os números mostrados na Tabela 4 refletem a participação das pessoas com curso superior no mercado de trabalho. Sabe-se que a taxa de participação deste segmento da população é muito alta, devido à valorização do diploma no mesmo. Nessa tabela, temos que a participação feminina nos ocupados com curso superior é 51,5%, para uma taxa de 48,5% do sexo masculino. Essa partição reflete a própria distribuição dos sexos na população, mas a maior participação feminina exprime uma grande vitória: no início do século XX: éramos analfabetas e, no fim desse século, a população feminina com instrução superior é mais numerosa do que a masculina.

A nódoa social fica pela desigual distribuição por cor/raça entre estudantes universitários/as. Longe de acompanhar a presença dos negros na

população brasileira, menos de 20% das pessoas universitárias pertencem à raça negra; muito distante da representação dessa população no total populacional, já que ela representa praticamente a metade deste. Quando desagregados por sexos, as/os negras/os apresentam taxas de participação similares, como mostra a Tabela 4. Isso significa que as negras acompanharam, em um grau bem menor, assim como os homens negros, as transformações educacionais do Brasil.

Tabela 3 – População ocupada com 3º grau segundo cor – Brasil – 2001

Cor	Nº	%
Branca	4.342.141	81,1
Preta	119.166	2,2
Parda	783.306	14,6
Amarela	106.245	2,0
Indígena	5.213	0,1
<i>Total</i>	5.356.071	100,0

Fonte: IBGE/Pnad, 2001. Tabulação especial.

Tabela 4 – População ocupada com 3º grau segundo cor e sexo – Brasil – 2001

Cor/Raça	Homens	Mulheres
Branca	81,9	80,2
Preta	2,3	2,1
Parda	13,6	15,6
Amarela/Indígena	2,2	2,0
<i>Total</i>	2.600.331	2.755.740

Fonte: IBGE/Pnad, 2001. Tabulação especial.

O poder e as mulheres

O desenvolvimento da sociedade capitalista consagrou uma divisão sexual do trabalho que relegou as mulheres a um papel subalterno na política, no mundo do trabalho fora de casa e na riqueza. Portanto, essa inferioridade se consubstancia nas diferenças patrimoniais entre os sexos: como mais da metade das mulheres estão fora do circuito da mercadoria – donas de casa –, suas possibilidades de apropriarem riqueza são limitadas ao patrimônio familiar. Além das diferenças devido ao sexo na apropriação da riqueza, as mulheres também sofreram junto com os homens a perda de seu poder aquisitivo, pois a distribuição funcional da renda no Brasil nos anos 1990 apresentou uma acentuada queda da massa salarial, de cerca de dez pontos percentuais – claro que os proprietários, não. Todos os trabalhadores empobreceram, mas particularmente as mulheres tiveram uma ligeira melhoria que reflete a sua entrada mais dinâmica no mercado de trabalho nesses anos. Temos, assim, boas notícias, mas ainda continuamos muito mais pobres que os homens.

Para melhor esclarecer esse ponto, vejam os dados da Tabela 5. Ela apresenta os dados do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* para os anos de 1991 e 2000. Notem que a década teve uma taxa média de crescimento muito baixa: 2,7% aa. Mas essas taxas são diferentes para mulheres e homens. O crescimento do PIB feminino foi de 27% no período e o masculino, de apenas 8,59%. É certo que houve uma melhora dos rendimentos femininos, mas verifique a disparidade entre os valores: o PIB masculino é mais do que o dobro do feminino em 2000. Apesar do extraordinário crescimento do feminino, as mulheres ainda continuam bem mais pobres que os homens.

A discriminação feminina fica evidente quando se olha para os rendimentos auferidos por ambos os sexos, cruzados por escolaridade. Essa realidade está explicitada na Tabela 6 para o ano de 2001, mas a diferença ainda existe. Os dados de 2008 (Pnad/IBGE) mostram que as mulheres ganham, em média,

O PIB masculino é mais do que o dobro do feminino em 2000.

cerca de 71% dos rendimentos masculinos (Bandeira, Melo, Pinheiro, 2010). O hiato entre os rendimentos feminino e

masculino diminui muito pouco com a escolaridade, mas é essa toda a igualdade que a educação propicia para a condição feminina. Permanecem outros fatores

O hiato entre os rendimentos feminino e masculino diminui muito pouco com a escolaridade.

que diferenciam os rendimentos entre os sexos e estes, com toda certeza, não são econômicos. Essa é uma realidade de todos os países e mercados de trabalho inerente à divisão sexual do trabalho, que desvaloriza o trabalho realizado pelas mulheres. De forma interessante, as/os analfabetas/os são tratadas/os com menor discriminação pelo capital; mulheres e homens recebem, ambos, rendas baixas, o hiato se acentua na medida que avança a escolarização, demarcando de forma mais sutil a segregação por gênero.

Tabela 5 – PIB per capita (em dólares) – Brasil – 1991/2000

Ano	PIB per capita total	PIB per capita Feminino	PIB per capita Masculino
1991	2.574	1.362	3.806
2000	2.916	1.731	4.133

Fonte: Censos Demográficos, 1991 e 2000 e IpeaData. Série deflacionada pelo deflator implícito do PIB nominal, taxa de câmbio R\$/US\$ comercial venda média de 2001. Metodologia do cálculo baseado no IDH/ONU e elaborado pela autora.

Tabela 6 – Brasil, Rendimento médio da população ocupada por sexo e anos de estudos, 2001. Em reais (set/2001)

Anos de estudos	Mulheres	Homens	Mulheres/homens
Até 3 anos	178,00	290,00	61%
4-7 anos	245,00	445,00	55%
8-10 anos	323,00	574,00	56%
11 anos e mais	786,00	1.377,00	57,00%

Fonte: IBGE – Pnad 2001, Tabulações especiais de Cristiane Soares.

Desde a promoção, pelas Nações Unidas, do Ano Internacional da Mulher, em 1975, transcorreram-se 27 anos, ao longo dos quais a condição feminina passou por profundas transformações. Da leitura biologizante de Freud, em que “anatomia é destino”, para a ideia de que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, como afirmou a pensadora francesa Simone de Beauvoir (1949), muitas lutas foram travadas pelos movimentos de mulheres, internacional e nacional, para mudar essa situação de subordinação. O movimento de mulheres brasileiras foi feliz, nestas últimas décadas, em eliminar da legislação brasileira um conjunto de normas e leis que restringiam o acesso das mulheres ao mundo do trabalho, mas, no espaço político, a representação feminina continuou muito baixa. Essa não era uma característica tupiniquim, mas um problema mundial. Por isso, o compromisso imperativo de Beijing² era com a incorporação das mulheres nos espaços de poder³. As mulheres com cargos eletivos, conscientes das dificuldades que todas enfrentam no espaço masculinizado do poder, lutaram bravamente para democratizar o processo eleitoral nacional, e o sistema de cotas foi a expressão desse empenho.

A pobreza tem cor!

A pobreza segue a distribuição racial da população brasileira. Os brancos são 55% e os negros, 44%, mas a distribuição da riqueza não segue essa distribuição racial. A população não pobre nem indigente é composta de 62% de brancos e 37,5% de negros (pretos e pardos). Esses números ficam mais dramáticos quando se considera apenas os pobres e indigentes. Os pobres são 61% negros e os indigentes, 71%. As taxas de participação de mulheres e homens seguem a mesma distribuição da população: há um saldo a mais de mulheres na população brasileira e, assim, estas são

² Nota da editora: Plataforma de Ação de Beijing, aprovada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim, China, 1995.

³ A baixa participação das mulheres no ambiente político levou a que as organizações femininas defendessem o sistema de cotas no processo eleitoral. Pode-se concluir que este já está consagrado pela lei em vários países: em 1992, 56 partidos políticos em 32 países tinham adotado as cotas no seu processo eleitoral.

relativamente mais numerosas em todas as raças, com exceção das mulheres pretas. A taxa de participação é idêntica entre mulheres e homens negros entre pobres e indigentes, e isto talvez signifique que as mulheres negras estão em pior situação de penúria e miséria do que o resto da população nacional.

A pobreza segue a distribuição racial, e como a população negra está concentrada no Nordeste e Norte, nessas regiões temos também concentrados os piores bolsões de pobreza do Brasil. No Nordeste, os negros são 70% da população; no Sul, 84% da população é branca de descendência europeia. A Região Sudeste apresenta a distribuição racial reversa da encontrada no Nordeste, isto é, a taxa de participação dos brancos é de 63% e a dos pretos e pardos, de 36%. Essa taxa de participação dos brancos mostra o peso da imigração europeia no Sudeste, em detrimento do forte afluxo dos nordestinos nos anos 1940/60 para a região. Esses dados são interessantes porque mostram que a concentração da pobreza segue de perto a concentração da população negra. Isso significa que a pobreza tem cor: é negra, seja mulher ou homem.

Sozinhas!

A implantação de políticas neoliberais pelo Estado brasileiro nos últimos anos penalizou seguramente mais as mulheres – elas são o esteio familiar da sociedade. A elas coube parte substancial do elevado custo social do processo de reestruturação produtiva, sendo mais afetadas as famílias com chefes mulheres e filhos pequenos. Como cerca de um terço das famílias brasileiras é indigente e pobre, isto significa quase 30 milhões de pessoas, ou 23% das famílias do Brasil. Mas a maior vulnerabilidade das famílias depende da etapa do ciclo familiar em que elas se encontram: as maiores probabilidades de ser pobre no Brasil estão nas famílias com chefes mulheres.

Dessa forma, o rosto feminino da pobreza tem seus traços pintados com a dissolução dos laços familiares que provocou um aumento relativo das famílias cujas pessoas de referência são mulheres. Estas respondem por 27% das famílias pobres e 25% das indigentes. A dramaticidade desses dados fica acentuada quando se olha para as crianças: a proporção das

que vivem com o responsável sem cônjuge passou de 11,2%, em 1991, para 16%, em 2000 (3,6 milhões de menores) e 50% dessas crianças (1,8 milhões) vivem com responsáveis mulheres sem cônjuges. Considerando apenas as crianças de zero a seis anos, essa taxa de participação atinge 18% (IBGE, 2000) e essa proporção é bem superior no Distrito Federal e nas cidades de Salvador, Recife e Belém.

Essa é uma triste realidade e uma sobrecarga para as mulheres, sobretudo as pobres, que veem seus companheiros mudarem de casa como quem troca de roupa, sem nenhuma responsabilidade com os filhos gerados. Assim, elas assumem sozinhas a tarefa de educar os filhos. Há uma maior concentração de crianças nas famílias indigentes e pobres, o que significa taxas de fecundidade mais altas nessas famílias, enquanto os idosos são mais numerosos nas famílias não pobres. Conclui-se, então, que se nasce mais na pobreza, mas se vive menos nela – provavelmente devido às péssimas condições de vida, que diminuem as chances de essas pessoas usufruírem os progressos da ciência. Essa informação é extremamente importante porque permite fazer um desenho de políticas públicas de proteção à família que privilegiem as pobres e indigentes para efeito de transferências de rendas.

Essa política deve levar em conta a disparidade dos rendimentos entre os sexos, pois, para as famílias indigentes, a renda mediana feminina era de R\$100,00, em 2001; e a renda média geral era de R\$ 112,48. Notem que esses valores são referentes a setembro de 2001, e o salário mínimo daquele ano era de R\$ 180,00. A situação feminina é agravada porque as mulheres têm maiores dificuldades de conciliar trabalho fora de casa com as tarefas de cuidar dos filhos e enfrentam discriminação no mercado de trabalho, auferindo menores rendimentos do que os homens.

Uma síntese da trajetória feminina

Analfabetas no início do século XX, as mulheres brasileiras fizeram extraordinários avanços na sua escolaridade e, no final do século passado, passaram a ter um grau de instrução, na média, superior ao dos homens. Cresceu sua participação no mercado de trabalho, embora ainda permaneçam diferenciais salariais; no entanto, estes diminuíram na década de

1990. É importante assinalar que esse diferencial de salário (que ainda persiste) é uma das explicações significativas da desigualdade de renda do país. A diferença em favor dos homens é muito grande – eles recebem 40% a mais que as mulheres. Essa diferença é pura discriminação e não é devido ao pior desempenho das mulheres na produção. Por último, esse hiato é maior nos domicílios chefiados por mulheres. A proporção de mulheres chefes de família tem crescido no Brasil e isso provavelmente tem um impacto enorme no aumento da pobreza e da exclusão social.

Todas essas mudanças aconteceram em paralelo a um aumento da participação feminina no mercado de trabalho, fato que ocorreu tanto aqui como em todos os países latino-americanos e não deixou de ser uma incorporação subordinada ao poder masculino. Claro que essa expansão da mão de obra feminina no mercado é uma barreira vencida pelas mulheres no seu processo de emancipação socioeconômica e teve grandes repercussões no mundo do trabalho.

Assim, as mulheres alcançaram mais altos níveis de escolarização e se inseriram de forma dinâmica no mercado de trabalho. Mas a discriminação que acompanha a construção social do feminino e do masculino ainda marca a vida social nacional. No entanto, não se pode minimizar o fato de que esse sucesso influenciou o comportamento e os valores sociais das mulheres, porque proporcionou alterações na formação da identidade feminina, coadjuvado pela separação entre a sexualidade e a reprodução, proveniente da difusão da pílula anticoncepcional.

Essa redefinição dos papéis femininos aconteceu em todas as classes sociais e elevou a taxa de participação feminina no mundo do trabalho e da política. É preciso assinalar que essa nova mulher mantém uma interdependência entre vida familiar e vida do trabalho, que se fundem numa mesma dinâmica para o sexo feminino. Esses aspectos positivos foram seguidos por um aumento das taxas de desemprego, diminuição da capacidade de geração de postos de trabalho na economia, modificações

Os homens recebem 40% a mais que as mulheres. Essa diferença é pura discriminação e não é devido ao pior desempenho das mulheres na produção.

As mulheres continuam concentradas em segmentos menos organizados da atividade econômica, são mais submetidas a contratos informais e têm menor presença sindical.

nas relações trabalhistas, crescimento da informalidade e queda das rendas do trabalho. Dessa forma, foi nesse contexto desfavorável ao trabalhador que as mulheres irromperam no espaço público.

Essa evidência remete à denúncia, pelo movimento de mulheres, da invisibilidade do trabalho feminino e às desigualdades que qualificam sua inserção produtiva (rendimentos inferiores, direitos previdenciários negados, obstáculos aos planos de ascensão a cargos e chefia). Em suma, as diferenças que se observam nas relações entre homens e mulheres não são de origem biológica, mas de caráter social e cultural. Esse enfoque conduz a uma nova abordagem das relações sociais assimétricas existentes entre mulheres e homens, e esta assimetria é atribuída à distribuição desigual do poder entre os sexos. Evidencia-se a reiterada ausência das mulheres do exercício do poder, tanto no setor público como no privado, e das esferas de representação política em que são tomadas decisões de caráter coletivo que interferem na dinâmica social, decisões que reafirmam os padrões históricos que determinam os papéis entre os sexos.

Não bastou ter ido em massa para o mercado de trabalho – essa intensa participação feminina não significou uma melhoria na renda das famílias. Provavelmente a queda da massa salarial brasileira não foi maior devido a esse aumento da participação das mulheres nesse mercado. Mas essa entrada ocorreu em um contexto econômico adverso. As políticas neoliberais e o dismantelamento do pouco que se tinha do Estado do bem-estar levaram a uma elevação do desemprego, flexibilização do mercado de trabalho, perda de importância relativa do assalariamento, que obrigou mulheres e homens a recorrerem a estratégias de sobrevivência que provocaram a precarização de suas condições de vida. As mulheres continuam concentradas em segmentos menos organizados da atividade econômica, são mais submetidas a contratos informais e têm menor presença sindical. E também se encontram mais expostas ao desemprego.

A penúria feminina é revelada na sua crueza porque tanto a renda média como a renda auferida pelas mulheres são inferiores à masculina para todos

os tipos de famílias, indigentes, pobres e não pobres. A desigualdade é uma realidade para todas as mulheres, e pode-se afirmar que ser mulher é quase sinônimo de ser pobre, sobretudo se for preta ou parda.

Para finalizar, colocamos algumas sugestões de pontos relevantes para políticas de gênero e pobreza, decorrentes do diagnóstico traçado neste trabalho. Almeja-se que instituições governamentais e a sociedade civil promovam um debate sobre eles e, dessa forma, seja possível traçar uma linha de ação de combate a essas desigualdades sociais.

O primeiro decorre de que a discussão da pobreza, sob o prisma de gênero, suscita questões específicas da vida das mulheres que os dados estatísticos nem sempre revelam ou mesmo ocultam, tais como o trabalho não remunerado e os afazeres domésticos. Desvendar a invisibilidade do trabalho feminino é importante para elaboração de políticas de combate à discriminação. No caso do trabalho sem remuneração, isso agrava a pobreza, pois, no contingente desses trabalhadores, a maioria é composta de mulheres. Essa é uma forma precária de inserção no mercado de trabalho e é uma realidade das camadas mais pobres da população. Como outros estudos já mostraram, as mulheres investem a maior parte dos seus rendimentos pessoais na manutenção da família; dessa forma, urge praticar uma política de renda que combata a discriminação salarial e o trabalho sem remuneração.

A segunda refere-se a que as políticas de gênero devem dirigir-se a atacar o problema da divisão sexual do trabalho entre os espaços doméstico e público. Essas políticas devem propiciar apoio à reprodução social, como ficou demonstrado na pesquisa. As famílias indigentes e pobres têm uma proporção de crianças muito superior à que é encontrada nas famílias não pobres. É preciso uma política de proteção à família. Assim, propomos a criação de uma rede de creches, restaurantes populares e lavanderias, que ajudarão as mulheres na realização dos afazeres domésticos, aliviando a pesada carga que atualmente recai nos ombros femininos. Além disso, o Estado deve

A discussão da pobreza, sob o prisma de gênero, suscita questões específicas da vida das mulheres que os dados estatísticos nem sempre revelam ou mesmo ocultam.

implementar uma política de renda que proteja as famílias pobres com crianças. As famílias com filhos, independentemente de serem chefiadas por mulheres ou homens, são as que apresentam rendimento médio mensal *per capita* mais baixo em nossa sociedade – pode-se afirmar que, mais que diferenças de gênero, é a presença de filhos que diminui os rendimentos familiares. Mas o quadro se agrava para as mulheres. As famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge e com filhos pequenos são as que apresentam os menores rendimentos mensais de toda a estrutura ocupacional nacional. Reiteramos a necessidade de desenvolver políticas que criem efeitos positivos sobre as possibilidades de inserção de todas as mulheres no mercado de trabalho, porque seguramente esse é melhor caminho para melhorar a situação feminina na sociedade.

A nossa terceira observação trata o caso das mulheres rurais. Este estudo mostra que o maior bolsão de indigência e pobreza é ocupado por essas trabalhadoras. Urge traçar políticas de gênero para o mundo rural porque, na sociedade brasileira rural, a família tradicional ainda permanece como a guardiã da família, e todas as diferenças entre os papéis feminino e masculino são aqui mais acentuadas.

Em quarto lugar, devemos especificar uma ação contundente relacionando gênero, pobreza e raça. As mulheres negras são o conjunto populacional nacional que apresenta condições de vida mais adversas em nossa sociedade. Estas decorrem de duas fontes de discriminação social: de um lado, a maior dificuldade de mobilidade social das pessoas de raça negra; de outro, a precariedade da inserção social no mercado de trabalho. Ser mulher, pobre e negra define uma situação socioeconômica extremamente vulnerável, que se exprime na alta taxa de mortalidade das mulheres negras.

O quinto aspecto a ser considerado para um recorte de políticas públicas

As famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge e com filhos pequenos são as que apresentam os menores rendimentos mensais de toda a estrutura ocupacional nacional.

no item gênero e pobreza relaciona-se à questão do território. A pobreza é mais dramática, sem sombra de dúvida, na região nordestina. Do desenho da linha de pobreza ao exercício dos direitos, todos

os indicadores desnudam uma realidade sufocante para a população pobre dessa região brasileira. Essa situação é agravada pela estrutura econômica regional, na qual predominam as atividades rurais, em que as mulheres vivem as piores situações: a grande maioria dessas trabalhadoras tem a condição de não remuneradas e outro grande contingente são trabalhadoras para consumo próprio.

A sexta questão trata do problema geracional. O envelhecimento da população é um fato na sociedade brasileira, e seu reconhecimento deve levar o Estado a alargar o escopo da política de proteção à família para incorporar também as famílias com idosos, pessoas com deficiência e doentes. Mesmo reconhecendo que os idosos têm um melhor acesso à renda e auferem rendimentos mais altos, a renda não resolve tudo. São as mulheres, no seio das famílias, que garantem o cuidado gratuito a eles, e esse atendimento substitui os caros serviços paramédicos prestados por entidades públicas e privadas.

Bibliografia

AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências Humanas* – desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

BANDEIRA, Lourdes, MELO, Hildete Pereira de, PINHEIRO, Luana, S. *Mulheres em dados: o que informa a Pnad/IBGE, 2008*. In: Revista do Observatório Brasil, da Igualdade de Gênero, edição especial. Brasília: julho de 2010.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980 (segunda edição), 2 volumes.

BLAY, Eva. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Ática, 1978.

MELO, Hildete Pereira de; PENA, Maria Valéria. A condição feminina e a teoria econômica. In: *Literatura Econômica*, Ipea, fevereiro de 1985.

_____, & SERRANO, Franklin. A mulher como objeto da teoria econômica. In: AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências Humanas* – desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil, 2000. Rio de Janeiro: Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002.

IBGE. Censos Demográficos, 1991 e 2000. www.ibge.gov.br.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2001, Tabulações especiais.

MEC – Ministério da Educação, Inep/DEEC, 1999, 2000, 2009.

O movimento de mulheres negras e a construção de novas concepções para a transformação social

Lúcia Xavier

“Levou séculos para que o Estado brasileiro pudesse reconhecer a presença do racismo como fator estruturante das relações sociais no país. E isso só acontece agora – ao final do século XX, início do século XXI – como resultado de um trabalho longo, árduo, vivido em profundo isolamento por nós, negros. Enquanto denunciávamos o racismo; enquanto demonstrávamos a perversidade com que esse definia privilégios e exclusões, vidas e mortes; enquanto éramos nós mesmos nosso próprio testemunho, o restante da sociedade permanecia em silêncio.”

Jurema Werneck (2001)

O presente artigo não pretende trazer novos argumentos para o debate sobre o feminismo e o antirracismo, promovido pelo movimento de mulheres negras brasileiras, que já não tenham sido apresentados e publicados por suas intelectuais e ativistas. A constante atuação política e a crescente produção teórica dessas mulheres vêm permitindo o aprimoramento de estratégias, a difusão e a sistematização das concepções desse movimento, visando, sobretudo, romper com o silêncio da sociedade sobre os efeitos deletérios do racismo e das outras formas de opressão que atingem a população negra e, em particular, as mulheres negras.



Essa produção tem evidenciado a insuficiência das concepções dos movimentos sociais diante do racismo, do sexismo e das desigualdades vividas pelas mulheres negras. Isto porque, em sua maioria, os movimentos sociais entendem como secundários os seus efeitos em nossa sociedade. As concepções teóricas e políticas que embasam as ações desses movimentos reduzem a experiência dos sujeitos às relações econômicas, instituindo a subordinação de classe social como a principal subordinação vivida por qualquer sujeito que faz parte das classes dominadas, marcado pelo modo de produção capitalista que explora e expropria essas classes.

Assim, os outros eixos de subordinação que produzem vantagens e desvantagens em nossa sociedade são deixados de lado face à verdadeira razão da existência de cada movimento, escamoteando a importância desses outros sistemas ideológicos que igualmente exploram e expropriam aqueles que são diferentes. A submissão de outros eixos de subordinação à classe encerra os diferentes sujeitos e as diversas formas de dominação em um único tipo universal de dominado.

A crítica do movimento de mulheres negras aos outros movimentos vai de encontro ao não rompimento ético com os privilégios gerados por estes sistemas de opressão e a essa universalização que torna invisível a presença e a contribuição das mulheres negras como sujeitos políticos.

O presente artigo, então, se transforma em uma oportunidade para reacender o debate sobre a responsabilidade dos setores comprometidos com a transformação social em combater o racismo, assim como para vislumbrar as estratégias que precisam ser desencadeadas para a construção

de alianças e alternativas que possibilitem eliminar as desigualdades de gênero e raça, e, ao mesmo tempo, instituir outro modelo civilizatório.

Para isso, retomo aqui a crítica aos movimentos sociais, em particular aos movimentos negro e feminista, sobre a insuficiência de suas concepções para produzir uma transformação social que rompa com os processos de opressão enfrentados pelas mulheres negras. Lanço mão da trajetória do movimento de mulheres negras para refletir como as suas concepções e estratégias têm provocado mudanças nesses paradigmas, em prol de outras concepções que tenham como temas centrais a igualdade de direitos, a democracia, a liberdade e o direito a diferenças. E, por fim, indico alguns desafios fundamentais para a luta contra o racismo e o sexismo, levando em conta a aliança natural com os movimentos negro e feminista.

Movimentos sociais e a luta contra o racismo

Os movimentos sociais brasileiros contemporâneos empreenderam, nas últimas três décadas, um processo de profunda transformação social no país. A ação contra a ditadura militar, a redemocratização e a revisão do marco jurídico, com base nas premissas dos direitos humanos e de outros instrumentos internacionais, são exemplos dessa transformação. Esses processos, frutos da luta de diferentes sujeitos políticos, contribuíram para alargar o horizonte da democracia, da liberdade e da igualdade de direitos. Dentre esses movimentos, podemos destacar os movimentos negro e feminista como sujeitos políticos preocupados com esse ideal.

O feminismo alterou as relações sociais, evidenciando as desigualdades baseadas no gênero. Reivindicou e inaugurou novos direitos, a exemplo da autonomia da mulher, dos direitos sexuais, direitos reprodutivos e de mecanismos legais e sociais de proteção da mulher para exercer sua cidadania nas esferas pública e privada, livre da violência. Atuou firmemente contra a ditadura militar e incidiu com veemência na construção de um marco legal para a cidadania da mulher brasileira. Instituiu um campo de conhecimento que pudesse aportar para a sociedade a contribuição do pensamento feminista, assim como os estudos de gênero. Contribuiu para a criação de instâncias governamentais de políticas públicas.

O mesmo ocorreu com o movimento negro brasileiro que, apesar do isolamento, manteve uma agenda de questiona-

O racismo expropria a população negra dos seus conhecimentos e culturas.

mento sobre os princípios excludentes presentes na base da democracia, da igualdade, dos direitos e da liberdade pregados pela sociedade e pelo Estado brasileiro. Denunciou o mito da democracia racial, mostrando para a sociedade os efeitos do racismo e das desigualdades; assim como o genocídio da população negra e o completo abandono por parte do Estado. Conquistou a transformação do racismo em crime, até então entendido como contravenção, e garantiu em lei o direito à terra aos remanescentes de áreas quilombolas. Ampliou os marcos da cidadania da população negra, exigindo políticas públicas e de ação afirmativa para corrigir as desigualdades históricas. Constituiu também um campo de conhecimento que pudesse aportar para a sociedade a contribuição do pensamento antirracista em todas as áreas.

Entretanto, as concepções forjadas pelos movimentos sociais não se constituíram numa ação radical contra qualquer tipo de opressão vivida por outros setores de nossa sociedade. Ao mesmo tempo que se consolidaram avanços na construção da cidadania, persistiram e ainda persistem práticas sociais de profundas desigualdades e exclusão, a exemplo do racismo.

Sistema ideológico que estrutura as relações sociais, o racismo atua garantindo privilégios para os brancos e provocando um quadro de desigualdades e segregação para os negros. Apesar disso, os seus efeitos não foram denunciados, apontados ou sequer considerados como uma questão nas lutas por democratização e ampliação dos direitos por parte desses movimentos.

O racismo impede o exercício pleno da cidadania e o acesso aos bens e serviços de nossa sociedade; expropriam a população negra dos seus conhecimentos e culturas; produz exclusão, baixa participação política e, sobretudo, dificulta a reivindicação dos seus direitos. Esse processo está intrinsecamente ligado à distribuição das riquezas e do poder, produzindo privilégios para diversos setores de nossa sociedade.

A experiência de exploração e expropriação vivida pelas mulheres negras revela um profundo quadro de discriminação e desigualdades nos campos dos direitos, da economia, da educação, do trabalho, da saúde, do acesso à terra e à moradia, da participação política e da justiça. São elas que ganham os menores salários, ocupam os piores cargos de trabalho e estão, em sua maioria, no mercado informal, desempenhando atividades em condições precárias e insalubres, sem reconhecimento dos direitos e apoio para o seu desenvolvimento. E ainda não contam com serviços adequados para a garantia dos seus direitos básicos e para a proteção dos seus filhos. Esse quadro é ainda agravado por uma representação social negativa associada à condição de objeto sexual, à marginalidade, à incompetência e à falta de inteligência. Sem contar com a violência enfrentada por elas em todas as fases da vida.

Apesar do intenso debate sobre a questão racial, ela ainda hoje não assumiu a centralidade no pensamento e nas ações das organizações e dos movimentos sociais. Isto porque seus referenciais teóricos e práticos não produziram questionamento sobre os sistemas ideológicos de sustentação do padrão civilizatório atual, que legitima a exploração e a expropriação da população negra em detrimento de privilégios e poder, tornando esses referenciais instrumentos de reprodução dos mecanismos de dominação e expropriação, mesmo quando anunciam concepções transformadoras e libertadoras do *status quo*.

Movimento de mulheres negras e a luta contra o racismo e o sexismo

Durante décadas as mulheres negras atuaram contra o silêncio sobre as suas condições e a invisibilidade de suas reivindicações, buscando no aporte das lutas feministas e antirracistas o espaço para o exercício de sua diferença e cidadania. Esse processo resultou no acirramento das contradições já presentes nessa relação.

A insuficiência das concepções feministas encerra a experiência de ser mulher em nossa sociedade em um único tipo universal, tornando secundários os outros eixos de subordinação, como classe, raça e orientação sexual, dentre outros presentes no modo de viver das mulheres. Nega as

desigualdades entre elas, assumindo reivindicações que não transformam os efeitos dessas opressões. E revela a contradição de um novo paradigma que convive e reproduz o racismo.

O mesmo pode ser dito do arcabouço antirracista empreendido pelo movimento negro brasileiro. Em que pese o isolamento e a não legitimação desse movimento por outros segmentos sociais, o sexismo e outras formas de opressão também foram deixados de lado ao produzir uma *práxis* transformadora das relações sociais. A naturalização dos efeitos do sexismo como produto do racismo faz com que as mulheres negras sejam as principais vítimas da violência e das desigualdades causadas pelo patriarcalismo, que tem por base o racismo.

Isoladas por muito tempo pelos outros setores da sociedade, as reivindicações das mulheres negras não eram compreendidas como legítimas, especialmente quando analisamos as concepções e reivindicações dos movimentos feminista e negro na contemporaneidade. Essa condição, resultado do racismo patriarcal, impedia o reconhecimento destas como sujeitos políticos e, ao mesmo tempo, evidenciava a incapacidade dos movimentos em incorporar a luta contra o racismo e o sexismo. Mesmo as concepções forjadas nas lutas empreendidas pelas mulheres negras não foram e ainda hoje não são admitidas como concepções libertadoras e capazes de promover a equidade para todas as mulheres.

Sueli Carneiro (2003) chama a atenção para essa incapacidade de reconhecer as diferenças e as desigualdades entre mulheres como o elemento que determinará o surgimento do movimento de mulheres negras na contemporaneidade.

As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo, vêm exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil. (Carneiro, 2003, p.118).

A ação política gerada pelas mulheres negras (...) se espelha nas várias manifestações de resistência e formas organizativas realizadas por elas no passado.

A fundação do movimento de mulheres negras contemporâneo marca a consolidação do sujeito político mulher negra, inaugura um novo pensamento e uma nova *práxis* sobre as concepções

feministas e antirracistas, cujas bases estão na negação do racismo, do sexismo e de outros eixos de subordinação que exploram e expropriam as mulheres, especialmente as negras. E ainda anuncia para a sociedade que não existe transformação social sem o legado das mulheres negras.

A ação política gerada pelas mulheres negras não só foi um passo importante para denunciar o quadro de miséria e opressão a que elas estão submetidas, mas também para por fim ao estigma e à vitimização que sempre fizeram parte da sua representação social. Ela avança na construção da identidade, na busca e na efetivação dos direitos, e se espelha nas várias manifestações de resistência e formas organizativas realizadas por elas no passado, que mantiveram vivas a população negra e sua tradição.

A trajetória da organização das mulheres negras

Intelectuais e ativistas negras marcam a década de 1970 como o momento de esforço das mulheres negras em se projetar como sujeitos políticos diante dos cenários vividos no Brasil e em toda a região. Mas todas são unânimes em marcar que essa trajetória de luta vem de muito longe, desde a ação contra a escravidão, no período colonial, passando pela luta pela democratização do Brasil até os dias atuais. Elas lideraram diferentes formas de organização social, política e cultural, a exemplo dos quilombos, das caixas para financiar a liberdade de pessoas escravizadas, das irmandades, das religiões de matriz africana, dos grupos culturais, entre outros. E empreenderam ações que visaram conquistar a liberdade, reconstituir as identidades e o tecido social para dar sustentação e promover o enraizamento e o empoderamento da população negra, recuperando culturas, saberes, conhecimentos, modelos, formas organizativas e de participação das mulheres nas sociedades africanas.

Para Jurema Werneck (2005, p.5), “as matrizes culturais africanas serviram de modelos organizativos e de conduta para mulheres e homens

das sociedades pós-escravistas até os dias atuais.” De acordo com a autora (2008), essas formas organizativas recuperaram a experiência do passado desde a África e na diáspora; as figuras femininas que serviram de modelo para a constituição dessa identidade e as diferentes experiências com outras culturas e grupos sociais, a exemplo de outras culturas africanas e indígenas.

A ancestralidade forjou a identidade “mulher negra”, em meio a representações sociais discriminatórias, vitimizadoras e incapacitantes, para que as mulheres negras se tornassem protagonistas do processo político engendrado por elas próprias, agregando também outras dimensões identitárias a partir da experiência produzida com a vivência junto aos movimentos negro e feminista.

A ação de desconstrução de uma identidade inferiorizada permitiu também transformar positivamente a imagem da mulher negra e de sua comunidade, que é até hoje vilipendiada, bem como produziu interpretações sobre a realidade, desvelando os efeitos do racismo, do sexismo e da opressão de classe, evidenciando o caráter central do racismo nessas interrelações. A percepção de que o modo como vivemos o gênero está informado pela raça estabelece uma nova maneira de incidir politicamente e traçar estratégias que permitam a realização dos direitos. E, nesse sentido, lutar contra o racismo e o sexismo requer produzir reflexão e ação contra o modo pelo qual essas subordinações se realizam.

O movimento de mulheres negras tem construído suas estratégias para enfrentar os sistemas ideológicos e as desigualdades produzidas por eles a partir da afirmação da diferença, da igualdade e da participação política como direitos. A diferença como um valor reafirma a identidade e legitima o modo de pensar as interrelações, declarando o caráter político de raça. Numa sociedade em que a diferença é tratada com desigualdade, reafirmá-la é fundamental para evidenciar as ideologias que constroem as desigualdades.

O movimento de mulheres negras tem construído suas estratégias (...) a partir da afirmação da diferença, da igualdade e da participação política como direitos.

Ochy Curiel (2003) afirma que:

En el caso de la lucha contra el racismo, ciertamente me sigue pareciendo valido el reconocimiento de culturas que son deslegitimadas y en ese sentido toda politica cultural debe apuntar a su rescate, a su reconocimiento y a su valoracion, lo que no creo correcto es que la lucha contra el racismo se base en rescatar el ser diferente en torno a las identidades.

A igualdade e a participação política como direitos recolocam a necessidade de construir mecanismos que impeçam a exclusão e que reafirmem a condição de sujeitos de direitos, a partir de novas concepções em que a mulher negra, como sujeito político, participa e constrói novo padrão civilizatório.

Para Sueli Carneiro (2003, p. 5),

O que impulsiona essa luta é a crença “na possibilidade de construção de um modelo civilizatório humano, fraterno e solidário, tendo como base os valores expressos pela luta anti-racista, feminista e ecológica, assumidos pelas mulheres negras de todos os continentes, pertencentes que somos à mesma comunidade de destino”. Pela construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não como inferioridade”.

Um dos principais exercícios das concepções políticas engendradas por esse movimento tem sido a formulação de políticas públicas que visem promover direitos a partir do enfrentamento dos diferentes eixos de subordinação, racismo, sexismo, lesbofobia e outras formas de violência e violação dos direitos, tomando como perspectiva a valorização da imagem da mulher negra, o enfrentamento do racismo institucionalizado, a superação das desigualdades, a participação e o compartilhamento do poder.

A atuação organizada de mulheres para incidir nos espaços de proposição e controle social de políticas públicas, como conselhos e conferências,

tem surtido efeitos sobre essas demandas, a exemplo das políticas de saúde, de promoção da igualdade racial e de mulheres. Essa atuação também tem permitido construir alianças políticas com outros grupos de mulheres, como ciganas e indígenas, que reivindicam igualmente direitos.

Recentemente, as mulheres negras de diferentes organizações participaram da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (Brasília, 2007), promovida pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, com vistas a estabelecer diretrizes para a construção de políticas públicas que efetivamente removessem os obstáculos que promovem as desigualdades e destituem os direitos das mulheres negras.

A II Conferência pretendeu avaliar o impacto das ações e políticas executadas a partir do 1º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres¹ e debater a participação das mulheres nos espaços de poder. Nesse sentido, mais que propor “remédios” para os danos causados pelas diferentes opressões, as mulheres construíram diretrizes que visavam enfrentar as causas das desigualdades. Assim, a ação articulada dos movimentos de mulheres negras, jovens e lésbicas definiu, no segundo plano de políticas, ações voltadas para o enfrentamento do racismo, do sexismo e da lesbofobia institucionalizados no Estado brasileiro.

O confronto ideológico a ser gerado por esse processo inova a forma de atuação política porque pretende incidir, para além da cultura, nas estruturas que conformam e autorizam as práticas discriminatórias e violentas. Sabemos do limite político para o desenvolvimento de uma estratégia como essa, mas, ao ser assumida tanto pelos movimentos como pelas estruturas de governo, é possível criar mecanismos de efetivação de direitos que não subalternizem as mulheres por serem mulheres, negras ou lésbicas.

¹ A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foi promovida pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República em 2004. Como resultado desse processo, foi instituído o 1º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004).

Desafios da luta antirracista e antissexista

A presença do movimento de mulheres negras no cenário das lutas por transformação social apresenta desafios a serem superados pelos movimentos no que se refere à luta contra o racismo e o sexismo em nossa sociedade.

Um dos principais desafios dos movimentos sociais, especialmente os movimentos negro e feminista, é incorporar a luta contra o sexismo e o racismo como parte fundante da sua condição de sujeito político. Essa ação não passa somente pelo reconhecimento aparente dos efeitos desses processos, ilustrada nos discursos e na performance dos movimentos no rechaço a tais ideologias e na inclusão dos excluídos. Faz-se necessário revisar criticamente essas concepções e por em xeque, com ações políticas, o padrão de civilidade que fomentam essas opressões.

Além disso, é imprescindível reconhecer as mulheres negras como sujeitos políticos capazes de aportar novo padrão de civilidade, considerando essas dimensões da vida humana como partes intrínsecas de sua experiência, e não como elemento de hierarquização e inferiorização. Essas incorporações promoverão o que Fernanda Carneiro (1996) denominou de “rupturas éticas” com os processos discriminatórios e segregadores que possibilitam o tratamento subalterno destinados a esses sujeitos, mesmo na defesa de direitos. Segundo a autora,

(...) só haverá rupturas éticas (e não apenas novas formas de exclusão ou ideologias) se a liberdade colocada no horizonte das mulheres supor consciência do limite a partir da presença do outro com quem se convive, também mulher ou homem, diferente, excluído ou não dos poderes dominantes da sociedade, inaugurando exigências éticas profundas. (Carneiro, F., 1996, p. 17).

Portanto, a luta contra o racismo exige uma radical revisão do arcabouço teórico, político e filosófico dos movimentos sociais para poder transformar o tipo de civilidade proposto por suas concepções. E daí decorre o aprofundamento das alianças e alternativas entre os movimentos sociais, especialmente os movimentos negro e feminista. Da possibilidade de romper

com as desigualdades produzidas pelo racismo patriarcal decorrerá o fortalecimento de um campo de interesses comuns e de diálogo permanente com esses sujeitos.

A luta contra o racismo exige uma radical revisão do arcabouço teórico, político e filosófico dos movimentos sociais.

Processo já iniciado pelo movimento de mulheres negras, em relação ao movimento feminista e ao movimento negro, a exemplo do debate desencadeado na fase preparatória e na III Conferência contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (ONU, 2001); a construção da Plataforma Política Feminista (Brasília, 2002) e a atuação na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (Brasília, 2007), em que observamos a assunção da luta contra o racismo por organizações e rede feministas. Bem como o processo desencadeado pelo movimento negro e de mulheres negras por ocasião da Marcha Zumbi+10 Contra o Racismo e pelo Direito à Vida, ocorrida em 16 de novembro de 2005, em Brasília.

Comentários conclusivos

O debate aqui apresentado nos permitiu concluir que a presença do movimento de mulheres negras no cenário das lutas por transformação social é, sem sombra de dúvidas, fator potencializador das lutas feministas e antirracistas. O seu compromisso tem sido contribuir para a solidificação da responsabilidade dos setores comprometidos com a transformação social em outro patamar político. E que a estratégia de manter um diálogo permanente com os movimentos negro e feminista é fundamental para criar os mecanismos de radicalização de nossas lutas; potencializando as agendas de interesse mútuo entre os movimentos.

Essa não é uma tarefa fácil diante dos conflitos que ainda permeiam as relações entre os movimentos, mas é mais preciso enfrentá-los, como impulsionadores das mudanças dos paradigmas anunciados por nós mesmas.

Bibliografia

BAIRROS, Luisa. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas/Dossiê Mulheres Negras*. Rio de Janeiro : IFC/UFRJ, v. 3, nº 2, p. 458, 1995.

_____. Lembrando Lélia González. In: WENECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; e WHITE, Evelyn C. (orgs.). *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro : Pallas/Criola, 2000. p. 42-61.

BARRETO, Raquel de Andrade. Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzáles. Rio de Janeiro: M. SC. PUC-RJ / Departamento de História, 2005.

CARNEIRO, Fernanda. *Pedagogia feminista*. Rio de Janeiro: Criola, outubro de 1996.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>>. Capturado em: 15 de outubro de 2009.

_____. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero In: Ashoka Empreendimentos Sociais, Takano Cidadania (org.). *Racismos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>>. Capturado em: abril de 2010.

_____. Raça e etnia no contexto da conferência de Beijing. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; e WHITE, Evelyn C. (orgs.). *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2000.

CASTRO, Lúcia Maria Xavier de; ROCHA, Luciane de Oliveira. Nossos passos vêm de longe. *Revista Proposta*. Rio de Janeiro: Fase, a. 29, n. 189, junho a agosto, 2006.

_____. Seminário Soberania e Cidadania. Mesa Diversidade Cultural, Cidadania e Direitos Humanos. Fala: cadernos de cidadania. Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Direito, CCBLs, n. 01, 2006.

_____. Superar o racismo também é um problema de saúde pública. In: *Saúde e Direitos Humanos/ Ministério da Saúde*. Fundação Osvaldo Cruz, Núcleo de Direitos Humanos e Saúde. Brasília : Ministério da Saúde, 2004.

_____. I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: primeiro passo para reverter as desigualdades de gênero e raça. *Revista A*

Abong na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: junho de 2004.

_____. Mulheres negras: os direitos humanos como um paradigma ético da humanidade. In: Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos (2:2000, Brasília, DF) *Psicologia e direitos humanos. Práticas psicológicas: compromissos e comprometimentos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

_____. Mulher negra: sua situação na sociedade. In: Guia de direitos do brasileiro afrodescendente. Rio de Janeiro: Ceap, 1999 (Cadernos Ceap).

CURIEL, Ochy, ESPINOSA, Yuderkis. Los encuentros feministas de América Latina y del Caribe: un resumen esquemático (1981-1996). Santo Domingo: Edição das autoras, 1998.

_____. La lucha política desde las mujeres - aproximación al análisis de estrategias frente al racismo. Publicado em: www.rebelion.org/hemeroteca/mujer/030408curiel.htm em 6 de abril de 2003. Veja também: Identidades Esencialistas o Construcción de Identidades Políticas: El dilema de las feministas negras. Disponível em: <http://www.ciudaddemujeres.com/articulos/IMG/pdf/Ochy_Curiel.pdf>. Capturado em: 17 de outubro de 2008.

_____. FALQUET, Jules; MASSON, Sabine. Feminismos dissidentes. *Nouvelles questions féministes*, v. 24, n. 2, 2005. Edição especial em castellano América Latina y el Caribe. Coordinación del número. Ediciones fem-e-libros. Disponível em: <www.creatividadfeminista.org>.

RAIMUNDO, Valdenice José; GEHLEN, Vitória; ALMEIDA, Daniely. Mulher negra: inserção nos movimentos sociais feminista e negro. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/valdenice.pdf>>.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n° 3. Florianópolis: CFCH/UFSC, p. 801-811, 2006.

_____. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. *Revista Estudos Feministas / Dossiê Mulheres negras*. Rio de Janeiro: IFC/UFRJ, v. 3, n° 2, p. 446-457, 1995.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

SILVA, Eliane Borges da. Tecendo o fio, aparando as arestas: o movimento de negras e a construção do pensamento negro feminista. RJ, 2005. Disponível em: <file:///\\SRV_LPP\\Servidor\\olped\\Documentos\\ppcor\\0268_arquivos\\gt6-003.htm>.

THEODORO, Helena. Mito e espiritualidade: mulheres negras. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 1996.

WERNECK, Jurema. A era da inocência acabou, já foi tarde. Democracia Viva, no 12. Rio de Janeiro: Ibase, p. 57, nov.2001/fev.2002.

_____. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: WERNECK, Jurema (org.). Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas. Rio de Janeiro: Criola, 2008. p. 76-84.

_____. Nem gênero, nem raça: mulheres negras como sujeitos das políticas públicas. Rio de Janeiro: AMNB, 2007. mimeo.

_____. Conhecimento, poder e gênero: o desafio das Jalodês. Rio de Janeiro: M. SC. Coppe/UFRJ, 2000.

_____. De Ialodês e Feministas: reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro, p.5, 2005. mimeo. Disponível em: <<http://mulheresrebeldes.blogspot.com/2008/10/de-ialods-e-feministas.html>>, Capturado em: 17 de outubro de 2008. Localizado também em: Nouvelles questions féministes, v. 24, n° 2.



**RACISMO +
MACHISMO =
VIOLENCIA E
MORTES DE
MULHERES Q
NEGRAS b**



O potencial subversivo da relação das mulheres com o trabalho

Elsa Galerand e Danièle Kergoat

É o trabalho um instrumento de libertação das mulheres? Para responder a essa questão, nós partimos da noção de emancipação. Por esse termo, entendemos não a inversão ou a abolição das relações sociais de sexo, mas o *movimento* pelo qual as relações de força entre as classes de sexo pode ser desestabilizado, os desafios (“enjeux”)¹ reconfigurados. Esse movimento, necessariamente coletivo, tende a ir na direção da inversão de todas as formas de dominação, mas ele não é essa inversão.

Para se emancipar, as mulheres devem coletivamente combater a opressão, a exploração e a dominação,² aquelas que compartilham com os homens (nas relações sociais de “raça”, nas relações sociais de classe), mas também aquelas a que elas estão submetidas de maneira específica nas relações sociais de sexo.

Portanto, não trataremos da libertação das mulheres, tamanha seria nossa dificuldade em

¹ O que está em jogo, em disputa; o desafio. (Nota do tradutor).

² Para análise e diferenciação dessas três noções, podemos nos reportar a Xavier Dunezat (2004; 111 e seguintes).



definir seus horizontes. Também não nos perguntaremos se o trabalho profissional é ou não emancipador. Herdada de uma problemática surgida no século XIX (Engels), essa questão é do domínio da economia política ou da sociologia política.

Nós propomos deslocar o questionamento à questão: o que é subversivo ou emancipador?

Para nós, a resposta deverá ser buscada não no trabalho em si, mas na *relação* particular que as mulheres mantêm com o trabalho, em razão das posições que elas ocupam na divisão sexual do trabalho. O trabalho (profissional e doméstico, remunerado e não remunerado, produtivo e reprodutivo, mercantil e não mercantil), para elas, forma um todo, ao contrário dos homens, para quem a dissociação trabalho/fora do trabalho é operacional.

O que tentaremos mostrar é que, a partir do momento em que recusamos politicamente a disjunção das duas esferas de atividade ditas produtivas e reprodutivas, a partir do momento em que saímos do único campo do trabalho assalariado para levar em consideração o conjunto (trabalho profissional mais trabalho doméstico), e a partir do momento, enfim, em que nos interessamos pelas *relações* que as mulheres mantêm com o trabalho, uma prática contestatória e subversiva torna-se perceptível. Porém, essa contestação é mais comumente latente, uma vez que os obstáculos são numerosos para que ela passe do nível individual ao nível coletivo, quer dizer, ao movimento de emancipação propriamente dito. É o que pretendemos demonstrar aqui.

Portanto, levantamos a hipótese de que a indissociabilidade das duas esferas de atividade – produtiva e reprodutiva – que se impõe às mulheres³ é constitutiva de uma relação potencialmente subversiva à sociedade salarial;⁴ e é essa hipótese que desenvolveremos na primeira parte deste artigo, mostrando sua congruência teórica com a epistemologia feminista. Para testá-la empiricamente, examinaremos, em uma segunda parte, a relação paradoxal que numerosas mulheres mantêm com o trabalho assalariado.

Paradoxal no sentido de que, a despeito das posições ocupadas pela grande maioria das mulheres no mercado de trabalho, essa relação não é simplesmente negativa (rejeição ou resignação); nem mesmo para as mulheres que estão embaixo na escala das qualificações. Que elas venham a construir uma relação positiva com o trabalho, mesmo que ele seja fortemente desvalorizado, parece-nos significativo de um potencial subversivo.

Não há, entretanto, continuidade mecânica entre esse potencial e a emancipação, a qual pressupõe uma construção coletiva. Para transformar esse potencial subversivo, é necessário, segundo nossa hipótese, encontrar formas de luta coletiva que contestem a desqualificação do trabalho feminino *simultaneamente* nas duas frentes, a do trabalho assalariado e a do trabalho doméstico.⁵ Essa contestação encontra numerosos obstáculos,

³ Nós somos bem conscientes de que a configuração dessa indissociabilidade não é evidentemente uniformizável para o conjunto das mulheres em todas as sociedades e em todos os períodos históricos.

⁴ Nós poderíamos mesmo ir mais longe e avançar à ideia segundo a qual as reivindicações das mulheres quanto ao trabalho são muito mais subversivas que aquelas dos homens porque, dada a indissociabilidade trabalho assalariado/trabalho doméstico, elas colocam em questão ao menos dois sistemas de dominação: aquele de gênero e aquele de classes sociais. Mas isso será objeto de outro artigo.

⁵ Por trabalho doméstico, entendemos “o conjunto das tarefas ligadas aos cuidados com pessoas realizados no contexto da família – domicílio – trabalho doméstico essencialmente efetuado pelas mulheres” (Fougeyrrollas-Schwebel, 2000). Nós insistimos, nesse artigo, no fato de que se trata de um “trabalho”, e de um trabalho explorado economicamente (Delphy, 1998), o que não implica, no entanto, que trabalho assalariado e trabalho doméstico possam ser tratados de modo análogo. E nos remetemos para uma bela descrição feminista do que representa, em termos de trabalho, a criação das crianças, à Danielle Juteau (1999; 92-93).

uma vez que não é parte da ação dos sindicatos (“esquecimento” do trabalho doméstico e de seu lugar central⁶ para compreender as formas da exploração salarial), nem pelo movimento feminista (“desmaterialização” das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho, reivindicações centradas no trabalho assalariado, deixando o trabalho doméstico, salvo exceção, no campo individual). Este será o objeto da nossa terceira parte.

(...) encontrar formas de luta coletiva que contestem a desqualificação do trabalho feminino simultaneamente nas frentes do trabalho assalariado e do trabalho doméstico.

O potencial subversivo (a teoria)

A não separação privado/público é constitutiva da relação que as mulheres mantêm com o trabalho assalariado.

Trabalho assalariado e trabalho doméstico não podem ser separados, nem na teoria, nem na prática: essa asserção é verdadeira, tanto para os homens, como para as mulheres. Mas, no caso dos homens, ela se manifesta de maneira radicalmente diferente, já que o grupo dos homens está dispensado do trabalho doméstico. Daí a questão: o trabalho é emancipador? Não se pode dar uma resposta que não leve em conta de maneira central as classes de sexo. A classe dos homens pode pensar sua relação com o trabalho em continuidade com a representação política: privado (fora do trabalho) *versus* público (trabalho), enquanto as mulheres não podem se enquadrar nesse modelo que, no entanto, se supõe universal; então, suas práticas são suscetíveis de interpelar a ordem social fundada sobre essa dicotomia. No nível teórico, as sociólogas feministas amplamente demonstraram a importância de desconstruí-la. Para fazer aparecer o trabalho das mulheres, elas tiveram primeiramente que romper com a barreira disciplinar entre uma sociologia do trabalho, em que o trabalho dos homens servia como modelo geral, e uma sociologia da família, tomando por consumado o “papel doméstico” das mulheres (Delphy e Kergoat, 1984). A separação

⁶ Lugar central para as duas classes de sexo: lugar preenchido para as mulheres e vazio para os homens.

(...) as profissões que se apoiam sobre as competências adquiridas na esfera doméstica encontram obstáculos para o reconhecimento de seu profissionalismo.

entre “sistema produtivo” e “estruturas familiares” impedia precisamente de se pensar a relação dissimétrica entre homens e mulheres com o trabalho (Collectif, 1984). As pesquisas que se

apoiam sobre a problemática das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho insistiam particularmente na necessidade de considerar conjuntamente trabalho produtivo e reprodutivo para compreender a organização do trabalho. Essa problemática levou notadamente as pesquisadoras a reinterrogar a estrutura do mercado do trabalho – a relação com o emprego, o salário, o tempo trabalhado, a qualificação, o movimento operário... – à luz da organização sexuada do trabalho reprodutivo, gratuito, informal, excluído do mercado. Esse procedimento se revelou teoricamente subversivo.

Essa não separação é potencialmente subversiva.

Como escrevíamos no relatório científico de nosso laboratório, *Gênero, Trabalho, Mobilidades (GTM)*, em 2003, a problemática do gênero encontra⁷ seu potencial crítico no debate da distinção privado/público.⁸ Definindo as fronteiras entre liberdade individual e obediência às regras comuns, entre o que é da alçada de cada um e o que é de todos, essa distinção fundadora da modernidade política foi, de início, concebida em termos sexuais, fazendo da hierarquia e da separação entre os sexos um princípio organizador da vida em comum. A conceitualização crítica da distinção privado/público constitui em objeto de pensamento aquilo que as práticas historicamente situadas, políticas e sociais, tinham transformado em evidência nas Ciências Sociais: a divisão ou a complementaridade social dos sexos, longe de ser um dado pré-político ou natural, aparece, ao contrário, como o produto das relações de poder que estão no coração da organização social e política de maneira geral, do trabalho em particular.

⁷ Cf. Elsa Galerand (2007).

⁸ Sobre este problema, cf., em particular, a introdução ao *Sexe du travail* (Col., 1984) e à segunda edição de *Family fortunes* (Davidoff e Hall, 2002).

Portanto, o questionamento da separação das esferas de atividade está no fundamento da conceitualização sociológica da divisão sexual do trabalho e esse é, em nossa opinião, constitutivo de uma relação crítica com a organização do trabalho de maneira geral. Essa relação crítica se organiza segundo duas dimensões.

(...) romper com a ideia de uma vocação feminina (...). Dizer que as competências adquiridas na esfera doméstica são competências reais leva a recusar considerá-las como qualidades naturais.

De uma parte, é crítica quanto à não distribuição do trabalho doméstico entre as duas classes de sexo, pois, por meio da separação privado/público, trata-se também da distinção entre a esfera de atividade produtiva e a esfera de atividade não produtiva. A organização social do trabalho explicaria o funcionamento da primeira, enquanto a complementaridade natural dos papéis de sexo explicaria o da segunda. Dito de outra forma, com o questionamento dessa separação privado/público, é a definição mesma do trabalho socialmente organizado, produtivo e suscetível de ser explorado que implode,⁹ e o trabalho doméstico pode aparecer como um verdadeiro trabalho cuja organização propriamente social pode ser modificada. Por outro lado, é crítica em relação aos critérios sobre os quais se funda a escala das qualificações no trabalho produtivo e quanto àqueles que servem à desvalorização do trabalho feminino. É porque o trabalho doméstico foi excluído da troca mercantil, separado das questões de ordem pública, política e econômica, e limitado ao “privado”, que não pode ser considerado como um trabalho por inteiro, e que as profissões que se apoiam sobre as competências adquiridas na esfera doméstica (profissões voltadas para primeira infância, por exemplo) encontram tantos obstáculos para o reconhecimento de seu profissionalismo, até de ser consideradas como atividades em si.

Por oposição, romper com a ideia de uma vocação feminina, de uma designação¹⁰ das mulheres às funções para quais elas teriam naturalmente

⁹ E Dominique Méda não se engana quando argumenta porque tem de se negar ao trabalho doméstico o título de trabalho (Méda, 2004: 24-30).

¹⁰ Nota da editora: Forma antiga (anterior a 1911) do verbo assinar. (...) Significa atribuir, designar, determinar etc. Vide <http://ciberduvidas.sapo.pt/pergunta.php?id=536> (acesso em: 30.10.2010).

sido feitas conduz a rever o problema da qualificação, central na sociedade salarial. Dizer que as competências adquiridas na esfera doméstica são competências reais leva a recusar considerá-las como qualidades naturais que não justificariam nem reconhecimento social, nem o reconhecimento salarial. Essas competências podem, portanto, ser reivindicadas como qualificações. Ora, essas últimas estão bem no cruzamento da relação capital/trabalho e da relação social de gênero. Reivindicar sobre esse plano volta a mexer na imbricação dessas duas relações.

É esse potencial crítico da não dissociação privado/público, no que diz respeito à organização da sociedade salarial, que vamos tentar ilustrar agora. Esse potencial nos parece perceptível na relação positiva com o trabalho, o sentimento de ser úteis e produtivas que as trabalhadoras mais desqualificadas conseguem, às vezes, construir e opor à desvalorização, quantitativa e qualitativa, de seu trabalho.

O potencial subversivo (a demonstração empírica)

As mulheres têm relações paradoxais com o trabalho. Desdobram-se em três níveis.

O primeiro paradoxo diz respeito à relação com a atividade. Apesar das leis sobre a igualdade profissional, a segmentação sexuada do mercado do trabalho perdura, e a situação da maioria das mulheres em relação ao trabalho assalariado não cessou de se degradar com a crise do emprego. De fato, essa tomou formas sexuadas, a do desemprego, mas também a do trabalho flexível, atípico, informal, em tempo parcial e fragmentado. Na França, a classe dos assalariados pobres que não são nem desempregados ou desempregadas, nem “excluídos/as”, nem “assistidos/as”, mas que trabalham sem conseguir ganhar sua vida e que são, dessa maneira, mantidos em um estado de dependência econômica em relação a um outro para se manter, é 80% feminina (Concialdi, 2001). Essa precarização parece anular a esperança investida pelo movimento feminista ocidental no potencial emancipador do trabalho profissional (ou no trabalho como instrumento de libertação das mulheres). No entanto, desde o início da crise, e apesar de seus efeitos sobre os estatutos do emprego, as mulheres estão cada vez mais ativas.

O segundo paradoxo refere-se à satisfação no trabalho. Christian Baudelot e Michel Gollac, em *Travailler pour être heureux? (Trabalhar para ser feliz?)*,¹¹ ressaltam que as mulheres têm uma relação tão positiva com o trabalho quanto os homens, e que essa satisfação é paradoxal levando-se em consideração as condições objetivas de emprego.¹² Porém, sua análise deste fenômeno, mesmo sendo interessante, nos parece limitada. Com efeito, eles raciocinam sobre “as mulheres” e remetem a relação com o trabalho à relação com a atividade: se as mulheres estão mais satisfeitas é porque elas estão felizes por ter uma atividade. Enquanto, para os homens, já estaria dado:

A generalização do trabalho feminino assalariado não conseguiu enfraquecer o vigor de um sentimento muito vivo de emancipação pelo trabalho. O fato de trabalhar e de alcançar, entre outras coisas, independência financeira constitui um progresso em relação à condição de suas mães, assignadas às tarefas domésticas e, muito frequentemente, a um trabalho invisível e não reconhecido, no comércio e na agricultura notadamente. (p. 129)

Esse raciocínio é, a nosso ver, muito globalizante: resta compreender porque umas têm uma relação positiva, outras, uma relação negativa com o trabalho.¹³

¹¹ BAUDELLOT, Christian & GOLLAC, Michel. *Travailler pour être heureux? Le bonheur et le travail en France*. França: Ed. Fayard, 2003, 351 p.

¹² Isso é particularmente verdadeiro em relação aos salários: mesmo que elas ganhem em média 25% menos que os homens (e, por outro lado, 11 a 12% estão equiparadas a eles), elas se dizem satisfeitas na mesma proporção que eles (Baudelot & Gollac, 2003: 107).

¹³ Alguns enfrentaram o problema: Thomaz, Cooppié e Dominique Èpiphané (2005) raciocinaram em termos de setores e mostraram que a satisfação é certamente uma tendência geral, mas que ela esconde disparidades por setor, por exemplo: as mulheres estariam mais insatisfeitas no seio de profissões masculinas: “dessa forma, os resultados indicam que a qualidade atribuída geralmente ao sexo feminino – um otimismo e uma satisfação à toda prova – tende a se apagar ou mesmo a desaparecer quando o universo profissional no qual as mulheres evoluem deixa menos lugar ao arbitrário. Ocorre que quando um campo profissional é mais codificado e regulamentado, as disparidades de tratamento, notadamente entre homens e mulheres tornam-se menos toleráveis e assim fontes de insatisfação e de sofrimento para aquelas que estão sujeitas a isso.”

O terceiro paradoxo diz respeito à relação com o trabalho. Uma relação positiva fundada sobre a utilidade de seu trabalho, o sentimento de ser justamente produtiva e de criar valor está, às vezes, presente no discurso das trabalhadoras que, no entanto, ocupam os empregos menos reconhecidos em termos de qualificação e remuneração. Como aquelas que estão voltadas para o trabalho de *care*,¹⁴ particularmente (auxiliar de enfermagem, faxineiras, empregadas domésticas, assistentes de maternal etc.). A desqualificação desse trabalho, a negação de seu caráter produtivo e das competências que ele exige não parecem sobredeterminar a relação das trabalhadoras com essa atividade.

Então como explicar esses paradoxos? Pode-se deduzir que o trabalho profissional seria (em si e qualquer que seja o posto ocupado) emancipador das mulheres? Que, conseqüentemente, bastaria reivindicar apenas no terreno do trabalho assalariado para libertar as mulheres (acesso ao emprego, discriminação positiva, igualdade, paridade e equidade salarial)? Isso suporia que a atividade profissional feminina se traduzisse sistematicamente em uma relação positiva com o trabalho, o que não é o caso. E que ela implica mecanicamente uma reorganização das relações sociais de sexo fora do mercado de trabalho, uma redistribuição do trabalho doméstico notadamente; entretanto, não é o que está constatado.

Nossa posição de fundo é a seguinte: não é o fato de trabalhar profissionalmente que é (ou pode ser) emancipador por si só; mais exatamente, a análise não pode ser unicausal. Levar em conta somente a atividade profissional é insuficiente para pensar a articulação entre trabalho/mulheres/emancipação (assim como é insuficiente para dar conta da exploração particular que sofre a força de trabalho feminina dentro do trabalho assalariado). É indispensável uma reconceitualização do trabalho, isto é, por um lado, diferenciar os níveis de atividade, emprego, trabalho assalariado; e, por outro, integrar o trabalho doméstico na conceitualização sociológica do trabalho e, em seguida, na interrogação da sociedade salarial.

¹⁴ Nota da editora: Sobre *Care*, veja <http://www.soscorpo.org.br/Site/php/index.php?CodPagina=557>

Por outro lado, se é possível fazer um raciocínio sobre a classe das mulheres, é impossível raciocinar globalmente sobre “as mulheres”, tão fortes são as diferen-

(...) não é o fato de trabalhar profissionalmente que é (ou pode ser) emancipador por si só.

ças entre elas, ao nível que nos interessa. Assim, na pesquisa realizada pela École Normale Supérieure (ENS), em parceria com o Institut National de la Statistique et des Études Économiques (Insee) e a Direction de L'Animation de la Recherche, des Études et des Statistiques (Dares) (1996-1999), constata-se que se, em média, 49% das mulheres estão satisfeitas com seu trabalho (contra 51% dos homens), essa percentagem é extremamente variável segundo as categorias socioprofissionais: 77% das mulheres de quadros superiores do serviço público estão satisfeitas¹⁵ contra 25% das operárias qualificadas da manutenção. Até esse ponto, nada surpreendente. O que é mais surpreendente são os 49% de mulheres satisfeitas entre as empregadas de serviços para particulares. Contra 26% das operárias não qualificadas da indústria, enquanto, em muitos aspectos (salários, penosidade, desqualificação, não reconhecimento...), esses empregos têm pontos em comum. E é sobre essas diferenças que propomos refletir.¹⁶

No caso das operárias, a continuidade entre trabalho assalariado e doméstico é apenas uma construção patronal que serve para desqualificar os empregos e a sub-remunerá-los (a qualificação seria adquirida seja naturalmente, seja na esfera do privado, e não teria de ser remunerada).

¹⁵ Aliás, com a dualidade do emprego doméstico aparece uma relação de exploração direta entre mulheres bem mais que uma redução ou retração do investimento dos homens e das mulheres no trabalho doméstico. As mulheres dos setores dominantes podem construir uma relação positiva com o trabalho quando ocupam os empregos de homens porque são liberadas da carga mental das exigências, em termos de disponibilidade etc., impostas pelo trabalho doméstico que elas externalizam.

¹⁶ Baudellot e Gollac (2003) falam de concepções masculina e feminina (contato humano, colocar-se a serviço dos outros) do trabalho: “esse julgamento sobre o conteúdo do trabalho reflete as assignações ligadas à divisão sexual do trabalho: aos homens a técnica e a esfera da produção, às mulheres as ‘competências naturais’ ligadas ao seu papel na reprodução” (p. 116). De nossa parte, pensamos que a hipótese da interiorização de papéis é insuficiente para explicar as práticas. É preciso intervir na construção ativa, por parte das mulheres, de uma representação do que é – ou deveria ser – o trabalho.

As operárias insistem por oposição sobre a disjunção entre seu trabalho profissional e a esfera doméstica: dessa forma, as operárias da confecção insistem todas sobre a diferença de natureza entre a máquina de costurar doméstica e a industrial. Para elas, *não* há continuidade ou, pelo menos, elas não se apossam dela. Porque as operárias sonham também. E o que elas expressam em seus projetos e seus sonhos é de fato o restabelecimento da continuidade.¹⁷ Esses sonhos desenham o que elas gostariam de encontrar nos seus trabalhos: uma vida menos embrutecida, um trabalho útil socialmente, enfim, um trabalho no qual se sintam existir e que dê uma coerência global a suas vidas.

“Porque tinha me inscrito justamente no hospital, sinto falta do contato com as pessoas, sempre trabalhei... Então, às vezes, eu penso que no hospital... Eu gostaria até de ser simplesmente auxiliar, veja bem, mas mesmo assim você tem o contato com os doentes.”

“Gostaria de encontrar um trabalho em uma escola, sabe, para cuidar dos pequenos, até mesmo em uma cantina, para servir... Gostaria de fazer um trabalho assim, mas não costurar. Mesmo assim... ter um trabalho... porque, chega um momento que a gente envelhece, a gente não gostaria de fazer qualquer coisa!” (Kergoat, 1984: 92-93).

As mulheres valorizam trabalhos como aqueles de *care*, mesmo aquelas que estão embaixo da escala das classificações. De toda maneira, não interiorizam completamente a representação que os dominantes têm desse trabalho.¹⁸

¹⁷ Note-se que essa continuidade dos espaços-tempos é reconstruída pelas operárias quando elas saem da relação do trabalho reprodutivo *stricto sensu*. Assim, nossas observações das ocupações das fábricas pelas mulheres mostraram que a organização delas se faz de maneira muito diferente da dos homens.

¹⁸ Note-se, aliás, que são as intelectuais que lançaram o debate sobre o *care* e falaram da ética do *care* (Paperman e Laugiere, 2005).

Alguns exemplos:

Um estudo exploratório sobre o trabalho de tarefas domésticas com idosos ou pessoas com perda de autonomia no âmbito de uma empresa de economia social em ajuda doméstica no Québec (Galerand, Corbeil, Descarries, 2004) constatou que, se as funcionárias tinham interiorizado a desqualificação do trabalho doméstico, o que se traduzia notadamente por uma naturalização do papel doméstico (discurso da vocação), em compensação, elas reivindicaram o reconhecimento de suas competências em matéria de ajuda às pessoas idosas ou pessoas com perda de autonomia.

“Precisa saber administrar a dor dos outros, demonstrar compaixão e empatia sem cair na dependência (...), precisa ser formada para isso... é psicologia.”

“A gente faz como uma auxiliar ou uma enfermeira”, “como uma psicóloga ou uma enfermeira.”

As funcionárias se apoiavam não somente sobre as exigências do emprego para compará-las com outros melhor posicionados na escala das qualificações, mas também sobre o valor do que produziam para denunciar a falta de reconhecimento simbólico e salarial de seu trabalho, justificar sua necessidade de formação, reivindicar sobre o estatuto do emprego.

Esse estudo conclui finalmente sobre o caráter ambivalente da relação com a qualificação dessas empregadas. Por um lado, elas tinham interiorizado a desqualificação do trabalho doméstico, a negação das qualificações requeridas para exercer esse trabalho assalariado, o que explica que seja, ainda hoje, tão mal remunerado. Ao contrário, elas tinham construído uma relação positiva com a outra parte de seu trabalho (a relação de ajuda), para a qual não eram retribuídas de forma alguma (o trabalho relacional nem estava fazendo parte da descrição das suas tarefas). Essa parte do trabalho parecia, para elas, diretamente como exigindo qualificações profissionais, como produtora de valor de uso e justificando, por essas duas razões, um melhor salário.

Vários outros exemplos poderiam ser convocados: a “reviravolta do estigma”, tratando-se das auxiliares de enfermagem (Arborio, 2001),

aqueles dados por Arlie Hochschild (2004) referentes a trabalhadoras filipinas nos Estados Unidos, ou Fatima Elayoubi (2006),¹⁹ referente a seu próprio trabalho.

“Eu sempre trabalhei buscando elegância em tudo que faço. Mesmo quando passo uma camisa. Quero sentir, no fundo de mim, uma harmonia estética. Eu passo as camisas, limpo a poeira. Eu desempoeiro o mundo para admirar, em todos os lugares, beleza e limpeza. (...) Ninguém fala sobre minha arte.”

Última citação: in *Faire le travail domestique chez les autres (Fazer o trabalho doméstico na casa dos outros)*, Sylvie Esman (2002) escreve:

“Eu não tratava a Sra D. mas, mesmo assim, simbolicamente, meu trabalho era também um tratamento. Não tinha pobreza mental nas tarefas domésticas para Sra D. porque poder organizar meu trabalho na casa dela era também investir em energia pessoal.” (p. 68).

“Surpreendi-me frequentemente colocando ‘amor’ arrumando o quarto da menina.” (p. 61).

Então, pode-se dizer que, nesses trabalhos terciários em que as mulheres estão em situações de vulnerabilidade e precariedade importantes, existem formas positivas de investimento no trabalho. Certamente, não é porque as mulheres, por natureza, são feitas para esses trabalhos, que se encontram neles. Ou mesmo porque elas interiorizariam os papéis sexuais. Nós levantamos a hipótese de que isso se dá em outro nível: se essa tomada de distância é possível é porque esses trabalhos de *care* se inscrevem em uma linha de força que as feministas teorizaram, isto é, a continuidade, para as mulheres e unicamente para elas, entre trabalho assalariado e trabalho doméstico (o trabalho doméstico é um trabalho).

¹⁹ Madame Elayoubi foi, durante 16 anos, empregada doméstica em Paris. Depois de uma doença profissional que a imobilizou, ela se pôs a escrever.

Em outros termos, pode-se perguntar se a relação positiva com o trabalho de *care* não existe em parte porque reabilita teoricamente o trabalho doméstico como trabalho, já que, como diz Pascale Molinier (2005: 302), “o *care* define conjuntamente certas atividades bem como a inteligência mobilizada para sua realização.” Com efeito, não se pode dissociar duas coisas no trabalho de *care*, coisas que são dissociáveis e dissociadas nas outras tarefas, exceto o trabalho doméstico: o conteúdo material das tarefas a realizar do trabalho psicológico requerido para realizá-las.²⁰

Não queremos dizer que os trabalhos de *care* são o máximo que as mulheres podem sonhar, também não chegamos à conclusão que as mulheres que ocupam cargos altamente qualificados não têm relação subversiva com o trabalho. Essa última pergunta não foi tratada aqui. Simplesmente quisemos nos interrogar sobre o sentido desse paradoxo aparente, que representa o grau de satisfação muito maior das trabalhadoras do *care* comparado à percentagem reduzida a quase metade no caso das trabalhadoras não qualificadas da indústria. Pode-se pensar que é porque as operárias não podem estabelecer ligação entre trabalho assalariado e doméstico que elas estão insatisfeitas e, inversamente, que é porque o trabalho de *care* permite pensar conjuntamente trabalho assalariado e doméstico²¹ que as trabalhadoras do *care* estão mais satisfeitas.

Do potencial subversivo à emancipação

Temos mostrado, então (parte I), que a não disjunção tem um caráter potencialmente subversivo e que essa não disjunção era apreensível em certos trabalhos “femininos” (parte II). Mas quem diz potencial não diz realidade concreta. Portanto, resta tratar o espaço entre esse potencial subversivo e o caráter emancipador do trabalho.

²⁰ As teorias norte-americanas recentes marcam, aliás, uma evolução quanto à análise do trabalho doméstico: elas insistem sobre a produção de autonomia e da identidade do outro que está no coração mesmo desse trabalho (Adkins e Lury, 1998, citado por Molinier, 2005).

²¹ Como escreve Wharton (2004), “interpretar as atividades de serviço do ponto de vista da reprodução social coloca em evidência suas relações ‘de gênero’ com o trabalho doméstico e os trabalhos com a família.”

Vimos que o questionamento da disjunção (privado/público: produtivo/reprodutivo) estava em germinação ou presente em estado latente nas práticas e discursos das trabalhadoras, mesmo entre aquelas que são mais desqualificadas, desvalorizadas e exploradas. Diante do conteúdo de seus discursos, duas posturas podem ser pensadas para a análise sociológica.

A primeira consistiria em atribuir tudo às relações de opressão e de exploração de sexo. Conduziria a postular que essas trabalhadoras têm uma falsa consciência da sua condição, que elas não podem amar seu trabalho dado ao seu conteúdo e, finalmente, seríamos levadas a concluir sobre o aprisionamento no círculo vicioso da dominação de gênero. Na sua situação, elas não teriam outra opção do que construir uma relação positiva com seu trabalho para “suportar”. Portanto, precisariam procurar em outro lugar, fora e longe de suas experiências e vivências, as condições da emancipação.

Uma segunda postura consiste, ao contrário, em recusar essa forma de miserabilidade que tende a aprisionar as dominadas na dominação. Se existe de fato dominação, opressão e exploração, trata-se de levar a sério o que as mulheres dizem sobre seu trabalho e de considerá-las como sujeito provável de resistências no trabalho e não somente como objeto de análise para pensar a alienação ao trabalho: as condições de sua situação são também aquelas de sua emancipação.

É a postura que escolhemos adotar. Mas, temos dito, essa relação com o trabalho é apenas *potencialmente* subversiva: não tem ligação mecânica entre “potencial subversivo”, “formas de resistência” e “emancipação ou liberação”. Para se tornar uma alavanca da emancipação, é necessário ainda que se instaure uma relação *coletiva* (isto é, *política*) com o trabalho, o trabalho sendo considerado como um todo (trabalho assalariado mais trabalho doméstico). Porém, numerosos são os obstáculos.

Os obstáculos ligados à interiorização da dominação

O primeiro tipo de obstáculo remete ao que Nicole-Claude Mathieu (1985) chamou “consciência dominada” e que nós formalizamos em termos de silogismo: resumindo ao extremo nosso propósito, diremos que partimos da constatação de um discurso recorrente por parte das operárias: (todas)

as mulheres são invejosas (hipócritas, falam por trás, não solidárias etc.) e, a isso, elas opunham a afirmação: eu não sou assim. Em consequência, constrói-se o “silogismo” (Kergoat, 2001):

- Todas as mulheres são invejosas.
- Eu não sou invejosa.
- Portanto, eu não sou uma mulher.

Esse silogismo, apresentado aqui de maneira muito esquemática, remete a duas conclusões. Primeiramente, a passagem ao coletivo é, nessas condições, extremamente difícil. Em seguida, naturalizando as qualidades dos grupos de sexo (as mulheres são ciumentas *versus* os homens são solidários), esse discurso tende a tornar invisível a concorrência entre os grupos de gênero e sua hierarquização; portanto, os mecanismos sociais da divisão sexual do trabalho e o funcionamento real tanto das relações sociais de sexo como da relação capital/trabalho.

Obstáculos institucionais

Para passar do caráter subversivo ao emancipador, é necessário um operador: uma organização coletiva que permita transformar as resistências individuais em práticas combativas e reivindicatórias. Aí se encontra o questionamento ao movimento sindical e feminista.

Não poderemos, nesse quadro, evocar os *déficits* da ação sindical em matéria de luta contra a divisão sexual do trabalho, e remeteremos aos trabalhos de Josette Trat (2006) e Marie-Hélène Zylberbeng-Hocquard (2000), Sylvie Contrepois (2006), Sophie Bérout (2007) etc. Quanto ao movimento feminista, nos parece que há dificuldade para se apropriar plenamente desse potencial subversivo, para construir reivindicações que enfrentem frontalmente a divisão sexual do trabalho produtivo, remunerado, mercantil e reprodutivo, gratuito, excluído do mercado, considerando tudo isso conjuntamente. Para dizer de outra maneira, nos parece

essa relação com o trabalho é apenas potencialmente subversiva (...). Para se tornar uma alavanca da emancipação, é necessário uma relação coletiva (isto é, política) com o trabalho considerado como um todo (assalariado e doméstico).

(...) pensar o trabalho doméstico como um verdadeiro trabalho produtivo e a exploração desse trabalho como um dos desafios na organização do mercado de trabalho e da sociedade salarial.

que o movimento feminista tem dificuldades para formular reivindicações visando diretamente as relações sociais de sexo *como relações de produção e exploração*. Essa dificuldade remete àquela de pensar o trabalho doméstico como um

verdadeiro trabalho produtivo ou produtor de valor e a exploração desse trabalho como um dos desafios (o que está em jogo) na organização do mercado de trabalho e da sociedade salarial (remetemos aqui a Delphy, 1998, 2003). Enfim, trata-se aqui da dificuldade, na prática reivindicativa, de não separar o trabalho doméstico do assalariado, de não rebaixar a questão do trabalho àquela do emprego.

O sistema reivindicativo da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) pode servir como exemplo para ilustrar essa dificuldade. Ele repousa sobre uma série de dicotomias que recortam o binômio privado/público: “violências/pobreza”; “trabalho profissional/responsabilidades familiares”; “produção/reprodução”; “economia capitalista/ideologia patriarcal.”²²

Além do pouco espaço dado à questão do trabalho e da organização do trabalho na plataforma de luta comum da MMM (e mais amplamente no movimento de oposição à mundialização liberal, o que, em si, nos interroga!), percebe-se que as poucas reivindicações ligadas ao trabalho dizem respeito ao emprego (acesso a emprego, capacitação, direito à igualdade, à paridade ou também à equidade salarial), enquanto a questão do trabalho doméstico está ainda deixada de lado. A denúncia de sua invisibilização, de seu não compartilhamento e da sobrecarga que representa para as mulheres é limitada no conjunto dos discursos da MMM. As militantes apelam ao compartilhamento do trabalho doméstico, mas isso fica na ordem do simbólico na medida em que nenhuma disposição concreta é pensada para passar do princípio de uma redefinição da relação dos homens e das mulheres com o trabalho doméstico, com sua realidade.

²² Nós nos apoiamos aqui sobre uma análise do *corpus* reivindicativo da MMM de 2000 realizado em uma tese (Galerand, 2007).

Exige-se do Estado que se encarregue de uma parte desse trabalho por meio da instauração de estruturas coletivas, esperando que isso possa liberar as mulheres e lhes permitir uma melhor

inserção no mercado de trabalho profissional, recusam-se cortes nos serviços sociais na mesma perspectiva (sabe-se o que significa para as mulheres). Mas, agindo dessa forma, não se toca na designação dissimétrica aos homens e às mulheres do trabalho gratuito²³ (à relação social de sexo na esfera doméstica). Tudo se passa como se essa dissimetria fosse uma consequência da organização do trabalho assalariado sem que a recíproca seja verdadeira, ou melhor, como se, sem ter nenhum poder sobre o trabalho doméstico, que ficaria no domínio individual, devesse-se se concentrar apenas sobre o trabalho assalariado.

(...) *na prática reivindicativa, não separar o trabalho doméstico do assalariado, não rebaixar a questão do trabalho àquela do emprego.*

Ao contrário dessa tendência dominante, algumas proposições são lançadas sobre a questão do “trabalho doméstico” (Delphy, 2003); no entanto, elas ficam isoladas, são pouco debatidas no movimento feminista. É necessário dizer que existe um risco bem real (os debates atuais sobre a remuneração das donas de casa testemunham isso) de uma recuperação que aprisionaria as mulheres em um papel reprodutivo, que nos remeteria ao eterno feminino: vê-se muito bem nos debates sobre a ética do *care* (debate entre *feminitude* e universalidade).

Um exemplo de práticas emancipatórias: Coordenação das Enfermeiras*(1988-1989)

Mais uma vez, seremos muito esquemáticas e nos remeteremos aos nossos próprios trabalhos (Kergoat *et al.*, 1992) para quem quiser compreender porque a Coordenação das Enfermeiras é paradigmática do trabalho como ferramenta de emancipação das mulheres.

²³ As soluções propostas consistem geralmente em tentar encontrar um TERCEIRO pagante que vá realizar a situação dos dois grupos (de sexo) pelo alto, de maneira que essa mudança seja benéfica às mulheres sem ser prejudicial aos homens (Delphy, 2003:66). Mas isso não é possível.

* *Coordination Infirmière.*

A série de obstáculos na passagem ao coletivo (ligadas às consciências e às instituições) evocada precedentemente, a Coordenação das Enfermeiras soube como ultrapassá-la. Em primeiro lugar, evidentemente, constituindo um coletivo com uma forte capacidade de ação (resposta ao “silogismo”). Depois, pela forma que o movimento se deu – uma coordenação –, se liberou dos sindicatos sobre os quais o sujeito coletivo “enfermeiras” recentemente formado pensava não poder reinvestir para dar impulso aos seus próprios objetivos. Enfim, a Coordenação tomou distância do movimento feminista: como as enfermeiras não se colocavam como “mulheres”, elas não se reconheciam, senão individualmente, no movimento feminista. No entanto, pelas suas reivindicações, estabeleceram, ao longo do movimento, a circulação entre trabalho assalariado e trabalho doméstico. Apenas um exemplo no qual pode-se ver o trabalho doméstico no cuidado das enfermeiras em relação à família dos pacientes quando da contestação da volta ao quadro familiar de pacientes curados clinicamente, mas reduzidos ao estado “vegetal”, cuja família – isto é as mulheres dessa família – terá que cuidar posteriormente. Vê-se muito bem, com esse exemplo, que apenas as mulheres (quer dizer, voltadas ao trabalho doméstico) podiam ser sensíveis a esse problema; e, em um plano teórico, se vê como as relações sociais de sexo concorrem para formar objetivos de luta, objetivos que podem então se tornar desafios (o que está em jogo) coletivos para os homens e as mulheres.

E é a partir de práticas sociais inéditas que elas conseguiram desestabilizar as relações sociais de sexo: por exemplo, decidindo que serão mulheres que terão as responsabilidades formais (presidência da associação, 1901) e as responsabilidades práticas (responsabilidade do serviço de segurança durante as manifestações), decidindo que haja um aprendizado coletivo da oratória em público etc. E o que tornou possível essa subversão é que essas práticas eram *coletivas*, e foi coletivamente que elas se apropriaram de outras maneiras de pensar e fazer, outras formas de “produção do viver” (Hirata e Zarifian, 2000).

O que as enfermeiras em luta quiseram avançar são objetivos que integram as relações sociais de sexo, ao mesmo tempo que queriam ultrapassá-

-las, tornando-as uma vocação comum aos homens e às mulheres. O que pareceu contraditório para elas em relação ao feminismo pode nos parecer particularmente congruente com ele, de tanto que esse movimento demarca uma vontade de emancipação.

À guisa de conclusão

Então, tentemos interrogar os limites das estratégias centradas apenas no trabalho assalariado, estratégias que contornam o problema do trabalho doméstico em vez de enfrentá-lo, e que, por causa desse contorno, não podem se apoiar sobre a alavanca da relação particular que as mulheres mantêm com o trabalho para induzir um movimento de emancipação.

Pensamos ter mostrado que as práticas das mulheres trabalhadoras testemunham que elas são portadoras dessa ligação (trabalho assalariado-trabalho doméstico), subversivo para o assalariamento e o patriarcado, e potencialmente emancipador. Parece-nos que o trabalho é o único campo social onde se ligam verdadeiramente esses dois universos do privado e do público, verdadeiramente se ligam o que querem nos fazer acreditar como separados.

Bibliografia

ADKINS, Lisa et LURY, Celia. Making Bodies, Making People, Making Work. In: MC KIE, Linda et WATSON, Nick (Eds). *Organizing Bodies, Policy; Institutions and Work*. Houndmills-New York: Mac Mihan Press/St Martin's Press, 1998.

ARBORIO, Anne-Marie. *Un personnel invisible. Les aides-soignantes à l'hôpital*. Paris: Anthropos, 2001.

BAUDELLOT, Christian et GOLLAC, Michel. *Travailler pour être heureux? Le bonheur et le travail en France*. Paris: Fayard, 2003.

Collectif. *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif*. Grenoble: PUG, 1984.

BÉROUD, Sophie. *Jeunes, précaires, et issus de l'immigration dans l'action syndicale: la production, via des pratiques de lutas e d'organização renovadas, d'une identidade de classe? Comunicação apresentada no colóquio do CRAPE Classe, ethnicidade, gênero...: as mobilizações ao pé da fragmentação identitária?* Rennes, 8-9 mars. 2007.

CONCIALDI, Pierre. Bas salaires et travailleurs pauvres. *Les Cahiers français*, 304, septembre-octobre, 2001.

CONTREPOIS, Sylvie. France: Un accès encore inégal et partiel aux différentes sphères de la représentation syndicale, *Recherches féministes*, 19 (1), 2006. p. 25-45.

COUPPIÉ, Thomas et ÉPIPHANE, Dominique. Hommes et femmes minoritaires dans leur profession: le bonheur à quel prix? Communication au colloque *L'inversion du genre*, Brest, 2005 [à paraître en 2008 dans les actes du colloque aux Presses universitaires de Rennes], 2005.

DAVIDOFF, Leonore et HALL, Catherine. *Family Fortunes: Men and Women of the English Middle Class 1780-1850*. [1^a éd. 1987]. New York: Routledge, 2002.

DELPHY, Christine et KERGOAT, Danièle. Études et recherches féministes et sur les femmes en sociologie. Actes du colloque de Toulouse (1982) *Femmes, féminisme et recherches*. Toulouse: AFFER, 1984.

DELPHY, Christine. Travail ménager ou travail domestique? In: *L'ennemi principal*. Tome I: *Économie politique du Patriarcal*. Paris: Syllepse. 1998. p. 57-73.

_____. Agriculture et travail domestique. La réponse de la bergère à Engels. In: *L'ennemi principal*. Tome 2: *Penser le Genre*. Paris: Syllepse, 2001. p. 165-182.

_____. Par où attaquer le « partage inégal » du « travail ménager »?. *Nouvelles Questions Féministes*, 22 (3), 2003. p. 47-71.

DUNZAT, Xavier. *Chômage et action collective. Luttés dans la lutte. Mouvements de chômeurs et chômeuses de 1997-1998 en Bretagne et rapports sociaux de sexe*. Thèse de doctorat, Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines. 2004.

ELAYOUBI, Fatima. Prière à la lune. Paris: Bachari, 2006.

ESMAN, Sylvie. Faire le travail domestique chez les autres. Transcription de l'instruction au sosie suivie du commentaire. *Travailler*, 8, 2002. p. 45-72.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Travail domestique. In: HIRATA, Helena et al. (Éds). *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: PUF, 2000. p. 235-240.

GALERAND, Elsa; CORBEIL, Christine et DESCARRIES, Francine. *Répét-Ressource de l'Est de Montréal. Monographie d'une entreprise*

d'économie sociale en aide domestique, Université du Québec à Montréal: Cahiers du Larepps, 2004.

_____. Les Rapports sociaux de sexe et leur (Dé)matérialisation. Retour sur le corpus de la Marche Mondiale des Femmes. Thèse de doctorat, Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines/Université du Québec à Montréal, 2007.

HIRATA, Helena et ZARIFIAN, Philippe. Travail (le concept de). In: HIRATA, Helena et al. (Éds). *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: PUF, 2000. p. 230-235.

HOCHSCHILD, Arlie. Le nouvel or du monde. *Nouvelles Questions Féministes*, 23 (3), 2004. p. 59-74.

JUTEAU, Danielle. De la fragmentation à l'unité. Vers l'articulation des rapports sociaux. In: *L'ethnicité et ses frontières*. Montréal: Presses universitaires de Montréal, 1999. p. 103-129.

KERGOAT, Danièle. *Les femmes et le travail à temps partiel*. Paris: La Documentation française, Document travail emploi, 1984.

_____. Le syllogisme de la constitution du sujet sexué féminin. Le cas des ouvrières spécialisées. *Travailler*, 6, 2001. p.105-114.

KERGOAT, Danièle; IMBERT, Françoise; LE DOARÉ, Hélène et SENOTIER, Danièle. *Les infirmières et leur coordination 1988-1989*. Paris: Lamarre, 1992.

MATHIEU, Nicole-Claude. Quand céder n'est pas consentir. Des déterminants matériels et psychiques de la conscience dominée des femmes, et de quelques-unes de leurs interprétations cri ethnologie. In: *L'Arraînement des femmes. Essais en anthropologie des sexes*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences sociales (EHESS), 1985. p. 169-245.

MÉDA, Dominique. *Le travail*. Paris: PUF, 2004.

MOLINIER, Pascale. Le care à l'épreuve du travail. Vulnérabilités croisées et savoir-faire discrets. In: PAPERMAN, Patricia et LAUGIER, Sandra (dir.), *Le souci des autres. Éthique et politique du care*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2005. p. 299-316.

PAPERMAN, Patricia et LAUGIER, Sandra (dir.), *Le souci des autres. Éthique et politique du care*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2005.

TRAT, Josette. La responsable féministe, la «mauvaise tête» dans les organisations mixtes. Note de recherche. In: Fougeyrollas-Schwebel, Dominique et

VARIKAS, Eleni (coord.). *Féminisme(s). Recompositions et mutations*. Paris: L'Harmattan, 2006. p. 143-158.

TRAT, Josette et ZYLBERBERG-HOCQUARD, Marie-Hélène. *La participation des femmes aux instances de décision des syndicats*. Rapport de recherche. Paris: GEDISST-CNRS, 2000.

WHARTON, Alice. *Femmes, travail et émotions: concilier emploi et vie de famille*. Travailler, 12, 2004. p.135-160.

Tradução: TARDIEUX, François. Título original: Le potentiel subversif du rapport des femmes au travail. Publicado In: *Nouvelles Questions Féministes*, Vol. 27, N. 2. Lausanne: Éditions Antipodes, 2008. p. 67-82.

Tradução devidamente autorizada pela autora e por *Nouvelles Questions Féministes*.



Textualidade da liberação liberdade do texto

Françoise Collin

A questão da criação (e da criação feminina) é, na maioria das vezes, assimilada à questão da arte. Ora, se a arte é seu revelador privilegiado, não é, entretanto, seu domínio exclusivo. Minha pergunta aqui, portanto, não será tanto: a quantas anda a arte das mulheres?, mas antes: em que a arte é importante para nós e é importante para o campo teórico e prático aberto pelo feminismo?

A questão da criação feminina tem sido frequentemente tratada em dois registros principais. Por um lado, o número relativamente baixo de criadoras reconhecidas, no passado e até mesmo no presente, levou à interrogação quanto às condições socioculturais que frearam o acesso das mulheres à criação, assim como quanto aos mecanismos que condicionam seu menor reconhecimento e seu relativo esquecimento pela história. Por outro lado, reflexões gerais e análises de textos alimentaram a questão de saber se existe uma especificidade da criação das mulheres, seja na escolha dos campos e formas de expressão, nos temas ou no estilo. Certas teorias sustentam até que toda arte, se não toda criação, pertenceria ao que se pode chamar de uma posição feminina, partilhada tanto pelos homens



quanto pelas mulheres (no espaço francês, encontra-se essa posição, entre outros, em Jacques Derrida, Hélène Cixous ou em certos textos de Lacan).

Parece-me, em todo caso, que a afirmação de uma “especificidade feminina” da arte ou da criação que ultrapasse a análise factual para se erigir como princípio correria o risco de exercer uma função normativa, discriminando, dentre as obras de mulheres, as ortodoxas que atendem aos critérios do feminino, e as heterodoxas. Pois, se pode ser verdade que as mulheres, mulheres criadoras, privilegiaram certas formas de expressão ou certos temas no decorrer da história, essa constatação, no entanto, não pode ser extrapolada para tomar lugar de lei geral válida para todos os tempos e todos os lugares sem ter de, imediatamente, entrar em acordo com um número considerável de “exceções”, seja que se encontrem traços caracterizados como femininos num bom número de obras de homens, seja que traços supostamente masculinos pertençam reciprocamente a um bom número de obras de mulheres. Extrapolado dessa maneira, o critério do feminino funciona como um desejo, até mesmo como um imperativo, substituindo as normas do mundo masculino mais do que as abolindo. Sem deixar então de admitir que a filiação sexuada, como a filiação nacional, regional ou histórica, pode dar certa inclinação à obra – e pode ser analisada como tal pela crítica –, é preciso reconhecer que a obra nunca é redutível a seus componentes ou a um deles. Esses componentes peculiares, que fazem a materialidade da obra, aliás, nem por isso limitam seu alcance mas são, ao contrário, o suporte de sua universalidade potencial. Assim, as obras de mulheres não se destinam apenas às mulheres, assim como as obras italianas não se destinam apenas aos italianos ou as obras do século

XVIII só a seus contemporâneos. Seria sem dúvida mais justo dizer que, nos exemplos citados, as mulheres, os italianos, as pessoas do século XVIII foram ou são os primeiros depositários delas – mas não necessariamente os primeiros destinatários – e os primeiros responsáveis.

A sociedade e o mundo

Mais essencial que a determinação das características da criação das mulheres é a necessidade de sustentar aquilo que é criação numa mulher. Pois, se as mulheres estão cada vez mais presentes nas diversas engrenagens da sociedade, é verdade que, como já enfatizava Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*, ao se interrogar sobre a criação literária, elas ainda não estão realmente no cerne do mundo, nem são portadoras de um mundo. Ou ainda, para retomar uma terminologia de Hannah Arendt, não é seguro que o movimento de liberação delas lhes tenha dado acesso à liberdade, na medida que a necessidade de se “liberar” começa por amarrar ainda mais àquilo de que nos liberamos e cujos termos temos que assimilar. A criação não provém de uma afirmação de princípio. Não pode, enquanto tal, ser objeto de uma “reivindicação” que conste de uma plataforma política, a qual pode apenas tratar do desenvolvimento de suas condições. Ela só tem sentido se cada uma estiver diretamente envolvida. Estar envolvida significa permanecer atenta ao aparecimento das obras de arte, não como a um objeto estranho, mas para salvaguardar em **si mesma**, em sua própria atitude teórica ou prática, aquilo que as obras levam a ouvir, ou seja, a parte de indecidibilidade e opacidade essencial a qualquer procedimento humano. Pois, se a criação é portadora de sentido, ela surge, em primeiro lugar, como insensata aos olhos do sentido reconhecido: a criação trabalha a liberação, alimentando-a e contestando-a ao mesmo tempo.

A arte então terá algo a ver com o movimento de liberação das mulheres, e como? A arte terá algo a ver com a constituição ou a manutenção de um mundo comum? A arte terá a ver com política?

Aproximar os dois termos, arte e política, obriga a afastar de saída uma concepção de suas relações de triste memória, em que, em nome da “revolução” que viria a dar direitos a uma classe social discriminada, a arte

se encontrava pura e simplesmente instrumentalizada como “arte proletária” (oposta à arte “burguesa” decadente) e, logo depois, arte de Estado. No feminismo, estamos longe desse militantismo,

mas não se deve subestimar o risco de um desvio, pelo menos ideológico, quando a arte só é autenticada como arte de mulheres, e melhor ainda como arte feminista, e são privilegiadas as artistas que reivindicam esse termo.

(...) a criação trabalha a liberação, alimentando-a e contestando-a ao mesmo tempo.

Essa articulação por certo não é aquela vivida pelo movimento das mulheres em seu início, movimento que pensava e vivia a liberação como um trabalho a cada vez e ao mesmo tempo político, social e simbólico. Pode-se pensar que aquele primeiro movimento, inteirinho, teve relação com o mundo como com um texto. As mulheres, indo e vindo, falando, encontrando-se, escreviam ao viver uma história, um lugar, traçavam o inaudito numa espécie de criação cruzada (mais que coletiva) itinerante. Houve uma estética da liberação, uma revolução sensível, a liberdade coincidindo com a graça, numa certa indiferença – é verdade – pela institucionalização ou a representação.

A evolução do movimento feminista esmaeceu muito ou, às vezes, até aboliu completamente essa estética, essa *aisthesis*. Essa evolução se realizou constituindo dois campos como privilegiados: por um lado, o de uma nova ciência – com o desenvolvimento dos estudos feministas – que reivindicou seu lugar na organização do saber; de outro lado, o de um agir, agora articulado com a lei e o funcionamento das instituições políticas existentes. Já a relação com as pessoas ficou relegada ao campo dos grupos de ajuda social, onde os indivíduos mulheres aparecem apenas como vítimas. Estabeleceu-se assim, espontaneamente, uma espécie de partilha de papéis entre as vencedoras e as vencidas, cuja existência justifica e alimenta o discurso das primeiras.

Nessa divisão do trabalho, o insurrecional cedeu lugar ao instrumental. Nesse “progresso”, alguma coisa se perdeu. E essa perda parece ser um grande perigo. As mulheres certamente não pararam de criar, e até cada vez mais numerosas, se não cada vez mais reconhecidas, em certas artes tais como o cinema ou a dança. Mas de certo modo elas prosseguem em

sua trajetória ao lado, quando não afastadas do movimento feminista. Não há, ou já não há mais, artista que se diga feminista, mesmo quando ela reconhece que sua qualidade de mulher não é estranha à sua obra. Mas talvez seja porque não há mais lugar no feminismo para a radical liberdade da artista e da obra.

Se em alguns países, como a França, a arte e as artistas – com algumas exceções – desapareceram pouco a pouco do espaço feminista, e se há poucas artistas que ainda reivindicam para si o título, nem sequer de feministas, mas de mulheres, é verdade que, em outros, uma arte de mulheres e/ou que pode se exibir como tal (em exposições, festivais) prossegue seu movimento, na maior parte das vezes, de maneira paralela. Mas a questão não é essa. A questão é saber se o pensamento feminista, o movimento feminista e, portanto, as mulheres que nele se reconhecem, que o sustentam, o alimentam, o orientam com suas iniciativas, ainda ouvem ressoar a interpelação da criação na própria atitude delas, se a preocupação com a eficácia não as afastou pouco a pouco, se a preocupação com as finalidades não obliterou aquela “finalidade sem fim” a que a arte apela, segundo os termos definidos por Kant.

Haveria então incompatibilidade entre um movimento de liberação e a liberdade que ele pretende promover? A liberação, ao contrário de ser a condição da liberdade, seria ela ou se tornaria ela a impossibilidade desta? Isso seria no mínimo paradoxal. Haveria no movimento de liberação uma injunção explícita ou implícita à qual a criação tenha que se subtrair para sobreviver? Seria o feminismo incompatível com a criação, se esta não estiver sob condição? Ter que responder afirmativamente seria preocupante. Pois, uma liberação que se pagasse com a perda da criação (ou que, mais precisamente, deixasse a criação se desenvolver a seu lado, mas sem poder de interpelação) seria uma liberação mutilada.

A interpelação da arte

É sem dúvida importante definir com precisão o que se quer dizer com “ouvir ressoar a questão da arte” na teoria e na prática de cada uma. O que é que permite ou impede a escuta da arte dentro de um comportamento?

O que é que nele mantém o essencial dela? O que perdemos agora, no passado, afastando-nos da arte?

A distinção grega da *práxis* e da *poiesis* me parece poder esclarecer o que estamos visando aqui. A *poiesis*, no mundo grego, é um fazer, um fabricar, articulado com um fim já presente ou que ela se dá e em relação ao qual se instrumentaliza. Já a *práxis* é aquele agir, ou aquela enunciação, cujo fim permanece ausente, que não se desenvolve sob a garantia de modelo algum, mas numa espécie de risco permanente no desconhecimento de seus meios e seu fim. A *poiesis* vai em direção àquilo que ela já sabe; a *práxis*, porém, vai em direção daquilo que ela não sabe.

O desconhecimento, comandando a *práxis*, ressuscita, no seio do movimento teórico ou prático, a possibilidade do desvio, ou do divertimento, que o torna atento à multiplicidade das formas ocultada pela pretensão autoestradeira do pensamento e da prática. O desconhecimento desvia do caminho reto. “O caminho para a escola” revela trechos de paisagem ou panoramas inéditos. O pensamento e a prática se demoram, no não apressado, não tendo contas a prestar. Movimento do passante desocupado, travessia de passagens, passeio sem rumo, bem ilustrado pela obra de Walter Benjamin, e onde o mais encaminhado já não é a via reta, mas a curva. A criação nasce da distração e da flutuação da atenção que pousam no poder revelador do detalhe. A criação, que a arte chama, não trata dos possíveis, porém, dentro mesmo dos possíveis, do impossível (Maurice Blanchot). Ela prefere a palavra mais certa à palavra mais verdadeira. E a palavra mais certa às vezes é a pontuação do silêncio.

O peculiar da palavra da arte é manter-se na pergunta, formular e reformular a pergunta, mais do que conduzir a língua a ser uma língua de resposta. Abordar o que é em sua complexidade, sem reduzi-lo a suas linhas dominantes, sem pô-lo em questão. Esquecer o Uno. Fazer surgir do jogo das sombras e luzes aquilo que nunca será translúcido.

Teoria e criação

Ora, a prática feminista do pensamento e do agir, movida pela urgência do curto prazo, muitas vezes privilegiou o pragmático antes que o *práxico*

com o risco de só se apegar àquilo que funciona. Pois todo movimento de liberação, e a teoria de acompanhamento secretada por ele, comporta um inevitável fantasma de domínio. O risco é o de transformar e extrapolar um indispensável trabalho de elucidação e denúncia sociopolítica em concepção do mundo, em filosofia, o pensamento ficando reduzido a seu papel instrumental: compreender para agir sobre. Ora, esse tipo de compreensão não é tudo na relação com o mundo, e no pensamento do mundo, que também é da ordem do vincular-se, do fazer aparecer, do ligar-se com, da escuta, por seu lado desenvolvida pela atitude artística, na qual a crítica nunca é distinta da celebração.

Em matéria teórica, é surpreendente que no próprio momento em que as ciências questionam a análise de seu funcionamento, e esse funcionamento mesmo, tal como foi interpretado pelo cientificismo positivista, as ciências humanas – de que dependem os estudos feministas – reforcem esse mesmo modelo cientificista, concebendo o saber como um instrumento de domínio, confundido com a verdade. Já não há mais excedente do pensamento em relação ao saber.

Com pressa de operar, a teoria afasta de si aquilo que possa atrapalhar sua coerência. Ela não enxerga, ou até se furta, àquilo que possa complicar sua tarefa. A teoria simplifica aquilo que toca, mas reciprocamente toma cuidado para só tocar no simplificável.

Com o passar dos anos, constituiu-se um certo consenso, uma certa forma de ortodoxia (com variáveis), que se trata de não interrogar, de não ameaçar. Ou pelo menos constituiu-se, com grande esforço, um espaço (em forma de *no man's land* – mantido desde então como espaço protegido, lugar de caça proibida, talvez até propriedade privada, e que condiciona implicitamente o reconhecimento da qualidade de feminista. Donde a dificuldade de nele

introduzir o novo, e até simplesmente recém-chegadas. O pensamento voltado sobre si mesmo suspeita do que vem de outro lugar.

O peculiar da palavra da arte é manter-se na pergunta, formular e reformular a pergunta, mais do que conduzir a língua a ser uma língua de resposta.

Aquilo que, do feminismo, é passado às gerações das filhas é um embrulho

de presente que, às vezes, parece um pacote contendo uma bomba. Não uma nova maneira de sentir, viver, ligar-se, mas um instrumento de análise, uma “vida modo de usar” (Pérec), uma vida em *kit* (*do it yourself*). O mundo não é mais um texto, porém uma rede de sinalização onde as placas “atenção: perigo” são as mais numerosas. (Pude me alegrar, em outro texto mais antigo, com o fato de que a transmissão já não seja mais apenas a do corpo – a vida –, mas de um *corpus*; entretanto, um *corpus* não é uma doutrina).

A escuta da arte (...) nos leva a elaborar apenas teorias abertas, nômades, vulneráveis até, e não instrumentos fixos que forcem o real.

Ora, a criação é indiferente a esses limites, até mesmo a esses ditames. Ela fica à espreita do que venha a contradizê-la. Ela se oferece à contestação, pois é somente nessa abertura que ela escapa à reificação. A escuta da arte é salutar para o pensamento como para a prática. Ela nos leva a deixar o pensamento sem borda, sem acabamento, a elaborar apenas teorias abertas, nômades, vulneráveis até, e não instrumentos fixos que forcem o real. É a atenção flutuante que permite fazer progredir a compreensão dos fenômenos. O progresso provém da qualidade de deslizamento do olhar.

Será que a inclinação do saber em direção à sua versão instrumental resulta de uma necessidade? Será por causa da urgência em que estamos de compreender os mecanismos de nossa opressão, de fornecer um modelo explicativo simples dela na esperança de resolvê-la, que a economia muitas vezes parece regulamentar nossas buscas? Ou não haverá também nesse modo de funcionamento uma preocupação inconfessa de agir conforme um modelo ou suposto modelo do saber reconhecido? Ao reduzirem a amplitude e a complexidade de seu pensamento sensível à rigidez da tese, não estarão as mulheres atestando sua fraqueza mais que sua força, sua servidão (em relação às formas do saber e do poder) mais que seu domínio – ou um domínio que não soube alcançar o estado de soberania?

É muitas vezes espantoso constatar que, se os homens são capazes de fazer passar em seus escritos teóricos quase tudo o que pensam, de modo que o encontro com eles não surpreende a quem leu sua obra, as mulheres, ao contrário, têm um excesso considerável de saber desconhecido em relação

É a atenção flutuante que permite fazer progredir a compreensão dos fenômenos.

ao que elaboram com ele. E parece que, apesar da riqueza da produção teórica feminina, esta frequentemente renuncia, talvez para agir conforme as leis do mercado, a uma parte considerável de

seus recursos próprios. Há, hoje em dia, no pensamento das mulheres e das feministas, mais informulado do que formulado, mais bordas do que centro, mais excluído do que incluído. O pensamento pensado não recobre o pensamento pensante. Ora, é esse trabalho de inclusão do excluído o que está em jogo no novo...

Pode-se evidentemente fazer a pergunta: podem esses recursos caber na teoria? Será o pensamento pensado capaz de acolher o pensamento pensante? Será que o modo de expressão privilegiado deste não está em outro lugar, nessas outras práticas que são, por exemplo, as formas artísticas? Em todo caso, é lá que elas podem se manter como que em reserva e continuar a viver, esperando para serem reintroduzidas num processo de teoria e ação devolvido à sua vocação de liberdade.

A língua e as línguas

Não há pensamento que não esteja ligado a uma língua. O imperativo da comunicação e a preocupação com o reconhecimento pelo maior número nos levam, como a todos os outros cientistas, a deixar de lado a língua, a nossa língua, não em proveito de uma matemática universal, mas em proveito de um sistema elementar de comunicação, um esperanto tirado do inglês, chamado inglês (mas que não é a língua de Shakespeare, nem de Virginia Woolf) e que agora preside as trocas. A comunicação se estabelece, é verdade, mas à custa de que mutilações, de que renúncias? Passam através desse filtro alguns conceitos desenraizados, como cadáveres flutuando na superfície das águas, e que servem de repasto às vontades canibais de qualquer saber, capitalizando a informação (ter o mais completo caderno de endereços internacionais, o mais sensacional banco de dados). A tradução, como a bolsa, estabelece entre as palavras, como entre as moedas, equivalências em todas as línguas – servindo o dólar de referência.

Ora, onde se forma o pensamento se não numa língua (de maneira que a obra dos filósofos poderia – deveria – ser analisada do mesmo modo que uma obra literária, em sua estrutura e suas palavras, tanto quanto em suas ideias). A perda das línguas em proveito de um sistema de estoque-troca permite a comunicação, mas de quem e de quê? Indispensável para os encontros esporádicos, os colóquios, as trocas verbais, o esperanto (que, aliás, nesses casos, está sustentado pela presença daquela que fala) não pode de modo algum impor sua lei no lugar de elaboração do pensamento, que corre o risco de se habituar a se constituir com vistas à sua tradutibilidade, procurando simplificar o complexo de maneira a conservar sua chance de fazer passar menos, porém para o maior número, interiorizando assim, pouco a pouco, o imperativo da mídia. Esse risco hoje em dia é real.

A ficção para além das facções

Parece-me então que a urgência não está apenas em ressuscitar o conhecimento das mulheres artistas do passado, ou favorecer o desenvolvimento das do presente, porém voltar para junto delas, dialogar com elas, tornar a colocar a interrogação e o trabalho delas no âmago do trabalho das que fazem a teoria e das que fazem a prática, não para saber mais a respeito, mas para pensar de outra maneira. O que estou tentando exprimir aqui, então, não é a necessidade de acrescentar uma rubrica ao leque de nossos conhecimentos, dedicar a isso um departamento, um capítulo, um artigo, mas se deixar interpelar por essa outra palavra que não suporta a injunção e que, fora dos caminhos já conhecidos, só comporta os limites que ela se coloca, que ela tem o dever de se colocar para si mesma, de inventar para si. A ampliação do campo de comunicação do poeta (do artista) não depende da simplificação da língua, de sua internacionalização, mas de seu aprofundamento. O poeta (o artista) persegue a valorização dos recursos infinitos da língua e não sua redução: a universalidade de sua mensagem não está ligada à sua adaptabilidade, mas à sua irredutibilidade.

Que não se veja aqui, no entanto, uma apologia idealizante da arte e dos artistas, como se a atitude deles também não estivesse ameaçada por uma forma de alienação que consiste principalmente no alinhamento pela

moda e pelo mercado, como se a liberdade não fosse, aí também, um desafio sustentado cotidianamente, como se a criação fosse óbvia.

Pelo menos não se entra nisso de uma vez por todas, como funcionário, por nomeação, mas tem-se que se declarar nesse campo constantemente, até que sobrevenha (raramente) a reputação. O risco corrido, a incerteza permanente, o caráter absolutamente singular da obra como de um idióleto, que as referências desvalorizam mais do que garantem, seu caráter absolutamente não cumulativo e decididamente inutilizável, tornam, no entanto, mais indispensável o elemento de criação, o caráter *práxico* do trabalho, na incerteza de seu fim.

Bivaque

O movimento de liberação das mulheres – o feminismo – é um texto que se desenvolve, não uma tese. É uma linha melódica, não uma marcha militar. É uma inspiração, a inspiração de um sopro. O feminismo se respira mais do que se enuncia. De tanto dar o último suspiro, ele renasce.

Foi dito com bastante frequência que a época dos grandes relatos, ou seja, das representações salvadoras, veio a dar em política. O feminismo nunca sucumbiu diante da ilusão dos “grandes” relatos, mas foi e permanece urdido por relatos que pretendem irrigar a teoria e a prática. Toda teoria inovadora não será, antes de tudo, uma ficção? Toda aventura do espírito não será a passagem do registro das facções ao registro da ficção? A ficção tem relação com o verbo fazer: ela imagina e faz ao mesmo tempo. Nisso se distingue da utopia que, em lugar nenhum, mantém-se nas nuvens, indiferente aos atos da terra. A ficção sobrevive à facção, como essência do fazer.

Pode acontecer que o fôlego se esgote. Pode acontecer que os projetos de reformar o mundo se repitam. Pode acontecer que não haja mais projeto. Pode acontecer a falta de gente no mundo. Pode acontecer que as palavras fiquem desgastadas. Pode acontecer que o discurso tenha ressecado a boca. Pode acontecer que a revolução ocorra numa relação. Pode acontecer que a máquina habitada esteja desabitada mas, no entanto, continue sua corrida, dando o troco. Pode acontecer que a gente tome conta da mudança. Pode

acontecer que se encontre todo o mundo no mundo, que se percorra o mundo e que as pessoas faltem.

Esses tempos de latência, esses aparentes parênteses, esses momentos de percursos subterrâneos das fontes, esses bivaques, são parte integrante de uma vida singular ou de um movimento coletivo. Eles deixam chance para a aproximação do novo e de recém-chegadas, de recém-chegados. É então – por uma suspensão momentânea do discurso – que a necessidade do canto se impõe na palavra. Esse momento faz apelo à criação.

Tendo escrito este texto no isolamento do campo, sem as notas nem os livros que o teriam alimentado de citações, substituo as referências que deveriam acompanhá-lo por agradecimentos a Ginette Le Maître, com quem tive diversas conversas sobre esse assunto nos últimos meses, assim como a algumas amigas artistas, entre as quais Claire Lejeune, que prossegue incansavelmente, há anos, uma obra de reflexão incondicional.

*O movimento de liberação das mulheres
– o feminismo – é um texto que se
desenvolve, não uma tese.*

COLLIN, Françoise. Textualidade da liberação: Liberdade do texto. In: Estudos feministas, Número especial. Rio de Janeiro : Escola de Comunicação UFRJ (Ciec), Ano 2, n. 150, out. 1994.

pontos de vista pontos de vista pontos de
vista pontos de vista pontos de vista pontos
de vista pontos de vista pontos de vista



pontos de vista pontos de vista pontos de



pontos de vista

Fórum Social Mundial

pontos de vista

O Fórum Social Mundial como prática política e utopia crítica

Lilian Celiberti

Porque é um espaço onde confluem os protestos com as esperanças, e o desassossego com a construção de alternativas. Onde estão os do Movimento Sem Terra e os que vivem sem teto e sem janela, os movimentos indígenas e afrodescendentes junto aos jovens e aos economistas, aos transexuais e às feministas. Os que fazem massagens holísticas com os acadêmicos. Os que lutam contra os produtos transgênicos e os que são transgêneros. Hindus, muçulmanos,

judeus, católicos junto aos sindicalistas e às pessoas que promovem o Esperanto como linguagem universal.

(Lucy Garrido, 2002)

Ore versus nhande

No idioma guarani, o pronome pessoal *ore* define um “nós excludente”, isto é, não inclui as pessoas com quem se fala, seja porque “não são do seu mesmo grupo, seita ou tribo.” (Ortiz Mayans, 1982).¹ Contrariamente, o pronome *nhande* é um nós “mais amplo que o *ore*, inclui as pessoas com as quais se fala”² e é, portanto, um nós inclusivo.

Ore versus nhande serve como metáfora para analisar a disputa entre diferentes culturas políticas que se vivencia na América Latina entre alguns líderes de movimentos sociais. Neste confronto, se põe em jogo não só a conformação antagônica de um “nós” excludente de outras práticas e visões políticas, mas o caminho para construir novas hegemonias para as mudanças.

Um exemplo que ilustra estas lógicas é o processo de organização do Fórum Social das Américas. Para a Secretaria do Fórum das Américas e alguns dirigentes e líderes de movimentos e redes, o “reconhecimento” de “outros” e “outras” passa exclusivamente pelas definições da sua política de alianças (Assembleia de movimentos sociais), deixando de fora os que não pertencem

à mesma. Esta lógica de reconhecimento e invisibilidade é uma prática conhecida e de longa trajetória nas esquerdas, sempre chamada simplesmente de sectarismo.

A organização do Fórum Social das Américas, em sua última edição, no Paraguai, envolveu apenas um pequeno número de organizações regionais no Comitê Hemisférico (entre as quais constava a Articulação Feminista Marcosur - AFM). Em parte, a escassa convocatória é motivada pela reiteração de práticas de manipulação da informação, de decisões tomadas fora das reuniões e a repetida lógica “do *ore*”, ou seja, favorecer só aos “amigos” em detrimento de processos mais plurais, amplos e democráticos.

Como toda lógica de exclusão, essas práticas enfraquecem os processos de encontro, diálogo e tradução que constituíram a principal contribuição da cultura fórum para a revitalização da utopia. A pluralidade de pontos de vista, focos e estratégias são a matéria-prima de uma nova cultura política.

Concordamos com Chico Whitaker quando diz que, sem cuidar radicalmente da expressão da diversidade, o Fórum esgota-se em si próprio e não permite ampliar o espaço de envolvimento para além do que já existe como espaço organizado.

Há uma década, a convocatória propositiva de “Outro mundo é possível”

chamou uma multiplicidade de atores, campanhas, redes e alianças, e conseguiu ressignificar a utopia como motor da construção política, colocando em primeiro plano o protagonismo de movimentos, atores e sujeitos sociais. Boaventura de Sousa Santos (2005) diz que o Fórum Social Mundial - FSM é a primeira utopia crítica do século XXI. Uma utopia radicalmente democrática, que quebra com a tradição das utopias críticas da modernidade ocidental, abrindo espaço para a construção de novos paradigmas.

Em vez de pretender que a perplexidade seja absurda ou que possa ser eliminada por uma simples resposta, transforma-se a perplexidade em sintoma de complexidade subjacente. De acordo com isso, a perplexidade torna-se a experiência social de um novo âmbito aberto de contradições onde é produzida uma competição entre diferentes possibilidades inacabadas e não regulamentadas. E como os resultados dessa competição são bastante incertos, há muito espaço para a inovação política e social, uma vez que a perplexidade transforma-se na capacidade de viajar sem mapas confiáveis. (Santos, 2010, p. 380).

A partir da nossa experiência feminista, foi essa, sem dúvida, a principal motivação para nos envolvermos na

(...) a convocatória propositiva “Outro mundo é possível” conseguiu ressignificar a utopia como motor da construção política.

aventura de interação, diálogo e busca aberta pelo FSM.

O movimento feminista, como diz Betânia Ávila, “não é movimento que manda, centraliza, define modelos a serem seguidos. Pelo contrário, é um movimento que se abre, se expande às vezes de forma contundente.” (...) Trata-se de “um movimento que quer reinventar e radicalizar a democracia política e a democracia social.”³

Partindo dessas premissas, é um movimento que questiona, interpela e disputa sentidos teóricos e práticos, políticos e epistemológicos.

As demandas e produções dos movimentos mostram problemas e conflitos que nos posicionam frente a opções de futuro para construir alternativas, novos parâmetros de sociabilidade que possam reconstruir as malhas desse tecido social profundamente lacerado pela desigualdade.

Os povos indígenas, o movimento afrodescendente, o movimento feminista

e de mulheres, os sem terra, os sem teto, os que disputam soberania alimentar e justiça ambiental, aliados a toda a diversidade de posturas ideológicas, políticas, estratégicas e táticas, contribuem com a afirmação de novos “sentidos comuns” e com uma nova compreensão dos direitos individuais e coletivos.

Os dez anos do Fórum têm deixado como principal contribuição a porosidade destas interações para criar novos sentidos comuns no momento de incluir, no debate público, a construção de alternativas ao capitalismo no terreno político, econômico, cultural e social. A ação dos movimentos sociais tem como principal contribuição politizar os problemas e desafios que as sociedades devem enfrentar.

A riqueza da vida social e cultural manifesta-se na arena política como a ponta de um iceberg, como “a outra face da lua”, no dizer de Melucci, “como aquela parte da nossa vida comum que pressiona constantemente para vir à luz e que nos lembra os limites dos nossos

(...) abre-se a
possibilidade de
experimentar
interações que
permitam construir
novas culturas
políticas.

mecanismos de representação e dos nossos processos decisórios.” (Melucci, 2001, p. 57).

Ao considerar-se que o FSM não é tão só um evento, mas principalmente um processo cujo ganho fundamental é ser percebido como processo coletivo de redes, coalizões, campanhas, alianças e movimentos, abre-se a possibilidade de experimentar interações que permitam construir novas culturas políticas. Sem caráter decisório, sem maiorias ou minorias, pretende-se consolidar um espaço diverso, plural, não governamental, não confessional, descentralizado, movimentista e sem nenhuma pretensão de representar todas as iniciativas impulsionadas por uma sociedade civil global em formação.

Ninguém estará autorizado a expressar, em quaisquer de seus encontros, posições que pretendam ser representativos de todos os seus participantes. (...) O Fórum, portanto, não se constitui em uma instância de poder, a ser disputado pelos participantes de suas reuniões, nem pretende constituir-se em uma única alternativa de articulação ou ação das entidades e movimentos que dele participem. (Carta de Princípios do FSM).

Esses princípios constituem um marco fundamental para o desenvolvimento do debate político e, nestes dez anos, têm deixado, sem dúvida,

experiências e práticas políticas de grande riqueza.

Como bem expressa Betânia Ávila, “Neste espaço, os movimentos encontram um *locus* fecundo para suas alianças, impulsionando uma relação dialética na qual os movimentos produzem um processo, que reconfigura a dimensão de cada movimento e os movimentos em geral” (2010). Porém, têm sido, e continuam sendo, um campo de disputa. (Voltarei sobre este ponto mais adiante).

O diálogo como prática política

Colocarmo-nos em diálogo significa um esforço teórico, político e pessoal que possibilita a construção de outras categorias e outras abordagens para romper as formas hegemônicas de classificação. Incluída a possibilidade de pensar os problemas - simultaneamente a partir da perspectiva feminista, cultural, ecológica, econômica e social - cria novas categorias e perguntas que desafiam cada um dos campos, tomadas isoladamente.

Para poder criar uma pedagogia da alteridade, como diz Escobar, é necessário ver o/a outro/a na sua diferença radical sem pretensão de assimilação e/ou da conquista.

A partir de cada prática política e seus atores, abrem-se terrenos de interpelação e disputa a respeito de si e de outros movimentos e, a partir daí, são gerados

(...) questionamentos simultâneos ao etnocentrismo, ao patriarcado, à heteronormatividade.

novas brechas e texturas.

Avançar em novas concepções de organização da vida em comum pressupõe percorrer um caminho de rupturas teóricas, descolonizações e questionamentos simultâneos ao etnocentrismo, ao patriarcado, à heteronormatividade. Pressupõe diálogos e confrontos que abrem espaços de conflito, tanto nos discursos, como nas práticas políticas.

Esse caminho de rupturas está ainda longe de gerar propostas mais articuladas e precisas. De fato, esse aspecto é centro das maiores críticas, já que, no FSM, juntam-se os que buscam criar alternativas ao capitalismo, com aqueles que querem criá-las dentro do capitalismo. Esta pluralidade que, do meu ponto de vista, é a maior fortaleza do FSM, é vista por outros atores como sua maior debilidade. Como expressa Virginia Vargas (2010),

“é a sociedade civil quem constrói hegemonia, porque constrói espaços para as articulações, o reconhecimento, as alianças e a produção de

novos sentidos comuns que as orientam. Portantiero define a hegemonia como a ordenação particular e irrepetível de elementos simbólicos e materiais com os quais uma cultura política se organiza institucionalmente.”

A prática política como campo de disputa

Na mesma medida em que o Fórum cresceu como espaço simbólico, a tentação de “capitalizar” – no sentido mais tradicional do termo – um movimento tão vasto está presente nas disputas e debates sobre alguns temas centrais: as formas de organização; a relação com partidos e governos; se o FSM deve pronunciar-se ou não sobre os episódios da conjuntura política; ou se o FSM deve ter uma declaração final que o posicione como tal. Em torno a essas temáticas não há um campo feminista *versus* os demais movimentos. A tensão dos caminhos de construção política das alternativas confronta também o

Esta pluralidade que, do meu ponto de vista, é a maior fortaleza do FSM, é vista por outros atores como sua maior debilidade.

campo dos feminismos. Quando falamos como feministas identificamos um campo político plural no qual coexistem diversas concepções políticas e organizativas, mesmo que compartilhem uma mesma agenda temática. A diversidade de concepções feministas baseia-se nas diferenças teóricas e ideológicas, mas principalmente se posicionam no campo de opção política, pela prática de construção das alternativas.

É assim que nos debates destes dez anos no FSM e, particularmente no Comitê Internacional, nos situamos no campo do debate político do Fórum, enquanto outras feministas se posicionaram em outro polo.

A opção política no campo político

Dentro do Comitê Internacional, temos impulsionado desde o início da concepção do Fórum, como um espaço habilitante,⁴ um *habitus* para a expressão dos diversos atores, defendendo radicalmente o caminho de construção de alternativas aberto à pluralidade e à diversidade. Nesse sentido, nos opomos a todo dirigismo e vanguardismo, mesmo que em nome das mais “avançadas” e “transformadoras” concepções políticas.

Por isso, temos nos posicionado contra a elaboração de um documento final ou uma declaração e celebramos as manifestações das assembleias temáticas do último FSM, realizado em Belém do Pará em 2009, e fomos impulsionadoras, a partir do Brasil, da assembleia

feminista no FSM. Algumas correntes políticas criticam essa visão do Fórum como espaço, na medida que seus eixos estratégicos se dirigem à constituição de um movimento dos movimentos ou, o que tem surgido como proposta nos últimos tempos, de constituição de uma “V Internacional”. De fato, Walden Bello, em 2007, atribui à corrente que defende a proposta de manter o Fórum como espaço aberto, a intencionalidade de buscar uma neutralidade inoperante, e isolada da ação.

Muitos dos fundadores do FSM interpretaram o conceito de “espaço livre” de um modo liberal, isto é, que o FSM não endosse explicitamente nenhuma posição política, nem luta em particular, ainda que seus grupos constituintes possam fazê-lo. (...) Deste ponto de vista, o FSM sofre da ilusão de que pode ficar fora do tumulto, e que isto conduzirá a que se converta em uma espécie de fórum neutral, no qual a discussão estará cada vez mais isolada da ação⁵. (Bello, 2007)

Para fazer um pronunciamento sobre um fato político qualquer, deve existir uma entidade que o elabore e, por isso, temos nos posicionado contra o FSM emitir pronunciamentos, já que isso deposita no Comitê Internacional uma tarefa e responsabilidade que tira protagonismo dos movimentos sociais e das

suas organizações. Se o protagonismo é dos movimentos e campanhas, o importante é gerar espaços de articulação e campanhas que envolvam o espectro mais amplo possível, mas, para isso, é preciso amplitude de visões, objetivos, práticas não sectárias, valorização da pluralidade etc. Uma vez mais, por o carro adiante dos bois não parece ser o caminho mais frutífero.

Está esgotada a experiência do Fórum Social Mundial?

A relação com os partidos e governos é outro dos campos do debate político entre movimentos sociais. Uma vez ou outra, o tema reaparece ao longo dos dez anos do Fórum.

O FSM está numa encruzilhada. Hugo Chávez capturou a essência da conjuntura quando advertiu aos delegados, em janeiro de 2006, sobre o perigo de que o FSM se torne simplesmente um fórum de ideias sem uma agenda para a ação. Disse aos participantes que não lhes restava outra alternativa, a não ser encarar a questão do poder: “Devemos ter uma estratégia de ‘contrapoder’. Nós, os movimentos sociais e os movimentos políticos, devemos ser capazes de ocupar espaços de poder em nível local, nacional e regional.” (Bello)

Bello se pergunta:

O FSM é o meio mais adequado para a nova etapa na luta do movimento pela justiça global e a paz? Ou, tendo cumprido sua função histórica de somar e vincular os diversos movimentos de oposição provocados pelo capitalismo global, será hora de o FSM levantar seu acampamento e deixar lugar para novas formas de organização global da resistência e da transformação?

Em 2010, Eric Toussaint faz sua a convocatória de Hugo Chávez para a criação de uma V Internacional como um caminho válido e necessário, mesmo assumindo que o FSM pode continuar funcionando com a lógica que o criou. Inclusive, um conjunto de intelectuais aparecem como assinantes de um manifesto por uma V Internacional. Porém, esse chamamento para viabilizar um Congresso na Venezuela parece não se ter concretizado.

Se o protagonismo
é dos movimentos,
o importante
é gerar espaços
de articulação...

Novo mapa geopolítico na América Latina. Que lugar cabe aos movimentos sociais?

Sem dúvida alguma, a última década sugere mudanças substantivas no mapa geopolítico da região, e essas mudanças abrem novos desafios para movimentos e atores sociais.

Tiveram acesso ao governo coalizões e frentes de caráter progressista na América Latina com trajetórias políticas diversas, mas caracterizadas, em geral, por um discurso antineoliberal que revaloriza o Estado como um ator chave para o desenvolvimento, e definem a consolidação democrática e a participação cidadã como eixos políticos. Estas mudanças expressam as expectativas das sociedades e dos movimentos sociais, e colocam na agenda pública, ainda que com nuances e tensões, uma nova concepção de direitos, incluídos os direitos da mãe terra. Os ganhos e mudanças na institucionalidade democrática e na doutrina estabelecem um amplo campo de disputa sobre as formas de articular o ecológico, o econômico, o social e o cultural. Como diz Boaventura de Sousa Santos, “há processos reformistas que parecem revolucionários (Hugo Chávez),” “processos revolucionários que parecem reformistas (neozapatismo) e projetos reformistas sem práticas reformistas (Lula).” (Ibid. 388).

A heterogeneidade das propostas reunidas em uma denominação comum de “governos de esquerda” suscita uma

dificuldade de análises, já que coloca no mesmo campo os projetos minimalistas, como fora o da *Concertación en Chile*, com as alianças conservadoras e de práticas autoritárias, como as da Frente Sandinista da Nicarágua. Colocar todos os processos dentro de um mesmo saco não contribui para a melhor compreensão das opções e constitui um obstáculo para o desenvolvimento do pensamento crítico ao não diferenciar políticas clientelistas, autoritárias e conservadoras, daquelas que ensaiam e apostam em gerar avanços democráticos e de protagonismo social.

Longe de qualquer classificar artificial, é mais significativo analisar algumas problemáticas que permitem distinguir de forma substantiva as propostas dos governos e situar também o lugar que, como feministas, escolhemos ocupar em torno dessa questão.

Só para exemplificar, ressalto dois eixos desse debate: a relação do “progressismo” na América Latina com a equação entre crescimento e redistribuição, e o lugar que ocupam as lutas simbólicas e culturais nas propostas emancipatórias de esquerda.

Olhar para essas complexidades é um ponto de partida necessário para que as grandes expectativas e aposta nas mudanças não sejam novamente frustradas, em uma região rica em tradições e lutas, inovações e experimentações.

(...) analisar problemáticas que permitem distinguir propostas dos governos e situar o lugar que escolhemos ocupar.

As dimensões conflitantes da justiça ambiental, social, racial e de gênero, o uso e a gestão dos recursos naturais, o aborto e a autonomia reprodutiva das mulheres, a diversidade sexual, são alguns dos campos políticos contemporâneos que dividem ou deslocam as esquerdas latinoamericanas no governo.

Com relação à primeira dimensão, destaca Gudynas:

Os atuais governos progressistas valorizam positivamente as exportações de matérias-primas. Seu aumento é apresentado como um dos seus êxitos, e defendem ativamente meios para incrementá-las ainda mais. Inclusive no presente contexto de crises, em vários países tem se sustentado que um dos remédios para as restrições econômicas atuais é promover um novo salto nas exportações de *commodities*. Portanto, as metas de exportação se converteram em um fator promotor chave para

a manutenção e a expansão do extrativismo. O êxito exportador, junto com a busca pelos investimentos estrangeiros, têm se tornado dois pilares chaves das estratégias econômicas do progressismo. Enquanto o velho extrativismo apontava às “exportações” ou ao “mercado mundial”, os governos progressistas substituíram esse discurso por um que ressalta a “globalização” e a “competitividade”. (2008; 196)

A marginalização de alguns campos do ativismo político por parte das esquerdas partidárias reproduz uma divisão entre o material e o cultural, de forma obsoleta, teórica e praticamente. Porém, o que é mais grave, esta forma de ortodoxia, como ressalta Judith Butler (2000), “atua ombro a ombro com um conservadorismo social e sexual que visa relegar a um papel secundário as questões relacionadas à raça e à sexualidade, face ao autêntico assunto

Colocar-se em um campo político feminista, anticolonialista e antirracista pressupõe a radicalidade de pensar e atuar com autonomia, defendendo a liberdade da crítica e o questionamento.

da política, produzindo uma estranha combinação política de marxismos neoconservadores”.

Por isso, formamos parte de movimentos sociais que fazem da autonomia crítica uma prática política cotidiana. Não se trata de formar parte do júri contra os governos de esquerda, mas de gerar o maior protagonismo em torno daqueles temas e agendas conflitantes que permitam construir novas orientações de mudança simbólica, cultural e política.

Colocar-se em um campo político feminista, anticolonialista e antirracista pressupõe a radicalidade de pensar e atuar com autonomia propiciando e defendendo a liberdade da crítica e o questionamento, oposto a todo tipo de autoritarismo.

Somos parte de um campo de esquerda que disputa com a direita terrenos simbólicos e culturais. Uma esquerda que amplia os horizontes da liberdade em vez de restringi-los, uma esquerda laica, anticonfessional e democrática, uma esquerda que ajude a construir, em amplos setores sociais, antídotos contra a violência e a falta de solidariedade social. Uma esquerda disposta a construir novos pactos de justiça, reconhecimento e autonomia. Uma esquerda disposta a repensar-se e questionar-se e a ensaiar novos caminhos de experimentação institucional, não para perpetuar os seus líderes indefinidamente no poder,

mas para aprofundar as formas de participação democrática e efetivar o controle social sobre suas políticas.

Bibliografia

ÁVILA, Maria Betania. Notas sobre o trabalho doméstico. In: *Transformando as Relações Trabalho e Cidadania: produção, reprodução e sexualidade*. Bahia: Núcleo de Reflexão Feminista sobre Trabalho Produtivo e Reprodutivo, 2007.

_____. Una mirada feminista sobre el Foro Social Mundial. En: *Reflexiones colectivas, escrituras horizontales*. Articulación Feminista Marcosur, 2010. (Serie: Desafíos Feministas).

BAREIRO, Line (Compiladora). *Discriminaciones*. Debate teórico paraguayo. Asunción: UNFPA, Comisión de Equidad y género y desarrollo social de la Cámara de Senadores, Comisión de Equidad y Género de la Cámara de Diputados, Comisión de Derechos humanos y Asuntos indígenas de la Cámara de Diputados, Centro de Documentación y Estudios CDE, 2003.

BENHABIB, Seyla. Una revisión del debate sobre las mujeres y la teoría moral. *ISEGORIA* n.6. Madrid: Instituto de Filosofía – Centro de Ciencias Humanas y Sociales, 1992. p. 37-63

BUTLER, Judith. El marxismo y lo meramente cultural. *New Left Review*, n.2, mayo-junio, 2000.

CELIBERTI, Lilian. La izquierda en los gobiernos y la dimensión cultural y po-

lítica de los cambios, In: *La izquierda en el gobierno. Comparando América Latina y Europa*. Breselas: Editora Birgit Daiber, Fundación Rosa Luxemburg, 2009.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. *Re-fundación del Estado en América Latina*. Perspectivas desde una epistemología del Sur. Lima: Programa Democracia y transformación global, 2010.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. En: *Extractivismo, política y sociedad*. CLAES Y CAAP, 2009.

HOETMER, Raphael (Coordinador). El Foro Social Mundial y la Izquierda Global; En: *Repensar la política desde América Latina*. Lima: Programa Democracia y transformación global, 2009.

SUAREZ-NAVAZ, Liliana; HER-
NANDEZ, Rosalva Aída (Editoras). *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde las márgenes*. Madrid: Cátedra, 2008.

VARGAS, Virginia. Pistas para pensar algunas dimensiones de una nueva hegemonía. En: *Reflexiones colectivas, escrituras horizontales*. Articulación Feminista Marcosur, 2010. (Serie: Desafíos Feministas).

WHITAKER, Chico. *El desafío del Foro Social Mundial; un modo de ver*. Barcelona: Icaria, 2006.

Notas

¹ Antônio Ortiz Mayans, citado por Morínigo em: Discriminaciones. Debate teórico paraguayo. Legislación antidiscriminatoria. Line Bareiro (compiladora), 2005. p. 149.

² *Ibid.*

³ Maria Betânia Ávila. Apresentação do Encontro da Articulação de Mulheres Brasileiras, realizado em Goiânia/GO. Dezembro, 2006.

⁴ Um espaço que exige ou requer habilitação, no sentido de nos tornarmos hábeis, capazes.

⁵ O Fórum na Encruzilhada em Rebelião: www.rebelion.org.

pontos de vista

Fórum Social Mundial: um processo, vários sujeitos

Taciana Gouveia

Este texto busca contribuir para os debates e, conseqüentemente, para o fortalecimento político do Fórum Social Mundial (FSM) a partir da análise de alguns campos de tensões/contradições que têm marcado, do nosso ponto de vista, a existência desse processo inédito na história política dos movimentos sociais. Não pretendemos, com este texto, esgotar todo o campo de questões, nem mesmo apontar possíveis respostas ou soluções, mas, sim, pontuar tensões que, se não forem tratadas, podem provocar a estagnação do FSM como um processo

que mantém acesa a chama dos projetos emancipatórios.

As tensões e contradições que pretendemos analisar não são, de modo algum, novas questões. Em certo sentido, podemos até dizer que são as questões de sempre, que, ao longo de tantos anos de lutas emancipatórias, têm mantido conflitos, por vezes bastante estéreis, dentro do próprio campo político do que ainda queremos nomear como esquerda.

Analisá-las é, para nós, um debate político fundamental, pois delas podemos desdobrar questões relacionadas à Carta de Princípios, estratégias, metodologia, expansão e até mesmo a ocupação dos espaços nos territórios onde os eventos FSM se realizam, ainda que não o façamos no escopo deste texto.

Uma primeira questão que tem atravessado os quase dez anos de Fórum é se o FSM se constitui em si mesmo como um sujeito político. São muitas as visões e posições e elas se revelam nos debates sobre se o FSM pode, ou deve, fazer pronunciamentos sobre assuntos vários; se produz ou não uma declaração final a cada evento; se tem ou não um papel mais ativo na articulação das lutas; se tem ou não algum poder de convocação. Ou seja, se é possível pronunciar palavras em nome do FSM. Diante das impossibilidades de se chegar a um consenso,¹ o FSM permanece até hoje como um não sujeito, por vezes nomeado de “espaço”, “processo”. Um

não sujeito que é capaz de mobilizar 100 mil pessoas em seus eventos, arrecadar recursos financeiros expressivos.

Não queremos aqui nos posicionar sobre o FSM ser ou não um sujeito; contudo, não nos parece que, por não ser um sujeito – o que é apontado por muitos e muitas como uma grande inovação política –, tenha resolvido as questões da democracia interna, da participação e das disputas de poder entre sujeitos que fazem o FSM. Consideramos que as disputas e os conflitos são legítimos e constituem o cerne dos processos democráticos, mas, para isso, é preciso ter regras que possam ser acessíveis e legitimadas por quem está neles envolvido, regras que podem, inclusive, ser modificadas se não mais forem capazes de comportar o avanço de um dado processo político.

Poderia-se objetar que o FSM, por não ser um ente, um sujeito, mas um espaço aberto, não teria problemas de democracia interna, dado que cada sujeito ou pessoa faz desse espaço o que lhe parecer mais importante, desde que não fira a Carta de Princípios.

Mas sabemos, todas e todos, que as coisas, na verdade, não se passam assim porque há decisões que são tomadas, seja no Conselho Internacional (CI), seja nos vários locais em que os processos FSM acontecem. Decisões feitas por sujeitos em nome de um não sujeito, um espaço, um processo aberto.

E aqui temos uma outra contradição: qual a amplitude desse espaço? Quais são as suas fronteiras, margens? Esta pergunta, para ser por nós respondida, requer que necessariamente analisemos como os projetos de emancipação têm no FSM um ponto de articulação e convergência. Talvez até devêssemos fazer uma pergunta anterior a essa: o FSM, como espaço ou processo, se coloca a partir da perspectiva emancipatória? Se respondemos 'sim' a esta questão – e nós acreditamos que esse é o sentido primeiro do FSM –, estamos a reconhecer que há a dimensão do conflito, de oposições irreconciliáveis, que produzem opressão e exploração de mulheres e homens (e entre homens e mulheres, negros/as e brancos/as, dentre outras), e que, por assim ser, temos de tomar partido (não no sentido de um partido político), e nos posicionarmos do lado daqueles e daquelas que sofrem o peso cruel da dominação no seu dia a dia e das mais diversas formas.

Tomar o FSM como um processo de articulação e convergência das lutas emancipatórias é definir nossa linguagem comum, sem, com isso, construir um texto pós-moderno em que os fragmentos dos discursos se juntam sem que sentidos políticos sejam expressos. Também não é elaborar um decálogo em que tudo já está posto antes do acontecer histórico, pois, como afirma Bensaid (2008):

(...) a dialética da emancipação não é uma marcha

inevitável rumo a um fim garantido: as aspirações e expectativas populares são variadas, contraditórias, frequentemente divididas entre uma exigência de liberdade e uma demanda de segurança. A função específica da política consiste em articulá-las e conjugá-las por meio de um futuro histórico cujo fim continua incerto.

Contudo, a incerteza do futuro não nos exime de definir margens e contornos do que pode caber no espaço aberto. Cabem no mesmo espaço, como aconteceu no FSM 2009, organizações com uma grande estrutura, defendendo a construção da Usina Belo Monte, e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)? Cabem no mesmo espaço organizações que são contra os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e o movimento feminista? Acreditamos firmemente que não, pois são contradições que não podem se resolver apenas por habitarmos pacificamente o mesmo território, dado que o território do FSM não é neutro, é político, é uma demarcação de posição. Além disso, o respeito à multiplicidade e à diversidade não significa a eliminação das diferenças e, mais ainda, das desigualdades que são produzidas e reproduzidas pela dominação capitalista, patriarcal, racista e heterossexista.

Com isso não estamos querendo negar o direito à existência, participação e expressão de diversos agrupamentos

Não é mais possível considerar que apenas os partidos são os sujeitos políticos e que movimentos sociais cuidam apenas de suas questões.

sociais e/ou políticos; contudo, não nos parece que reconhecer esse direito signifique necessariamente que todas as demandas sejam equivalentes apenas porque são demandas. Há para nós uma centralidade dos sujeitos coletivos e de seus projetos emancipatórios, dos sujeitos que fazem a história acontecer como futuro e possibilidade para um mundo radicalmente igualitário e justo.

Estamos, desde as primeiras linhas deste texto, tomando o FSM como um processo político; entretanto, há divergências também sobre o que define a substância do que seja política e quem está ou não apto para fazê-la. Sader(2009), em seu mais recente livro, *A nova toupeira*, afirma que as ONGs “são organizações que se definem por uma suposta rejeição à política.” Esta nos parece ser uma afirmação um tanto quanto fora de lugar, dado que as ONGs que se articulam no que chamamos campo Abong não são organizações que rejeitam a política, nem nunca foram. Somos organizações que têm na ação política o seu sentido de existir. Muitas são parte de vários movimentos sociais

e outras tantas são aliadas dos movimentos sociais. Esse é um fato histórico inegável. Ora, se assim o é, a questão posta por Sader – aliada à avaliação por ele feita que muitos dos equívocos do FSM são causados pela presença das ONGs – deve ser lida a partir da própria noção de política.

Essa é uma querela antiga, mas que tem sido pouco analisada no próprio campo da esquerda e que guarda resquícios do debate sobre os sujeitos da história e, em especial, do lugar dos partidos políticos. Pensamos que não é mais possível considerar que apenas os partidos são os sujeitos políticos e que movimentos sociais cuidam apenas de suas questões específicas e, como o próprio nome já diz, sociais. Concordamos com Bensaid (2008) quando ele afirma que “a política surge e inventa-se no social, nas resistências à opressão, no enunciado de novos direitos que transformam vítimas em sujeitos ativos” e ainda:

(...) entre partidos e movimentos sociais. Mais do que uma simples divisão de trabalho, há uma reciprocidade e uma complementaridade. Enquanto a subordinação dos movimentos sociais aos partidos políticos significaria uma estatização do social, a dissolução dos partidos nos movimentos sociais significaria um inquietante enfraquecimento da política.

Ou seja, o simples fato de um dado movimento ou organização não estar vinculado a um partido político não pode retirar de sua ação o seu sentido político, pois, para nós, o que define um sujeito político são os seus projetos de sociedade, a sua capacidade de criar uma ponte entre as explorações e opressões sofridas, muitas vezes solitariamente, pelas pessoas nos seus cotidianos e as estruturas de dominação das sociedades em que vivemos. É possibilitar a consciência que emancipa e anima as lutas. Ou, como muito bem expressa a formulação feminista, dar a conhecer que o pessoal é político.

Antes de ser uma defesa do campo de ONGs a que pertencemos, tanto no Brasil como na América Latina e em outras redes internacionais, esse nos parece ser um debate fundamental para o próprio processo FSM, porque a restrição do que seja ‘política’ tende a desqualificar o processo em si, supondo que a presença dos partidos e dos governos, tanto nos eventos como no CI, é o que daria ao FSM um estatuto político, possibilitando, assim, que deixasse de ser um espaço que *“agrupa diversas formas de resistência ao neoliberalismo”* (Sader, 2009) para se tornar, quem sabe, o formulador do verdadeiro projeto político.

Para nós, as ações de resistência que os diversos movimentos sociais vêm realizando muito antes da existência do FSM (para nós aconteceu exatamente o inverso: as lutas dos movimentos é

que levaram à possibilidade de o FSM existir) não podem ser pensadas como tendo como foco o neoliberalismo. Os movimentos sociais, com os seus avanços e recuos, foram, desde suas origens, lutas contra a dominação, lutas pela emancipação. Resistir não é ficar parado no mesmo lugar – resistir tem sido criar novas possibilidades e também realidades.

Contudo, muitas das visões que apontam para uma paralisia política do qual o FSM seria uma expressão se radicam, para nós, numa certa negação em enxergar os sujeitos ou alguns sujeitos e, ao mesmo tempo, buscar encontrar o sujeito perdido, aquele capaz de realizar as ações políticas totais.

Há anos que se fazem processos de “envelhecimento” e “rejuvenescimento” dos movimentos sociais, sem que, muitas vezes, se tenha certeza se ser “velho” ou “novo” é algo positivo ou negativo. Entretanto, a grande questão não é encontrar a novidade, mas, sim, entender quais as lutas que cada movimento faz, em que contradições incide, com que sistema de dominação se confronta e como elas podem se articular sem perderem sua densidade ou ficarem submetidas a outros sujeitos. O capitalismo, o patriarcalismo, o racismo e o heterossexismo mudam aqui e ali suas roupagens, mas continuam produzindo exploração e opressão, inclusive apropriando-se de muitas das nossas causas para adestrá-las, tornado-as funcionais à dominação.

O encontro e as alianças políticas entre os sujeitos, com todos os conflitos, é muito mais importante do que a busca eterna de novos sujeitos.

As velhas questões – e aquelas que, de novas, passaram rapidamente para ultrapassadas no olhar de alguns – continuam sendo exatamente o que nos movimenta. Entender como as dominações se articulam, pois essas são fortemente articuladas, e como as lutas políticas dos movimentos são capazes de, juntas, no mesmo plano, desarticular as dominações, criando, assim, as possibilidades para a emancipação, deve ser a nossa ação política fundamental. O encontro e as alianças políticas entre os sujeitos, com todos os conflitos, tensões e contradições, é, no nosso ponto de vista, muito mais importante do que a busca eterna de novos sujeitos. Afinal, os sujeitos já são e já estão, tenhamos, então, olhos para vê-los.

Por fim, pensamos que o FSM, como um não sujeito constituído por vários sujeitos, pode avançar ainda sendo o espaço e processo não das multiplicidades que se dispersam, mas no sentido de *“manter aberto o espaço utópico de uma alternativa global, mesmo que este espaço tenha que se manter vazio à espera do seu conteúdo”*, tal como afirma Zizek (2000).

E isso só pode ser feito fortalecendo os sujeitos políticos e seus processos emancipatórios.

Bibliografia

BENSAID, Daniel. Os irreduzíveis: teoremas da resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

SADER, Emir. A nova toupeira: os caminhos da nova esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.

ZIZEK, Slavoj. Lucha de clases o posmodernismo? Sí, por favor! In: BUTLER, J.; LACLAU, E.; ZIZEK, S. Contingencia, hegemonía, universalidad. Diálogos contemporáneos en la izquierda. Buenos Aires: Fondo Cultura Economica, 2000.

Nota

¹ A metodologia do consenso tem grandes vantagens, possibilita argumentações e escutas, em tese, mais abertas. Contudo, o consenso não impede que posições, nem sempre majoritárias, sejam as posições decididas, já que, no não consenso, há uma posição que se impõe. Portanto, nos processos em que se decide por consenso, a disputa de poder se faz presente, ainda quando parece ser um acordo entre companheiros e companheiras – se bem que muito mais de companheiros que de companheiras.

memórias



Trajetórias de Resistência



As lutas de resistência à Ditadura Militar, implantada no Brasil em 1964, ainda não tiveram voz suficiente na arena pública. Nas prisões, torturas, enfrentamentos armados e desaparecimentos políticos, estavam homens e mulheres, suas organizações políticas, seus *aparelhos*, seus panfletos, mas também seus filhos e filhas e sua inconcebível vida cotidiana. A memória latino-americana está marcada pelos anos de Ditaduras. Mulheres e homens, atuantes na luta democrática de então, continuam até hoje exigindo o direito à verdade e à justiça. No Brasil ainda não temos resolvido plenamente o direito ao acesso a informações oficiais da época que deem conta de todas as arbitrariedades levadas a efeito pelos militares e pela polícia política.





A vivência das mulheres sob a Ditadura tem vindo à tona trazida por elas mesmas. São filmes, livros, depoimentos, imagens que mostram o modo como várias mulheres atravessaram aquele período, como se organizaram, resistiram, participaram... Mas mostram também e, especialmente, como sobreviveram às prisões, às torturas, às reiteradas sessões de estupro e espancamentos nos porões e nas celas de isolamento. É disso que nos fala este dossiê *Memórias*.

Com escritos em primeira pessoa e uma entrevista, mulheres contam fatos do período, mas vão muito mais além. Nos expõem seus pensamentos e suas dores dilacerantes, suas reflexões vividas na solidão ou compartilhadas com companheiras de cela, e suas análises atuais sobre o significado de tudo que foi enfrentado por todas e por cada uma. Para o feminismo, a contribuição destas reflexões é inestimável. Nos mostram como a desigualdade entre homens e mulheres se expressam nos atos desumanizantes de tortura, como o corpo das mulheres e o exercício da maternidade é vilipendiado até atingir o insuportável para manutenção das estruturas de poder, mas mostram também como foi possível sair vivas, refletir, analisar, e seguir lutando para que nunca mais isso se repita.



Nova forma de pensar e fazer política

Rosalina de Santa Cruz Leite

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias apenas de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” (Marx, K. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. 1978. p. 15)

Este pensamento de Marx parece-me sempre adequado para iniciar um testemunho. Pois nos leva a pensar que nós mulheres e homens, ao longo das nossas vidas e nas escolhas que fazemos, somos determinados e limitados por fatores



conjunturais, psicológicos, culturais e sócio-históricos (alheios à nossa vontade). Por outro lado é impossível negarmos que somos dotados de vontade própria, e através da postura teleológica que nos é exclusiva, fazemos escolhas. E ao fazermos nossas, ao longo de nossas vidas, vamos construindo nossa própria história, de forma que nossa história individual se integra à história da humanidade.

Mesmo sabendo o quanto nossas escolhas são limitadas, quando refletimos sobre nossas vivências quase sempre nos perguntamos: como seria a nossa vida se tivéssemos escolhido outro caminho e não esse?

Além disso, sempre que penso sobre os fatos do passado me vêm perguntas como as que Leoncio Basbaum fez em sua autobiografia de 1976, *Uma vida em Seis Tempos*, tais como: valeu a pena ter vivido assim? As horas de felicidade superaram as horas de amargura? Que fiz da minha vida? Que fiz por mim e por meus semelhantes? Eu acrescentaria a partir da minha vivência: naquele momento histórico existiam outros

caminhos? Por que escolhi este e não outro? Como seria a minha vida se tivesse feito outras opções? A resposta para mim e para outros que façam a si mesmos tais perguntas, é certamente variável, tudo dependendo do que se desejou na vida, do que se considera importante e válido, do caráter e do sentimento de cada um, diz Basbaum.

Por onde começar então este testemunho? Talvez pelo meu real nascimento, o momento em que começou a minha consciência política, o momento em que descobri que o mundo era maior que a minha família, meu colégio, meus amigos, meus sonhos de futuro, de realizações e felicidade, o dia que perdi a inocência.

Isso aconteceu muito cedo, pois acabara de entrar no antigo curso ginasial, estudava na Academia Santa Gertrudes em Olinda, Pernambuco, quando comecei a ir junto com as freiras “ensinar o catecismo” na periferia mais pobre da cidade. Penso que foi neste momento de transição para a adolescência que deparei-me

com a injustiça social, desenvolvi o gosto pelo sacrifício e pela rebeldia. Encantava-me, ainda adolescente, as histórias que as freirinhas – beneditinas alemãs - nos contavam dos sofrimentos das santas e santos mártires. Acredito que, tempos depois, o encantamento pelo sofrimento deu lugar ao culto ao heroísmo. Era a mesma raiz, penso hoje - os heróis e os santos e santas mártires morrem e sofrem pelo outro, abdicam de si mesmos e dedicam-se a uma causa ou a uma missão. Iguais e diferentes, os santos mártires e os heróis revolucionários da minha juventude viviam e morriam pelo que acreditavam. Claro que os santos são mais submissos e fatalistas e os, revolucionários rebeldes, corajosos e irreverentes. Che Guevara é, sem dúvida, um símbolo de heroísmo para nossa geração.

Ao terminar o ginásio optei em continuar no colégio das freiras e fazer o curso normal. Seguia, de certa forma, a tradição das mulheres da minha família paterna - minhas cinco tias, irmãs do meu pai, eram professoras. Nesse momento do meu curso de “normalista” a urgência não apenas de conhecer o mundo, mas

de transformá-lo, levou-me a buscar formas de militância nos grupos de jovens da própria Igreja. Povoavam nesta época meus pensamentos: o desejo de definir a mulher que queria ser, a profissão que seguiria - o que levou-me a viver momentos de muita angústia no final do meu curso “normal”.

Formei-me professora com dezoito anos e fui dar aulas para filhos de operários, de desempregados, moradores de Brasília Teimosa¹, onde convivi com a fome descrita por Josué de Castro. Reconheci nesses rostos de crianças barrigudas, de velhos com idade cronológica de jovens – com a vida sofrida, desdentada e submissa – a mesmice daqueles destinos de “vidas severinas”, como as que lia no poema de João Cabral de Melo Neto e que interpretei na peça Morte e Vida Severina, no Teatro Estudantil de Pernambuco.

Novas formas de fazer política

Nas décadas de 1960-1970, no Brasil e em outros países, vários movimentos de esquerda debateram novas formas de fazer e pensar a política, introduzindo em suas pautas



temas referentes ao indivíduo, à subjetividade e às minorias, questionando profundamente as ideias da esquerda tradicional (partido único; centralismo, stalinismo, etapismo). No Brasil, esse debate tem seus desdobramentos nas diferentes cisões no interior do Partido Comunista Brasileiro que darão origem à nova esquerda brasileira, composta de diferentes organizações clandestinas de resistência à ditadura militar e com diferentes matizes ideológicos e estratégicos.

Quando cheguei ao Rio de Janeiro, no final de 1968, optei pela luta armada integrando-me à organização de esquerda denominada Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR - Palmares), desligando-me da Ação Popular (AP), que tinha raízes na Ação Católica, onde iniciei minha militância. Esta opção, tão importante na minha vida, se deu de forma quase mágica - quando voltei do curso na Venezuela, sentia que precisava sair da casa dos meus pais, no Recife. Naquele momento o meu desafio era o desejo de liberdade e autonomia, o que para uma jovem que militava na AP e vinha de uma

classe média recifense, significava viver sozinha, transar sem casar, morar no Rio e ser independente econômica e afetivamente.

Olhando esse tempo com os olhos de hoje acho inacreditável como minha paixão pelo radicalismo, pelo desejo de mudar o mundo, me fez tão visionária e tão imediatista. Em tempos onde as decisões eram rápidas, a vida e a morte eram muito próximas, sobrevivi por puro acaso.

Em maio de 1968, a rebelião dos jovens franceses, quando estudantes, em Paris, a partir da Universidade da Sorbonne, apoiados por parcelas do movimento operário, enfrentaram a polícia nas ruas, levantando barricadas em defesa de ideais libertários que valorizavam o papel transformador dos costumes, dos valores da cultura e da política, quando os estudantes na França liam Marcuse, Marx, Freud e William Reich e defendiam uma sexualidade livre, a importância da utopia e das ações políticas espontâneas e radicais, questionando os comportamentos baseados em

valores burgueses, parte significativa da minha geração aqui no Brasil, onde me incluo, estava questionando profundamente a ideia de partido de quadros. Defendíamos a revolução proletária, seja pela via camponesa, como foi na China, ou por meio do assalto ao poder, seguindo o modelo cubano. Assim, mesmo na luta armada, militando noite e dia na clandestinidade, fui fortemente influenciada por essas ideias.

Pessoalmente, em grupos de estudos e através de leituras que vinham desde o movimento estudantil de Pernambuco, me familiarizei nos últimos anos da faculdade (1966-1967) e depois mais fortemente no Rio de Janeiro (1972-1973), com um novo pensamento de esquerda marxista, inspirado nas revoluções chinesa e cubana e nos movimentos estudantis europeus e norte-americanos.

Uma das principais características deste pensamento marxista de novo tipo, que, sob essas influências, principalmente a da reunião da OLAS² (Cuba, 1967), desenvolveu-se no Brasil e na América Latina, era um modelo de ação revolucionária que tinha como pressuposto a mudança

da base material da sociedade - a superação do capitalismo de forma radical e imediata, como também a valorização, tanto teórica como política, da cultura e da ideologia.

Participei com muita intensidade deste movimento político (que denomino de nova esquerda brasileira), que rompe com as ideias dos partidos comunistas tradicionais de orientação soviética, adotando um novo modelo de revolução baseado em organizações políticas de novo tipo, mais radicais, ainda muito centralizadas e machistas, mas com uma nova proposta de revolução, como: a Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Revolucionário (PCBR), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR – Palmares).

A militância numa organização que adotava a luta armada; as minhas prisões (1971 até 1973) no Rio e depois na Operação Bandeirante (OBAN), em São Paulo (abril de 1974); e o desaparecimento do meu irmão em 1974, foram momentos de extremo sofrimento, revolta, mas, também, de mudanças e descobertas.



Quando fui presa...

A tortura não é épica, não é heroica, é feia e sua revelação nos traz sentimentos de vergonha, inadequação e, talvez por tudo isso, seja tão difícil falar sobre ela.

Na prisão, passei pelas torturas comuns a todos os presos políticos dessa época: pau de arara, choque elétrico, palmatória e muita torturas “psicológicas” - como eles denominavam as famosas “geladeiras” do DOI-Codi.³

Penso que a tortura não é igual para homens e mulheres por vários motivos, um deles está no fato de nunca ter visto ou ouvido falar de mulheres torturadoras... Talvez o machismo justificasse esta posição - “Torturar é coisa de homem, de macho, mulher é frágil, sentimental não dá pra confiar”, argumentavam, creio eu. Isto resulta que somos torturadas, sempre por homens, e que nosso corpo feminino e nossa posição na sociedade machista é utilizado para nos desestruturar.

Quando fui presa teve início uma fase da minha vida que me marcou para sempre.

Era a madrugada do dia três de dezembro de 1971. Estávamos no nosso apartamento no Flamengo, bairro de classe média carioca, quando acordamos com mais de dez policiais armados, gritando e nos ameaçando dentro do nosso próprio quarto. Eu estava apenas de calcinha, o que foi motivo de muita chacota, muitas provocações que despertaram meus primeiros sentimentos de raiva, de uma certa vergonha e de inadequação: afinal uma guerrilheira deveria estar sempre pronta para a resistência, e dormir “só de calcinha”... francamente! Logo depois me dei conta que Geraldo, meu companheiro na época, estava de cueca, fato que passou inteiramente despercebido.

Sempre que leio depoimentos sobre a tortura ou penso naqueles dias de muito medo e impotência, vêm algumas imagens da tortura: em primeiro lugar o fato de estar sempre despida e de olhos vendados, a vergonha e a insegurança que sentia quando os torturadores comentavam aos gritos: - “Que mulher magra! Onde estão os

peitos? Parece uma tábua etc.” Além da dor física dilaceradora do choque elétrico percorrendo nosso corpo, os gritos incontroláveis, a maldita cadeira do dragão com palmatória que parecia quebrar nossos pés e mãos. Como nessas horas a dor é tão grande e a adrenalina é tão forte, no meio de uma dessas sessões me levaram para um pátio e encostei ou encostaram minha perna no cano de escape de uma moto, mas nada senti... Quase doze horas depois, na cela, senti aquela ferida que me acompanhou por algum tempo, e como doía.

Outra lembrança muito forte é da minha impotência total, do poder daqueles homens sobre minha vida e a minha morte... do medo do meu limite, que a cada sessão de tortura me parecia mais perto. Lembro quando pedi para o “torturador bonzinho” - pois num teatro macabro tínhamos quase sempre “o torturador bonzinho”, que conversava, e o “mau”, que te pegava sem compaixão... Pedi uma vez, em pleno desespero para que ele - o bonzinho - me matasse, que não aguentava, e ele me disse: - “Não vou te matar, eu tenho o tempo que eu quiser para te fazer em pedacinhos. Eu te mato se eu quiser!”

Outra vez, foi na nossa primeira auditoria, o dia tão esperado chegou de repente e eu havia voltado para o DOI-Codi. Desta forma, antes de ir à auditoria o torturador me disse: - “Você vai encontrar sua mãe, seu advogado, os elementos do seu processo, portanto pense bem no que vai falar. Você volta para cá, estou lhe esperando...” Ao chegar na audiência, quanta gente... Minha mãe, amigos e ao começar a sessão o juiz me perguntou: - “Você tem alguma coisa a declarar?...” Enorme o tempo entre a frase dele e a minha voz alta, descontrolada, contando as torturas que havia passado. - “Não vou, não quero, não posso voltar para o DOI-Codi, vão me bater muito, vão me matar.” O juiz interrompe a sessão, muda o dia da audiência e pede para falar comigo. Fico sozinha na auditoria com aqueles homens hostis que, por fim, quando já eram oito horas da noite (e desde as cinco horas da tarde eu lá estava), quando todos foram embora, decidem me mandar de volta, segundo o juiz, para o quartel onde me encontrava presa, antes de ser encaminhada novamente ao DOI-Codi para novas averiguações. Entro no camburão algemada,



sem equilíbrio, consigo achar uma fresta na viatura onde dá para olhar o caminho... Começo a sentir muito medo, um frio no estômago... A viatura está seguindo para o DOI-Codi. Penso: “isto é impossível, não pode ser, que arrependimento...” E então constato... A viatura entra no portão. Estamos na Rua Tutoia com a Marquez de Carvalhal. Abrem o camburão, passam-me o capuz, uma voz sussurra no meu ouvido... É a dele, inconfundível, cínica: - “Rosinha, você voltou. Agora vai me contar o que você contou na auditoria.” Comecei a tremer, meu corpo todo tremia incontrolavelmente, comecei a gritar: - “Não tenho medo de você!” Sua risada soava macabra e ele sussurrava: - “E por que você não para de tremer, sua covarde, sua comunista de merda?” Tentava me dominar mas não tinha poder sobre meu corpo. Quanto mais tentava reagir, mais tremia.

Cumpri mais de um ano de cadeia, e muito aprendi com esta experiência - 54 dias incomunicável, sem que minha família soubesse onde estava, dez meses compartilhando apertadas celas em quartéis da Vila Militar, no Rio de Janeiro, e no Presídio

Talavera Bruce, em Bangu. Com essa vivência compreendi os nossos limites e percebi, também, que medo e impotência são sentimentos humanos. Experimentei o valor da solidariedade, da amizade e ainda convivi com a bestialidade humana - o ser humano que tortura e/ou mata outro ser humano desarmado, preso e indefeso.

Depois desta experiência limite, pensei que nada igual voltaria a me acontecer, mas aconteceu algo pior. Em fevereiro de 1974, meu irmão Fernando, militante da AP, é sequestrado, assassinado e seu cadáver ocultado pela forças da repressão. Neste mesmo ano, em abril, fui novamente presa e levada à Operação Bandeirante, em São Paulo.

Ficar no Brasil e continuar a militância

1975. Decidi que não sairia do Brasil. A busca do meu irmão, a luta por anistia me fez optar: ficaria no Brasil, não iria para o exílio. Porém, sobreviver com dignidade era um dever ético. Sobreviver com dignidade supunha, para mim, além

de ter um trabalho como assistente social, viver a maternidade - em 1978 nasce minha filha - e continuar a militância política. Mas essas condições, naquele momento histórico eram muito difíceis de serem conseguidas para quem, como eu, respondia a um processo político. Logo, surge a questão: como e onde me engajar com tantos riscos? O emprego veio de uma forma quase clandestina, a maternidade trouxe prazer, alegria, medos e riscos. A militância encontrei no Jornal Brasil Mulher, por meio das companheiras Beatriz Bargieri, Diva Burnier e

Amelinha Teles, militantes políticas recém saídas da cadeia, como eu, e que partilhavam ideias feministas e desejavam, como eu, continuar vivendo no Brasil e militando.

Vivíamos tempos muito difíceis. Isolados, os militantes da esquerda sofriam uma grande perda pessoal e coletiva. Vivíamos com medo e com um gosto total de derrota. O movimento popular e sindical recomeça, vamos para a periferia, para os clubes de mães, para as associações de donas de casa, para também recomeçar. A contribuição das feministas nesta época é inegável, tanto





para a construção do arcabouço teórico-prático de uma nova forma de pensar a política, como para o debate no interior do marxismo e a divulgação, no Brasil, das ideias dos grupos e movimentos que enfatizam a igualdade respeitando as diferenças, como faziam os movimentos de defesa das minorias étnicas e raciais, de homossexuais, indígenas, meio ambiente etc. A ação das feministas, neste momento histórico ainda anterior à anistia, mas já contando com muitas militantes que voltaram ao país, entre 1975 e 1979 – introduziu, com nossa prática no movimento popular recém retomado e entre os militantes de esquerda, a discussão de novas posturas políticas, que questionavam costumes, valores e os padrões de comportamento da esquerda brasileira.

O feminismo e a ação revolucionária marxista foram ideias que me fascinavam desde muito jovem. O difícil sempre foi juntar esse complexo universo de teoria e valores. A mulher e a profissional que eu queria ser estava, para mim, essencialmente ligada à transformação radical do mundo e da sociedade que queria construir. Justiça e igualdade para

mim eram indissociáveis de liberdade e respeito às diferenças. Política só com prazer e alegria... O cotidiano é político e público.

Toda essa discussão resultou numa nova proposta política e num novo projeto societário, onde a política do cotidiano, ou seja, a politização do privado, dos sentimentos e das emoções, bandeiras desse movimento feminista, que, no Brasil, mesmo marcado pelas influências da esquerda tradicional, consegue colocar nas pautas dos partidos e nas ações governamentais, a partir de meados de 1980, questões relacionadas à liberdade e à autonomia. Origina-se, desses debates, uma nova forma de pensar a relação homem-mulher e de reinventar a política. Neste sentido, o movimento de mulheres e sua parcela feminista tiveram um papel fundamental na divulgação dessas ideias na esquerda brasileira, neste momento muito influenciado pelo sindicalismo e pela Igreja Católica, e em descenso.

Proliferou, nessa conjuntura, um tipo de imprensa,

convencionalmente chamada de imprensa democrática ou alternativa. Eram jornais com formato de tabloide, de tiragem irregular, de circulação restrita, alguns vendidos em bancas, mas a venda mais significativa era representada pela militância. Tratava-se de uma imprensa de características de esquerda e de oposição ao regime, artesanal e comercializada de mão em mão. Eram jornais veiculando informações e matérias relacionadas a partidos, organizações clandestinas, movimentos estudantis, de bairros, e com uma vertente representando os movimentos das chamadas minorias políticas: feministas, negros, homossexuais, e abertos a publicações indígenas e da contracultura.

Foi por meio da minha participação no coletivo de um destes jornais - O Brasil Mulher que construí minha militância feminista. Considero a imprensa alternativa como uma das formas mais criativas e eficientes de resistência que os jornalistas, intelectuais e militantes de esquerda encontraram para enfrentar a censura à imprensa, na época da ditadura militar, e para divulgar o debate de ideias políticas

contrárias ao regime. Como afirma Araújo (2000, p.160):

“Se um dos caminhos da política alternativa era buscar unir público e privado; tornar político o que antes era considerado assunto pessoal, íntimo e subjetivo; levar em conta e politizar as emoções, sentimentos, relações pessoais e laços familiares; dar importância à transformação do cotidiano e às questões domésticas do dia a dia, falar de amor e sexo, de dor e frustração, de alegria e esperanças individuais, valorizando as experiências pessoais, o vivido, a troca dessas experiências - o movimento feminista e a sua imprensa são os melhores exemplos dessa concepção de política.”

Para mim, esta forma de fazer política, misturando relações políticas com as experiências pessoais, afetivas que vivi desde a época da luta armada, de forma especial na cadeia, pois apesar da clandestinidade, dos encontros planejados com codinomes e senhas para garantia da nossa segurança e do machismo da maioria dos companheiros, lembro-me do quanto trocávamos nestes encontros confidências, falávamos e fazíamos amor e sexo. Na cadeia,



conseguimos, em coletivos pequenos, partilhar emoções, vivências e aprofundar nossa identidade feminista.

Lembro que a minha opção pela luta armada se fez por meio de sentimentos e emoções. Pouca razão, teoria, análises mais profundas da realidade estavam presentes naquela escolha. Fui movida pela revolta contra a injustiça, indignada com a desigualdade social, com sonhos de heroísmo, orgulhosa de não ser como a maioria das minhas colegas que pensavam em terminar o magistério, casar e ter filhos. Eu não. Terminara a faculdade, tinha ido para Venezuela, lia Simone de Beauvoir, principalmente seus dois livros autobiográficos: *Memória de uma mocinha bem comportada* e *A força da idade*. Tinha inspirações de rebeldia sexual e afetiva. A maioria das feministas brasileiras, nessa ocasião, alinhavam-se, mesmo com críticas, às análises formuladas sobre a exploração-dominação das mulheres, nas obras de Marx, Engels e Lenin. Fazíamos, todas, parte do

movimento de resistência à ditadura militar, minimizando aqui as polémicas que dividiam as feministas, em outros países, entre socialistas e sexistas, também denominadas de radicais.

1986 - Sou candidata: sem paixão não dá...

Era 1986, mais uma vez a militância se sobrepõe em minha vida. Sou candidata à deputada estadual pelo PT. Uma campanha feminista. Citarei trechos dos panfletos⁴, verdadeiros manifestos feministas, lilazes e com dizeres como estes:

“Rosalina e Genoíno são dois apaixonados pela política... Recusam o conservadorismo moral, aquele que censura o filme *Je vous salue, Marie* e a canção *Merda*, de Caetano Veloso. Um conservadorismo que nega uma sexualidade sem dominação e sem discriminações em função de opções sexuais.

Rejeitam, igualmente, esta situação hipócrita que, em nome do direito à vida do feto, milhares de mulheres perdem sua própria vida por complica-

ções de aborto (...) Contra esse conservadorismo abrangente, a favor de uma nova política onde, ao lado da luta contra a opressão política do Estado e a exploração do capital, as questões dos costumes, dos direitos do indivíduo, do modo de vida e do cotidiano sejam parte integrante do movimento pelo socialismo...”

No panfleto com Geraldo Siqueira, acusa-se o racismo, defende-se a legalização do aborto e uma concepção livre:

“Somos quem sabe que não é verdade absoluta que todo racista é filho da puta, pois nenhum racista merece a dignidade de tal mãe! (...) Somos quem quer que o aborto seja o último recurso de quem pode escolher métodos concepcionais, e não permaneça na hipocrisia de hoje, numa ilegalidade protegida por interesses contrários ao da mulher.”

Na campanha de Ireda Cardoso e Rosalina Santa Cruz, no mesmo ano, o panfleto dizia:

“Dê uma chance para a Paz
Que nossas filhas não morram
Que nossos filhos não matem
Gemidos só os do amor.”

Com Florestan Fernandes, escrevemos um panfleto com o título “Não há feminismo sem socialismo:

“(...) Não obstante o conceito de família, o direito da mulher sobre seu corpo, a liberdade do divórcio, o direito ao aborto, o respeito às orientações sexuais diferentes etc; todos esses temas cabem no âmbito de uma Constituição moderna e que comporte soluções até certo ponto libertárias.”

Era 1986, e esse debate revelava o conflito de ideais políticos que dividiam uma esquerda tradicional de uma esquerda alternativa e libertária que surgia no Brasil e no mundo. O que foi feito dessas propostas que nos faziam sonhar com uma forma nova de fazer política e de viver? Muitas outras vivências políticas, pessoais e afetivas se sucederam a estas. Passamos pelo fim do milênio, os mesmos desafios voltam a nos instigar sempre. Esse texto é composto de fragmentos de uma luta que continua.

E parodiando Érico Veríssimo, em Solo de Clarinete (1975) termino, sem chegar ao fim dessas reflexões, lembrando que é necessário:

Acender a nossa lâmpada,
fazer luz sobre a realidade



do nosso mundo, evitando
que sobre ela caia a escuridão
(...) Sim, segurar a lâmpada,
a despeito da náusea e do
horror e se não tivermos uma
lâmpada elétrica, devemos
acender o nosso toco de vela,
ou, em último caso, risquemos
fósforos repetidamente, como
um sinal de que não deserta-
mos de nosso posto.”

Bibliografia

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

COSTA, Albertina. *O feminismo nos trópicos: resíduos de insatisfações*. Cadernos de Pesquisa N.66. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, ago. 1988.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres: militância e memória*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MAKLOUF, Luiz Carvalho. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo Editora, 1995.

MORAES, Ligia Quartin. *Vida de Mulher*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1991.

PATARRA, Judith Liebllich. *Iara – reportagem biográfica*. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos, 1991.

VALLI, Virginia. *Eu Zuzu Angel, procuro meu filho*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1991.

Notas

¹ Bairro Brasília Teimosa, ocupação urbana localizada nas imediações da Praia do Pina, no Recife, cujo nome se vincula ao período da fundação da capital do Distrito Federal.

² Organização Latino-Americana de Solidariedade.

³ Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna.

⁴ Feitos em parceria com candidatas/os a deputado/a federal em São Paulo, 1986.



O feminismo no cotidiano das prisões

Amelinha Teles

As questões da mulher, como eram conhecidas à época, principalmente as injustiças cometidas contra nós, sempre me incomodaram, mesmo que ainda não soubesse denominar isso de feminismo, seja por ignorância e/ou por preconceito.

Com 15 anos de idade, passei a ser “organizada” no Partido Comunista. Frequentava reuniões em que só havia homens. Nesta época, havia, praticamente, três mulheres



que apareciam na sede do Partido e tinham certa importância. Eram a Vânia, a Adamastora e a Eliana. Todas intelectuais, que sabiam falar bem e defender suas posições. Não ocupavam cargos de destaque. As demais se encontravam na faxina ou num canto quase invisível das reuniões. Preocupava-me que as mulheres também pudessem participar das reuniões e ações políticas. Eu ia à casa de militantes convidar suas companheiras para participar. Elas diziam que não podiam, pois tinham muito serviço para fazer em casa ou que tinham de cuidar dos filhos, roupa para lavar e outras tarefas domésticas. Quando eu insistia muito, os próprios companheiros vinham conversar comigo para eu não me preocupar tanto assim. Eu retrucava dizendo que era final de semana e poderia haver uma troca de funções: eles ficariam em casa e elas iriam para as reuniões políticas. Aí eles ficavam bravos comigo e me chamavam de sectária, diziam que devíamos priorizar a vanguarda proletária (claro que eram eles). Era esta que iria impulsionar de forma combativa o processo revolucionário. Eu não concordava, mas não

tinha argumentos suficientes para contrapor o discurso vanguardista e continuar a fazer a política dos homens. Na minha adolescência política, não tive acesso aos marcos teóricos feministas. Queria participar da revolução social e das atividades políticas, ali eu encontrava as falas que insuflariam as massas para tomar o poder e transformar o *mundo em pão e rosas*.

No dia 19 de março de 1964, alguns dias antes do golpe militar, houve a marcha com a família, na qual milhares e milhares de mulheres, na sua maioria negras e pobres, saíram às ruas, guiadas por suas *patroas* e padres, para pedir a destituição do João Goulart, o presidente da República legitimamente eleito, e o fim do comunismo. Empunhavam bandeiras contra a reforma agrária e todas as reformas de base que trariam um pouco mais de justiça e igualdade. Em Belo Horizonte, essa marcha ia da Praça Sete (centro) até a Praça Raul Soares (cuja distância é de pelo menos um quilômetro), cheinha de mulheres. Os jornais

anunciaram a presença de 250 mil mulheres. Chorei muito ao ver aquilo. Alguma coisa estava errada em nossa luta e eu não sabia dizer o que era. Não encontrava explicação. As mulheres com as quais eu trabalhava numa favela do lado da minha casa estavam lá, rezando com o terço na mão, seguindo a marcha. Fiquei pensando se eu não havia explicado direito a elas o que era nossa luta. Onde foi que erramos? Procurava uma resposta, muitas vezes sozinha, com os meus botões. Mas logo em



seguida veio o golpe militar. De repente, o que era legal fazer passou a ser ilegal e só era feito na clandestinidade, como as reuniões de partido, os encontros com companheiros, a distribuição de jornais nas portas de fábricas, as reuniões na favela etc.

Nos primeiros dias do golpe, meu pai foi sequestrado em seu local de trabalho e durante meses esteve desaparecido. Eu, minha irmã e minha mãe percorríamos delegacias e quartéis à procura de seu paradeiro. Encontramo-lo meses depois, com centenas de outros presos políticos, no Complexo Penitenciário de Neves, na grande Belo Horizonte. No entanto, antes disso, eu e minha irmã fomos indiciadas em inquérito policial militar, presidido pelo oficial do Exército Tenente Coronel Grossi, que nos manteve presas no quartel do Exército, no Barro Preto, um bairro central de Belo Horizonte. Ali fomos submetidas a sessões de interrogatórios, incluindo acareações com outros presos. Durante os interrogatórios, sofri ameaças de fuzilamento, assédio sexual, intimidações de que seria condenada sumariamente por um tribunal militar e que seria mantida presa

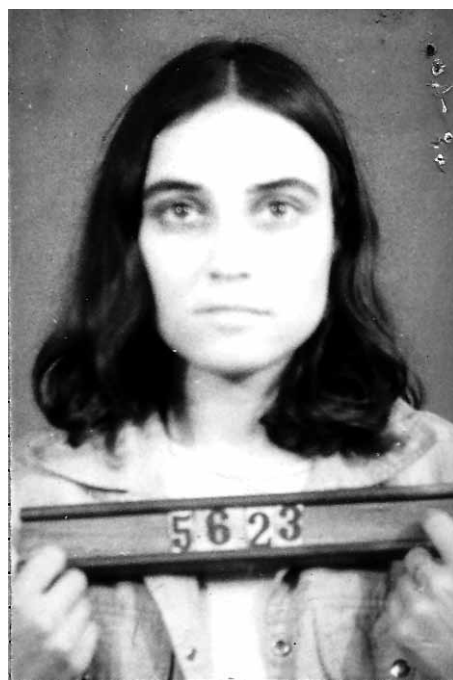


no quartel até se confirmarem as acusações que pesavam sobre mim e outras pessoas. No quartel não havia acomodações para as mulheres que eram, à época, a minoria absoluta de presas. Ficávamos em corredores compridos, onde corria um vento frio e onde ecoavam os passos dos oficiais que se aproximavam. Parecia aqueles corredores obscuros e enigmáticos que o Kafka descreveu tão bem em *O Processo*.

Quando fui liberada, continuei a sofrer perseguições: era frequentemente intimada por agentes do Exército para depor no quartel e, concomitantemente, por editais publicados pela grande imprensa. Fui intimada também a comparecer na Auditoria Militar na cidade de Juiz de Fora, distante de Belo Horizonte. Perdi muitos dias de trabalho e acabei sendo demitida da Cia. Siderúrgica Mannesmann.

A perseguição permaneceu, o que me obrigou a ir para a clandestinidade. Fui viver no Estado do Rio, onde tive dois filhos, Janaina e Edson Luis. Realizei atividades vinculadas à imprensa do Partido e administrei casas que foram usadas para

reuniões e alojamento de militantes (aparelhos). Mas nunca deixei de ter atividades profissionais remuneradas, ainda que com documentação falsa. O meu feminismo, ainda que latente, me obrigava a ter certa autonomia econômica em relação ao Partido. Isto, no meu jeito de ser, sempre deixou a organização incomodada. Mas eu contra-argumentava: afinal, se vocês forem presos, eu



posso continuar a sobreviver com os meus filhos. As perseguições policiais continuaram e tivemos que nos mudar para São Paulo.

Em 1972, no mês de abril, meu companheiro teve que ser internado, pois se encontrava tuberculoso, doença agravada pelas péssimas condições de trabalho clandestino numa gráfica do Partido, onde se cheirava, o tempo todo, tintas muito tóxicas. Enquanto isso, era deflagrada a Guerrilha do Araguaia, no sul do Pará, movimento de luta armada dirigido pelo PC do B. Agravaram-se as perseguições. Agora passávamos a ser consideradas subversivas e terroristas pelas forças da repressão política. Tive que mudar de casa por quatro vezes só naquele ano. Continuei fazendo o trabalho de imprensa praticamente sozinha: fazia o trabalho de *rádio-escuta* à noite, enquanto meus filhos de 5 e 4 anos dormiam. Ouvia os programas de rádio de países socialistas à época, voltados para as questões do Brasil e de lutas da resistência no mundo inteiro. As melhores notícias vinham dos *vietcongs* que, mesmo desnutridos e atacados com os tanques e os bombardeios aéreos

norte-americanos, inclusive com *napalm*, enfrentavam, com ousadia e criatividade, os *yankees*, como eram chamados os soldados dos Estados Unidos. Os guerrilheiros vietnamitas chamados de *vietcongs* eram mulheres e homens, o que me deixava feliz em saber o quanto as mulheres participavam do processo revolucionário. Eu devia ouvir e anotar as notícias para passar para a direção do Partido. As transmissões, em português e espanhol, muitas vezes tornavam-se inaudíveis, o que me obrigava a ouvir o mesmo programa várias vezes. Naquele ano de 1972, o cerco foi aumentado de tal forma que não pude mais exercer nenhum trabalho remunerado. Só podia trabalhar para o Partido. Durante o dia, meus filhos frequentavam uma escola infantil e eu ia cobrir *pontos*, como eram chamados os encontros com os companheiros. Minha casa continuava sendo local de reuniões e encontros. O trabalho doméstico ficava sempre para mim. Os companheiros não ajudavam ou, às vezes, o faziam muito pouco. A guerrilha no campo precisava do apoio da cidade para se manter. De São Paulo, era necessário enviar



equipamentos de sobrevivência na selva, remédios, roupas e calçados. Eu sabia que havia outras mulheres no Partido. Na grande maioria, eram estudantes vindas das passeatas de 1968. Aqueles ares de 68 foram tão intensos que repercutiram na clandestinidade, trazendo questionamentos sobre a condição das mulheres, sobre o direito à sexualidade e à autonomia. Tudo isso não deixava de ser um incômodo para os homens do Partido. Não cheguei a militar na clandestinidade com essas mulheres. A maioria delas foi para o campo. Eu era uma das militantes que comprava suas roupas íntimas e medicamentos ginecológicos. Mas, no meu dia a dia, só me encontrava e militava com homens, nunca com mulheres. Aliás, quando me lembro de ideias e ações da época, penso em alguns tabus que foram rompidos, de certa forma. Por exemplo, o tabu da virgindade. Naquela época, passou a ser vergonhoso manter-se virgem. Levantaram-se, também por influência dos *hippies*, o viver em comunidade e o amor livre. Tudo isso trazia uma mudança nas relações subjetivas entre militantes, ainda que o Partido insistisse em não

perceber as mudanças. O comportamento sexista prevalecia e a direção continuava a me discriminar e me excluir dos debates políticos, principalmente das decisões. Eu novamente tinha que reclamar e eles, mais uma vez, faziam sua *autocrítica*. E, mais uma vez, tudo se repetia. Ora, os companheiros me tachavam de criticista, o que segundo eles poderia levar ao imobilismo e a graves prejuízos. Era mais urgente, naquele momento, responder aos ataques constantes e cada vez mais violentos da repressão, e as tarefas postas, independentemente dos métodos adotados, eram mais imprescindíveis e deviam ser realizadas. Era um tempo de guerra, era um tempo de resistir. Não tínhamos tempo para discutir os graves problemas ocasionados pelo sexismo enquanto companheiros e companheiras eram assassinados sob tortura. Mesmo assim, ainda escrevia pequenos textos para o jornal *A Classe Operária* sobre a *questão da mulher*. Os textos eram cortados, a pretexto de que havia matérias mais urgentes. O que eu

concordava, muitas vezes. A repressão política não dava tréguas. Era cada vez maior o número de militantes eliminados. Com medo e coragem, vivíamos sentimentos díspares e paradoxais naqueles momentos em que sentíamos a proximidade do embate. A morte de um companheiro ou companheira nos fazia sentir algo tão doloroso que não podíamos sequer expressar. Cada queda, cada assassinato nos obrigava a manter de pé a luta, o moral alto, um sentimento de incerteza misturado com a esperança de mudar o mundo.

No final de 1972, exatamente no dia 28 de dezembro, fomos presos, eu, meu companheiro, César, e nosso amigo e dirigente do PC do B, Carlos Nicolau Danielli. No dia seguinte, sequestraram meus filhos e minha irmã, grávida de sete meses. Desde o momento da prisão, começaram as sessões de tortura, sob o comando do então Major Carlos Alberto Brilhante Ustra. Fomos conduzidos para as salas de tortura. Meu companheiro estava tuberculoso e era diabético. As torturas o levaram ao estado de coma. Foi reanimado depois por dois médicos, para que prosseguissem as torturas. Ao mesmo tempo, ouvia

os gritos lancinantes que reconhecia como sendo de Carlos Nicolau, e também era torturada com tamanha intensidade que entrei em estado de choque psíquico, o que tornava inúteis as ameaças e tentativas dos torturadores em me fazer falar alguma coisa. Danielli foi torturado até o terceiro dia de sua prisão e, à medida que o tempo passava, seus gritos se transformaram em lamentos e, finalmente, constatou-se o seu silêncio, apesar de ainda ouvir que ele continuava sendo espancado. Mas ele não reagia mais. Foi finalmente morto. Mas, antes disso, tenho que falar que meus filhos estavam presos, com 5 e 4 anos de idade, e me viram, assim como ao pai, marcados pelas sevícias sofridas. Minha irmã também estava presa, grávida e também submetida à tortura. Meus filhos nos viram com as roupas rasgadas, sujos, pálidos, cobertos de hematomas e sofrendo ameaças de torturarem as crianças. Os torturadores queriam informações sobre a Guerrilha do Araguaia e estavam dispostos a acabar conosco.

Na tortura, desejava a morte. Eles davam choques elétricos nos ouvidos, na boca, nos tornozelos, nos seios,



no ânus, na vagina. Durante as sessões, eles arrancavam nossa roupa e a gente ficava nua. Numa ocasião, caí numa cama de campanha, semiacordada. Um dos torturadores aproveitou-se para esfregar-se em mim, masturbando-se e jogando esperma. Depois me colocaram na cadeira de dragão, toda urinada e suja de vômito, e me exibiram para as crianças. Jamais esquecerei que minha filha, Janaina, me perguntou: “Mãe, por que você está roxa e o pai está verde?” Poderia haver algo pior? Sim, continuaram a ameaçar de torturar meus filhos, passaram também a torturar minha irmã grávida e chegaram a dizer que meus filhos já estavam mortos num caixão. Posso afirmar que eu e minha família vivemos o holocausto. Eu fui xingada de terrorista em diversos interrogatórios, colocavam arma automática em minha cabeça, ameaçando-me de morte. Amarraram as minhas pernas, me penduraram no “pau-de-arara” e espetavam agulhas nas solas dos meus pés, enquanto diziam que estavam aplicando o “soro da verdade”.

As crianças ficaram perambulando pelos corredores da Oban (Operação Bandeirante ou DOI-Codi) durante

alguns dias, vendo os presos, inclusive os pais, serem levados para as salas de tortura e ouvindo seus gritos de dor. Depois não as vi mais, nem a minha irmã. Fiquei seis meses incomunicável, sem ter nenhuma notícia do *mundo*. Passados os meses de incomunicabilidade, fui para o Presídio do Hipódromo e, mais tarde, para o Carandiru, onde fui conviver com um coletivo de aproximadamente 23 presas políticas. Ali houve um conforto: elas me receberam com carinho, com cantos e muitos abraços. Tive contato direto com companheiras que me abraçavam, que me ouviam, que me saudavam. Foi um momento de fortalecimento e de elevação da minha autoestima. Todas elas foram tão importantes para mim. Tentarei lembrar o nome de cada uma delas: Márcia Mafra, Nair Kobaschi, Rioko Kaiano, Carmem Callegari, Neide Richopo, Valquíria Costa, Leopoldina Duarte, Eleonora Menecucci, Darci Miako, Cidinha Costa, Angela Rocha, Guiomar, Tânia Mendes, Joana Contijo, Valderes Nunes, Eliana Potiguara,

Linda Taiah, Maria, Márcia Amaral, Marli. Faltam nomes. Não consigo me lembrar dos seus nomes. Mas esse coletivo marcou a minha vida. Consegui juntar meus pedaços e me fazer gente novamente, refazer minha vida e retomar meus sonhos. Ainda que muitas delas não tenham se tornado militantes feministas, todas me trouxeram de novo à vida. Agora sim, tinha certeza de que, depois da cadeia, minha luta feminista estaria em primeiro lugar, pois não há mudança social se não houver mudança na vida do cotidiano das mulheres. Um dia, quando encontrei meus filhos, eles me estranharam e eu chorei muito. Foram tempos difíceis quando saí da cadeia e fui viver novamente com os meus filhos. Janaina se lembrava que ficara presa numa casa de corredor comprido, cheio de portas fechadas, que ela e o Edson só podiam ficar na cozinha e que eles deveriam bater na porta quando quisessem ir ao banheiro. Anos mais tarde tentei inutilmente localizar esse “aparelho da repressão”.

Outras mulheres me apoiaram para que eu reconstruísse minha vida e meus ideais: Rosinha, minha

advogada; Ilo, que me deu o primeiro emprego, em 1974; Margarida Genevois, da Comissão de Justiça e Paz, que me incentivou a falar das torturas sofridas; Criméia, minha irmã, com sua firmeza e coragem; Josefina Bacariça, que me deu carinho e muito humor; Rioko, companheira de sempre; Leo (Menecucci), que me deu a primeira mão para eu sair da cadeia e ver a luz do dia, que quase me cegava; Madre Cristina, que deu todo o apoio de que precisavam meus filhos; as famílias dos presos políticos, D. Guiomar, Celeste Fon, D. Ivone Rocha, D. Raimunda, Maria Lucia Morano, Ester, Silvia Borin e Elisa Rocha, que mostraram tanta força e solidariedade; mulheres do *Brasil Mulher*, que me deram sustentação política, afetiva e teórica para eu nomear, amar e lutar pelos feminismos, anistia e liberdades políticas; mulheres populares da periferia, que lutavam contra a alta do custo de vida; sindicalistas que defendiam o direito à creche e ao salário igual para o trabalho igual.

Passados mais de trinta anos dos fatos, eu e minha família ganhamos uma ação declaratória de que o Coronel Carlos Alberto Brilhante



Ustra é torturador e responsável por danos morais e materiais, sentença promulgada na 23ª Vara Civil do Fórum João Mendes da cidade de São Paulo.

É a única ação em todo o território nacional que declara nominalmente um torturador.

O juiz considerou tratar-se de crimes contra a humanidade, como a tortura, o sequestro e o assassinato, e, por isso, imprescritíveis. Ficou conhecida como *ação da Família Teles*.

O feminismo continuou em mim numa luta coletiva cotidiana e ainda

há muito que ser feito para alcançar a igualdade sonhada.

Bibliografia

DIANA, Marta. *Mujeres Guerrilleras*. Editora Booket, 2ª edição, Buenos Ayres, 2007.

NOSOTRAS, *presas políticas*. Obra coletiva de 112 presas políticas entre 1974 e 1983. Editora Nuestra America, Buenos Ayres, 2006.

PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe (organizadoras). *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.





Da luta de resistência à ditadura ao feminismo – um árduo caminho

Criméia Alice Schmidt de Almeida

Nasci em Santos, em 1946, mas ainda muito criança mudei-me para Belo Horizonte, onde iniciei meus estudos até o vestibular.

Minha militância política começou muito cedo, quando eu ainda era adolescente. Foi antes do golpe militar de 1964 e atuei no movimento estudantil. Alguns fatos dessa época me



marcaram muito. Um deles foi que, em minha escola, a USAID (órgão do governo norte-americano de ‘ajuda’ aos países subdesenvolvidos) decidiu implantar um projeto piloto de educação que, mais tarde, em 1970, viria a ser o “Acordo MEC-USAID”, tão combatido pelo movimento estudantil e implantado no nosso sistema educacional. Com a implantação deste plano piloto, nossas antigas salas de aula passaram a ser ocupadas por agentes do projeto e nós fomos espremidos nas salas que restaram. Participei dos protestos com outras colegas e procuramos a imprensa para denunciar. Por isso, fomos acusadas de comunistas e de que estávamos levando uma luta anti-imperialista. Foi bom para eu ir aprendendo o que é política e como ela nos afeta, para o bem ou para o mal.

Foi também nessa época que o MEC¹ resolveu introduzir o livro descartável. Num primeiro momento, o livro era o mesmo, de capa dura, sem espaço para solução dos exercícios, apenas não podiam passar de um irmão ou de um vizinho para o outro, porque as escolas mudavam os autores. Eu e outros colegas achamos

que era um absurdo e resolvemos nos manifestar na Praça Sete, no Centro de Belo Horizonte. No início, eram apenas cartazes de protesto, feitos à mão, mas logo surgiu a ideia de fazermos trocas de livros didáticos. Ao final, eram pilhas de livros, de todos os tipos: literatura, política, sociologia, que algumas pessoas depositavam e outras retiravam, de acordo com a escolha, em plena rua. Eu estudava pela manhã e passava as tardes e parte da noite selecionando livros, ajudando pais e alunos a encontrarem os livros que precisavam, e os bares e moradores vizinhos nos davam lanches.

Cito esses dois exemplos para mostrar como se tentava impor uma política contrária aos nossos interesses antes mesmo do golpe militar.

Com essas atividades, acabei entrando para o Partido Comunista, no qual iniciei minha militância partidária. Foi nela que comecei a perceber a diferença de tratamento dado a homens e mulheres. Mas nessa época eu não era feminista, as questões feministas não eram

tratadas nem teoricamente e quando nós, mulheres, colocávamos as nossas dificuldades, diziam que seriam solucionadas com o socialismo e que éramos todos iguais, homens e mulheres.

Essas coisas me incomodavam porque não éramos tratadas como iguais nos direitos, apenas nas tarefas. Mas, com o golpe militar, os problemas da sobrevivência política eram tão difíceis que essa discussão ia ficando para segundo plano, embora voltasse sempre à tona.

Nessa época, houve a minha primeira detenção num quartel do Exército, e os militares também nos discriminavam. Eles não sabiam o que fazer com as mulheres e nos tratavam como idiotas. Eram capazes apenas de oferecer infraestrutura para os homens – esses, sim, capazes de pensar politicamente. Isto me permitiu sair mais ou menos ilesa, visto que representei o papel de idiota que eles me atribuíam.

Na segunda prisão, no Congresso da UNE², em Ibiúna, em 1968, a repressão procurou dar à opinião pública uma conotação de que as mulheres que estavam no congresso

eram prostitutas, retirando-lhes o caráter político de sua participação.

Com o advento do AI-5³, no final de 1968, fui para a clandestinidade na região da selva amazônica, onde, mais tarde, em 1972, eclodiu a chamada Guerrilha do Araguaia. Fui como militante do Partido Comunista do Brasil. A minha ida foi muito conturbada pelo fato de eu ser a primeira mulher que iria para o campo para a preparação da guerrilha. Primeiro protelaram a minha ida, depois um velho dirigente me disse que do meu desempenho na região iria depender a ida de outras mulheres. Fiquei bastante irritada com a colocação, não aceitava tal responsabilidade e lhe perguntei se algum companheiro homem não tivesse bom desempenho a revolução deixaria de ser feita.

Desde os meus primeiros dias na região, senti a discriminação: uns me tratavam como um bibelô incompetente, outros companheiros me tratavam como ‘homem’, me dando as tarefas mais pesadas e difíceis, com o objetivo de assistir ao meu fracasso. A realidade é que homens e mulheres tiveram dificuldades de adaptação, afinal tínhamos vindo



da cidade e a vida na selva é muito dura. As dificuldades dos homens eram vistas como dificuldades de adaptação e as das mulheres, como incompetência feminina. Ao final, todos nos adaptamos e nós, mulheres, começamos a nos organizar para exigir o que achávamos que eram nossos direitos ali. Eram as coisas mais elementares, como dividir igualmente as tarefas de cozinhar e cuidar da casa, lembrando que, para cozinhar, era preciso rachar lenha, pilar o arroz ou o café torrado, tirar o óleo do coco babaçu, tarefas que ocupavam um dia inteiro ou mais. Se tivéssemos ficado quietas, nossas tarefas teriam sido essas e as dos companheiros, caçar, pescar, fazer a roça. Apesar de nossa resistência, não havia nenhuma mulher no comando dos grupos guerrilheiros ou na Comissão Militar.

Na guerrilha, conheci o meu companheiro, André Grabois – desaparecido político com quem vivi quatro anos. André, como todos nós, não era feminista, mas se esforçou bastante para que eu e as mulheres guerrilheiras tivéssemos um tratamento mais igualitário e para que as nossas diferenças fossem

respeitadas. Eu e ele aprendemos, juntos, essas questões.

Com o decorrer dos combates, por sua capacidade e valentia, apenas uma companheira, a Dina – Dinalva Teixeira, desaparecida política –, se tornou subcomandante. No entanto, os próprios militares que combateram a guerrilha falam do pavor que sentiram da valentia das guerrilheiras, quer nos combates ou como prisioneiras, como Lucia Maria de Souza, Dinaelza Santana, Suely Yumiko ou Walkíria Afonso Costa, hoje todas desaparecidas políticas.

Em agosto de 1972, eu estava grávida e tive que sair da região da guerrilha. Era necessário reatar o contato com o partido em São Paulo, interrompido com o cerco das forças armadas.

A gravidez é uma particularidade feminina que define muitas de nossas diferenças. Naquele momento, para mim, a gravidez era indesejável. Perseguida, vivendo na clandestinidade e ameaçada de ser presa e torturada, tentei fazer aborto.

No entanto, devido a uma anemia intensa decorrente das frequentes crises de malária, não pude fazê-lo. Naquela época, eu não podia tratar a malária porque as medicações existentes eram lesivas ao feto. Somente em dezembro, quando já estava no sexto mês de gravidez, pude tratar a doença e, logo depois, no final do mês, fui sequestrada pelo DOI-Codi/SP.

Foi a pior de todas as prisões. A tortura era a rotina, mesmo eu estando em adiantado estado de gravidez. Ali assisti ao assassinato do companheiro Carlos Nicolau Danielli na tortura, cuja morte foi noticiada pela imprensa como tentativa de fuga.

Nos DOI-Codi de São Paulo e de Brasília, para onde fui transferida, vivi as mais cruéis torturas e, para tanto, as discriminações de sexo, raça e etnia eram abundantemente utilizadas. Não que os homens não fossem cruelmente torturados, mas nossos algozes não se esquivavam de usar as discriminações de gênero, ameaças de estupro e, mais intensamente, no meu caso, a questão da maternidade. Ameaças

de provocar o aborto ou de me tirar o filho assim que ele nascesse, encaminhando-o para o juizado de menores ou adotando-o, como fizeram na Argentina. O meu filho só lhes interessava para adoção se, como eles me diziam, fosse “homem, saudável e branco”, para que pudesse fazer carreira militar.

Nessas condições, a quase totalidade do tempo em cela solitária, conclui minha gravidez. Permaneci 27 horas com a bolsa rota e, ao reclamar com o obstetra militar que me examinou, dr. Trindade, que meu





filho poderia morrer, ele me respondeu: “Não tem importância, é um comunista a menos”. Na cela, eu era atacada por dezenas de baratas, que me subiam pelas pernas sujas com o líquido amniótico. Tive meu filho no Hospital da Guarnição de Brasília. Com o seu nascimento, passaram a usá-lo como se ele fosse mais um objeto de tortura. Eu era impedida de amamentá-lo quando os militares assim determinavam, em função do desagrado com as informações dos interrogatórios. Em função disso, nos 52 dias que meu filho permaneceu comigo nesse hospital, ele teve três crises de gastroenterite e desnutrição grave. Meu filho, que havia nascido bem, com menos de um mês de vida estava desnutrido e com marcas que o acompanham até os dias de hoje. Diante das minhas reclamações, diziam que eu era a culpada pelo seu sofrimento por não cooperar com os torturadores.

Ver companheiro ser assassinado na tortura e meu filho definhando no hospital do Exército foram as piores torturas que sofri. Nem de longe se comparam aos choques elétricos e espancamentos que, por si só, são terríveis.

Essas experiências foram me tornando feminista na prática. Só algum tempo depois de ser libertada do meu sequestro é que fui ler e estudar os primeiros trabalhos teóricos das feministas europeias, conseguidos por meio de militantes no exílio, e desde então me tornei militante feminista.

Participei das discussões do Ano Internacional da Mulher, em 1975, e de todos os eventos que se seguiram. Naquele período, as feministas eram muito vinculadas ao movimento de resistência à ditadura, como a luta pela anistia e defesa dos presos políticos, mas os partidos políticos que se legalizaram ou surgiram depois da anistia, em 1979, não trataram da questão feminista, como ainda hoje não a tratam com o devido respeito.

Com o advento do processo de abertura democrática, as divergências entre feminismo e os partidos políticos de esquerda e sindicatos mais combativos foram se tornando mais agudas, pois estes diziam que tratar das questões feministas era dividir a classe operária. Em 1981,

com vistas a tratar dessas questões, eu e um grupo de mulheres criamos a União de Mulheres do Município de São Paulo, que até hoje está em funcionamento. Seu objetivo principal é contribuir para forçar que o Estado assuma a defesa dos direitos das mulheres. Nesse sentido, participamos de várias lutas específicas das mulheres, como a implementação do Programa de Assistência à Saúde Integral das Mulheres; em defesa do aborto na Assembleia Constituinte, com a coleta de assinaturas para a emenda popular, e a defesa da proposta no Congresso, luta que até hoje ainda travamos; pela criação dos conselhos da condição feminina, pela delegacia da mulher, entre outras.

Paralelamente às lutas específicas das mulheres, participamos das lutas gerais da sociedade, como pela anistia ampla, geral e irrestrita; pela busca dos desaparecidos políticos; pela liberdade de organização partidária; pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte; pela cota obrigatória de participação das mulheres nos partidos; pela abertura dos arquivos da ditadura e tantas outras.

Na busca dos desaparecidos políticos, percorremos imensos caminhos: a busca pessoal e individual dos familiares, a busca por meio da justiça interna... Atualmente, nossa demanda está na Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA⁴, que deverá dar sua sentença ainda este ano. Temos encontrado muita dificuldade por parte de todos os poderes da República. Por parte do Judiciário, entramos com uma ação em 1982, que foi concluída somente em 2007, sem que, até o momento, tenha sido executada, além da decisão recente do Supremo Tribunal Federal, que interpretou a Lei de Anistia, de 1979, como tendo anistiado os torturadores. Por parte do Executivo, que resiste em abrir os arquivos da ditadura e fornecer as informações sobre nossos familiares desaparecidos e, mais recentemente, com relação ao Plano Nacional de Direitos Humanos 3, que foi reformulado, segundo dizem, porque os comandantes militares ameaçaram renunciar. A reformulação do PNDH3 foi um retrocesso e um desrespeito às resoluções da Conferência Nacional de Direitos Humanos. O Legislativo sempre



se esquivou de tratar do assunto, a começar pela própria Lei da Anistia, que foi um projeto enviado pelo ditador general Figueiredo.

Com essas lutas, o movimento de mulheres conseguiu que se avançasse muito na conscientização da sociedade sobre a discriminação das mulheres e em defesa dos direitos humanos e da cidadania, mas, na prática, ainda falta conquistar todos esses e outros direitos das mulheres e dos cidadãos em geral – alguns já em leis, mas ainda não aplicados.

Nesse percurso, deixei de ser militante partidária por não encontrar

nos partidos políticos uma proposta condizente com os meus ideais de luta. Tornei-me apenas militante feminista e dos direitos humanos.

Notas

¹ MEC: na época, sigla do Ministério da Educação e Cultura.

² UNE: União Nacional dos Estudantes.

³ AI - 5: Ato Institucional número 5 da Ditadura Militar, no Brasil.

⁴ OEA: Organização dos Estados Americanos.





As relações de gênero entre mães e filhas/os na solidão da tortura: reflexão de uma experiência

Eleonora Menicucci de Oliveira

O que me instigou a escrever este trabalho foram as questões postas pelo seminário *A revolução possível*, realizado na Unicamp e coordenado pela professora Maria Lygia Quartin de Moraes.

Naquela ocasião, tive o prazer e a honra de ser uma das convidadas a participar de uma mesa, intitulada *As mulheres na resistência à ditadura no Brasil e a questão de gênero*, buscando, a partir das experiências individuais de cada uma das cinco mulheres que estavam na mesa, discutir



as vivências, tanto no interior da clandestinidade, como da tortura, e nas relações construídas durante a cadeia.

Pela primeira vez em um evento no âmbito da aridez da academia se procurou resgatar a memória de um período de inomináveis atrocidades (inomináveis porque não se encontram termos, nem palavras que tenham a força da experiência para nomeá-las), mas traumático e nomeável quando essa experiência é incorporada ao presente cotidiano dos sujeitos envolvidos na perspectiva do não esquecimento. Assim, esse evento foi pioneiro no Brasil ao abrir espaço para a discussão da mulher como protagonista na resistência militar, visibilizando as diferenças de gênero, por meio de corajosos e emocionantes depoimentos.

Lembrar do passado foi uma forma de buscar recursos para pensar o presente, não só daquelas mulheres, mas das mulheres que, de diferentes maneiras, buscam resgatar a utopia perdida.

Os depoimentos das quatro mães ressaltaram dois aspectos: a relação mãe-filha utilizada na tortura à

mulher e como o corpo feminino foi utilizado e vilipendiado pelos torturadores, diferenciado a partir da concepção de o que é ser mulher em nossa sociedade. Outro aspecto ressaltado pelas mulheres foi a questão das relações de poder entre os sexos no interior das organizações de esquerda.

Essas questões foram problematizadas pela debatedora, contrapondo a ideia de uma especificidade de gênero na forma como a violência incide sobre o corpo humano, argumentando que o corpo masculino e o corpo feminino são igualmente frágeis na posição de torturado. Para ela, a dor e a violência, nesse prisma, não têm diferenciação de gênero – o que as diferencia é o vínculo mãe-filho, que fragiliza a mulher, não como uma construção social sobre esse vínculo. Na discussão sobre o poder, a debatedora apontou que as feministas historicamente têm se afastado dessa questão.

Instigada à uma reflexão mais elaborada a partir de minha própria experiência e do compartilhar, com

outras mulheres, vivências semelhantes, procuro dialogar com as ideias postas pela debatedora.

No âmbito da discussão sobre a dimensão do uso da categoria de gênero como explicativa das relações hierárquicas de poder entre os sexos, tanto na clandestinidade como na tortura, usarei a mediação do corpo como um locus diferenciado sexualmente para o uso da tortura.

É necessário e ético contextualizar aquele debate. Nós, mulheres, estávamos refletindo sobre as nossas experiências sob a ótica da construção cultural e social, em que a abordagem relacional do gênero explica as diferenças no uso do corpo na tortura, enquanto a debatedora falava de um lugar de psicanalista, com resistência a incorporar a dimensão explicativa do gênero, além de não ter podido chegar a tempo de ouvir os depoimentos.

A “ponta do meu iceberg”, ou seja, minha própria experiência

A cena

Era 11 de julho de 1971, uma manhã fria de inverno, quando 18 homens armados de metralhadoras em nome do Exército Brasileiro

invadiram uma casa geminada localizada no bairro dos Jardins, na cidade de São Paulo. Buscavam, para prender, uma jovem de 22 anos, que tinha uma filha de 1 ano e 10 meses, sob a acusação de “agitadora, guerrilheira e inimiga do seu próprio país”. A jovem era eu e a criança, minha primeira filha. Cercaram a casa por algumas semanas, na espera de que aparecesse algum/a outro/a guerrilheiro/a, levando presas a jovem e a criança para a sede do DOI-Codi, conhecida como Operação Bandeirantes (Oban), que se situava na rua Tutóia, 921, local para onde eram levados/as todos/as os/as presos/as políticos/as da época. Na mesma manhã, outro grupo de homens armados cercou, na cidade de Uberaba (MG), no enterro da mãe, um jovem de 23 anos, marido da jovem e pai da criança.

Em uma pequena sala de tortura na Oban, um torturador submetia-me às mais diferentes formas de tortura, desde as psicológicas, como “sua filha vai sumir”, até as de ordem física, como o pau-de-arara e a cadeira do dragão. Eu, com os meus 22 anos, cheia de utopia e coragem, resistia corajosamente às torturas



em nome dos ideais pelos quais estava presa. De repente, abre-se a porta e entram duas crianças. Uma era minha filha de 1 ano e 10 meses, e a outra, não sei, mais ou menos de 3 anos. Minha filha chorava, pedindo meu colo, e eu, amarrada na cadeira do dragão, absolutamente destituída de qualquer ação física, sentia a fenda entre o meu corpo e a minha subjetividade. O torturador berrava: - “Fala logo, que é para sua filha não ser torturada também!”.

Maria, minha filha, não compreendia a situação, pois era a primeira vez, em sua pequena existência, que se separava dos pais. Eu gritava que ela não tinha nada a ver com minha opção política, que a soltassem, mas a situação permanecia a mesma, agravando-se a cada minuto em que eu não falava. Acredito que desmaiei e, quando acordei, estava na cela. Nesse momento, senti que o corpo, sob tortura, nos tortura, exigindo de nós que o libertemos da tortura, seja a que preço for.

O meu marido estava sendo torturado em outras salas, mas com ele não se repetiu essa cena, embora os torturadores tenham dito a ele o que sucedia ao lado.

Dois corpos torturados e submetidos como objetos nas mãos dos torturadores, anulados enquanto sujeitos, mas explicitamente diferenciados sexualmente.

Cada história de vida é uma história de um corpo e cada corpo tem um sexo que tem um valor histórico, social e cultural.

Após essa cena de horror, fui ter notícias de minha filha 52 dias depois, quando já estava no Dops/SP, em fase de cartório, como era denominada a fase de depoimentos “judiciais” para formalizar o processo de denúncia e enviá-lo à Auditoria Militar. Nessa época, Maria se encontrava em Belo Horizonte, com minha mãe e minhas irmãs.

Fomos, eu e meu ex-marido, Ricardo, condenados por pertencermos ao Partido Operário Comunista (POC). Na primeira instância da Auditoria Militar de São Paulo, fui condenada a 12 anos de prisão, tendo cumprido três anos integrais, após recurso da advogada junto ao Supremo Tribunal Militar Federal.

A narrativa da experiência em busca da utopia perdida

“A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido. As verdades de cada experiência nunca nos escaparão” (Benjamin, 1987, p. 224)

Como nos disse Benjamin, a narrativa das experiências assumem um lugar historicamente importante se, por meio dela, conseguimos articular o passado, não para conhecê-lo como ele foi, mas para o apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Assim, a experiência, enquanto um caminho para despertar as centelhas da esperança e da utopia, é privilégio daqueles que estão convencidos de que revisitar o passado com olhos dialéticos desconstrói certezas conceituais e reconstrói práticas de liberdade que incorporam a multiplicidade de sujeitos na dimensão de classe, raça, gênero e geração para pensar as práticas sociais e políticas de hoje.

Pensar as práticas políticas do passado assume um significado

de liberdade quando inserimos nosso pensamento no exercício das construções cotidianas das múltiplas relações nas quais estão envolvidos homens e mulheres. Assim é que o passado vivido deixa de ser passado para se tornar parte integrante de cada um de nós.

Lembrar para não esquecer e para transformar as práticas sociais e políticas em ações que levem a uma sociedade mais justa socialmente, mais humana, mais solidária e com equidade de gênero.

A tortura é uma prática inominável que se dá entre seres humanos em suas mais diversas expressões, enquanto uma prática individual e social ao longo dos séculos. É histórica, de gênero e se expressa em relações de força entre desiguais, seja enquanto relação de poder que se dá nas esferas privadas, seja enquanto relação de poder nas esferas públicas.

Em *Vigiar e punir* (1993; 12-13-14-16-20), Foucault nos apresenta uma genealogia do desaparecimento dos suplícios enquanto punição pública dos “desviantes”, acentuado desde o fim do século XVIII e início do



XIX, como “a melancólica festa de punição vai se extinguindo, onde o condenado era exposto publicamente aos mais humilhantes suplícios.” Se a prática da exposição pública do suplício desaparece enquanto espetáculo, o mesmo não acontece com a prática do suplício das diferentes formas e estratégias de tortura sobre o corpo e, principalmente, quando essas acontecem nas esferas da subjetividade, permanecendo um fundo supliciante nos modernos mecanismos da justiça criminal (Foucault, 93; 20). Dessa maneira, mantêm o corpo em posição de instrumento ou de intermediário: qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho forçado, pelo controle da prática sexual, visa privar o indivíduo de sua liberdade, considerada como um direito e como um bem ao mesmo tempo (Foucault, 93;16). O corpo é colocado num sistema de coação e de privação, provocando sofrimentos físicos e mentais.

Para compreendermos melhor os artifícios dessa penalidade, recorreremos a mais uma citação de Foucault (93-20): “(...) castigo passou de uma arte das sensações

insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justicáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais ‘elevado’.”

A cena descrita de minha experiência explicita o que Pellegrino (92;19) diz: “(...) que a tortura busca, à custa do sofrimento corporal insuportável, introduzir uma cunha que leva à cisão entre o corpo e a mente.”

Chegamos ao ponto chave desta reflexão sobre a solidão da tortura. Historicamente, ela existiu entre seres humanos como prática social, política e jurídica. A existência histórica dos processos penais sempre atendeu aos interesses de classe, marcados pela hierarquia de poder entre os gêneros.

Gostaria de discutir as problematizações feitas pela debatedora no referido seminário iniciando pela compreensão de que o corpo é a nossa casa, pela qual nos plantamos no mundo, e é nessa casa que as diferenças de gênero se acentuam

e diferenciam a tortura nos corpos do homem e da mulher. Na tortura, ficamos totalmente desabrigados, sem casa, sem teto, sem segurança, sem um mínimo de solidariedade de nosso próprio corpo conosco mesmo, uma vez que a dor física nos coloca literalmente no chão, sem apoio elementar algum, entregues às ansiedades inconscientes mais primitivas (Pellegrino, 92; p. 19), da qual só conseguimos escapar por intermédio da morte. Se a tortura física em nosso corpo nos expõe a todo tipo de humilhações, ela estabelece, por um lado, uma velada cumplicidade entre o torturador e nosso corpo torturado. É como se o corpo torturado sáísse de nosso próprio corpo e nos negasse, não obedecendo a nenhum comando de nossa vontade de potência: a separação entre mente e corpo é muito clara nessas situações. O corpo não nos obedece e se acumplicia ao torturador. Essa é talvez uma das mais penosas sensações da situação de tortura, porque ela reivindica, em sua prática nefasta, uma rendição do sujeito na qual estejam empenhados nervos, carnes, sangue, ossos, tendões, espermatozoides, secreções, cabeça, tronco e membros.

O uso da categoria de gênero enquanto um suplemento relacional construído social e culturalmente sobre o sexo biológico, como afirma Scott (91; 76),

“pensando em termos da lógica contraditória do suplemento, podemos analisar as ambiguidades da história das mulheres e sua força política potencialmente crítica, uma força que desafia e desestabiliza as premissas disciplinares estabelecidas, mas sem oferecer uma síntese ou uma resolução fácil”,

pode ser capaz de explicar os diferentes lugares de poder que mulheres e homens ocupam no tecido social. É, portanto, nesse sentido que o uso do gênero possibilitou-me compreender e evidenciar os processos diferenciados de tortura, suplício e sofrimentos que se dão nos corpos dos homens e das mulheres. Se o corpo é a nossa casa, na tortura ele nos acua, para que nos neguemos enquanto sujeitos humanos (Pellegrino, 92; 20), e essa casa é clivada de poder pela divisão sexual nos momentos em que nos encontramos acuados frente à nossa condição de sujeitos humanos em que emerge a relação



de poder entre o torturador e o sujeito-corpo-torturado.

O torturador, para que se afirme, tem que negar radicalmente a pessoa do torturado, e não são muitas as maneiras de negar. Entre as mais visíveis está a morte do torturado, mas existe uma outra que se dá na relação com o corpo da mulher torturada, quando o torturador necessita, para crescer e existir enquanto pessoa, na exata proporção em que sua vítima se anula, visto que, sem alteridade genuína, o ser humano não se funda enquanto tal. Nessa segunda forma de afirmação do torturador enquanto poder, a primeira questão que diferencia a tortura no corpo da mulher da tortura no corpo do homem se dá quando, simultaneamente, esse corpo é o lócus da maternidade e do objeto de prazer sadomasoquista, e a outra é o fato de lidar com o corpo masculino como o outro conhecido e, com o corpo feminino, como o outro desconhecido, suscitando sentimentos de prazer e ódio simultâneos.

Nesse caso, a tortura atinge esferas psíquicas seguramente desconhecidas ao simbolizarem fragilidade, medo, culpa e perda. A

maternidade biológica, por acontecer no corpo da mulher, a confina ao espaço doméstico do lar como uma imposição da construção social e cultural. A mulher-mãe que rompe e desafia essa imposição é penalizada, tanto pela dupla jornada de trabalho como, nos casos de tortura, em que é utilizada a sua condição de mãe para submetê-la a suplícios diferenciados sexualmente. O significado simbólico desse ato inominável de tortura se articula com a questão da iminência da perda do poder masculino quando se vê frente a mulheres que desafiam o instituído. Nessa situação, o poder masculino do torturador, ao torturar de uma só vez a mãe e a filha, assume o significado do assassinato de uma potencial força de poder contra a virilidade de seu poder masculino.

O que gostaria também de discutir é a problemática do poder que está embutida na decisão de torturar a mãe na frente da filha ou a filha na frente da mãe, como uma problemática de relação de poder na qual o torturador se afirma negando a existência de duas mulheres simultaneamente. O drama de Sofia, eu o

vivi quando colocada nessa situação: falar ou não falar na condição de submetida à tortura física e psíquica, minha e de minha filha. Se a tortura consegue sair “vitoriosa” conseguindo informações, opera no sentido de transformar o torturado/a em sujeito absolutamente degradado/a e expectador/a da própria ruína. Não falar supõe exigência sobre-humana, e é real que quase sempre ao torturado/a só resta o silêncio à custa de sacrifícios e suplícios indescritíveis. A escolha que consegui fazer pela estratégia do despitamento não se constituiu, no caso, o discurso da heroína. Ao contrário, constituiu-se no encontro com a vida de uma criança que já veio ao mundo crivada pela rotina da clandestinidade e pela busca da liberdade. Nessa relação de ausência de alteridade, as figuras das duas crianças falaram mais forte... ao corpo de mulher torturado...

Ao longo da história das torturas, várias passagens nos apontam para a invisibilidade das mulheres. Entre elas, as mais conhecidas foram as mulheres na Inquisição, portadoras de um saber popular sobre a cura de doenças que ocorrem no próprio

corpo das mulheres e que lhes foi expropriado pelo saber médico – são as bruxas, que foram queimadas em público como “exercício pedagógico para as outras mulheres”; também durante a implantação do processo de industrialização, quando trabalhadoras têxteis foram mortas porque fizeram greves para diminuição da jornada de trabalho; e o fato de o suplício do estupro não ser considerado crime de guerra nas duas grandes guerras mundiais e, mais recentemente, nas guerras do Vietnã, da Bósnia, no Iraque e, finalmente, nas resistências às ditaduras da América Latina.

Se não desconstruirmos hermenêuticamente o discurso da tortura, nomeando sexualmente os sujeitos torturados, permaneceremos no mesmo equívoco científico da unicidade do ser humano enquanto sujeito masculino. Reincide-se, assim, na mesma omissão histórica quando se fala de direitos humanos sem sexualizar os sujeitos envolvidos, assim como a diferença entre violência contra as mulheres da violência conjugal, em que o uso do gênero desconstrói o “senso comum” de que é uma violência contra pessoas.



Várias estratégias de tortura são utilizadas, algumas já descritas aqui; no entanto, gostaria de ressaltar a extensão das sequelas provocadas. A solidão é, sem dúvida, uma das maiores penalidades para as mulheres, que se assemelha à solidão da decisão por um aborto, à solidão do sofrimento e das marcas de um estupro, agravadas pelo sentimento da culpa que nos é imposta pelo fato de termos levado, em nossa opção política, crianças que não optaram.

Essas marcas são definitivas e definem as identidades pós-tortura. Identidades que são reconstruídas no âmbito da própria cadeia, nas relações de solidariedade entre as companheiras presas, por meio da construção coletiva da solidariedade, marcadamente diferente do conceito de sororidade. A dimensão da ética enquanto respeito às diferenças foi fincada em minha vida de maneira irreduzível.

No período em que estive presa, processei imensas reflexões, tão intensas que me transformei, sendo a tortura, em toda sua extensão e diversidade, a que produziu a mais forte das transformações em minha identidade de mulher que,

até a prisão, incorporava o modelo masculino da coragem e do poder viril para poder ser aceita na própria organização.

A primeira foi como mulher. No rito de passagem de simpatizante para militante das organizações, fui buscar em Turner (69;117) a noção que me ajudasse a compreender aquele processo. Os ritos de passagens eram tão relâmpagos, levando em conta, basicamente, o desejo do jovem aspirante à militante e o desejo do militante de engrossar as fileiras daqueles que sonhavam com a utopia da revolução. A avaliação dos novos militantes girava em torno de qualidades demonstradas nas passeatas, principalmente, como atos de bravura ou declaração de intenções revolucionárias. O rito de passagem era tão relâmpago que não dava lugar ao processamento interior de nenhuma passagem.

No que diz respeito às mulheres, a relação era um pouco mais complicada. No nosso caso, o rito de passagem dava-se quase sempre via o “aceite” de um dos companheiros

da pretendida organização. Nós, mulheres, ocupávamos as ruas nas passeatas em pichações em número igual ao dos homens. Tempos depois, refletindo sobre as demonstrações de coragem de que éramos capazes, percebo o quanto isso é significativo porque, ao falar de coragem das mulheres, vejo que nunca se analisou o fato de serem elas as que, portando armas, faziam a segurança das reuniões clandestinas das organizações, além de várias ações internas e externas. As mulheres estiveram nas guerrilhas urbanas e rurais, estiveram nos comandos das diferentes organizações, mas a um preço alto: assumir a postura dominante de direção, reproduzindo a relação de hierarquia de poder com referência aos homens e às mulheres, como afirma Rowbothan (80; 82-83) em relação ao poder burocrático que transformava as pessoas em “militantes impessoais” e quando reinterpreta a noção de “centralismo democrático” para compreender o emergir das novas atrizes políticas no interior do movimento feminista, e que nos fez recuperar nossa própria história fincada na utopia e na paixão libertária. E, finalmente,

é educativo e libertário para recuperar a utopia nos lembrarmos que, se por um lado, as mulheres daquela geração, ao participarem da resistência à ditadura, conquistaram espaços, romperam preconceitos, descobriram caminhos e re-caminhos, também atuaram com cumplicidade nas relações de poder entre os gêneros no interior dos movimentos de esquerda, mesmo porque, para atenderem às expectativas de “revolucionárias”, ficavam, em sua maioria, presas ao modelo do macho, do forte, do corajoso e do frio. E poderia ter sido diferente? Penso que não, pelo fato de sermos muito jovens e termos pressa.

A segunda diz respeito ao sentimento da maternidade que a tortura fez vibrar em meu próprio sangue. Foi por intermédio desse sentimento que busquei a força de resistência. A tortura, em mim e em minha filha, me mostrou a olho nu a nua e crua dimensão do terror instalado em nosso país e, paradoxalmente, nossa impotência frente a ele. Aqui me transformei em feminista.

Na tortura, e por meio da tortura de amigas/os, encontrei-me com o poder mais forte, mais visceral, mais



sanguinário. Era o prazer do torturador sobre nós: um misto de macho e animal.

Na tortura, vi-me fraca, frágil e com medo, mas também encontrei forças para reagir, pois foi na tortura que pude ver todo meu corpo de mulher sendo usado por monstros masculinos. Vi minha sexualidade sendo usada como objeto de prazer pelos torturadores, embora não tenha sofrido estupro sexual. Vi o quanto somos objetos e o quanto podemos ser adestrados e utilizados por meio do nosso corpo para satisfazer a qualquer capricho dos torturadores. Minha dor física, somada à dor emocional, me fez gritar como mulher e repudiar, aos berros, todo uso de meu corpo. Na tortura, me descobri uma mulher forte, com muita vontade de ser alguém. Queria muito ser mulher e sabia que conseguiria.

O ponto mais forte dessa experiência foi sentir a fragilidade do torturador frente ao silêncio do torturado. Aquele se reduz a nada diante da negação da morte do outro e, no meu caso, de nós duas, mãe e filha. Acredito que, naquele momento, matamos no torturador o significado

da relação homem-mulher, seja no âmbito da maternidade, enquanto filho ou enquanto pai. E, sobretudo, não conseguiram matar o desejo e a realidade de ser novamente mãe, o que fui logo após a saída da cadeia.

Finalmente, gostaria de pontuar uma das questões que me levam constantemente a lembrar do passado. Resgatar para romper com o silêncio que tem sido imposto às mulheres e desvelar todo um passado histórico, na perspectiva de incorporar as experiências trabalhadas nas esferas da subjetividade, para interferir neste mundo globalizado e transnacionalizado, onde o predomínio da apatia, da imobilidade e do conformismo são os ingredientes para o salve-se quem puder. Lembrar do passado deve ter o significado da recuperação da utopia, permeada por um pouco de loucura e devaneio, ingredientes que nos faltam para construirmos estratégias mais coletivas de resistência à internacionalização do capital e à transnacionalização da migração que transforma as relações sociais

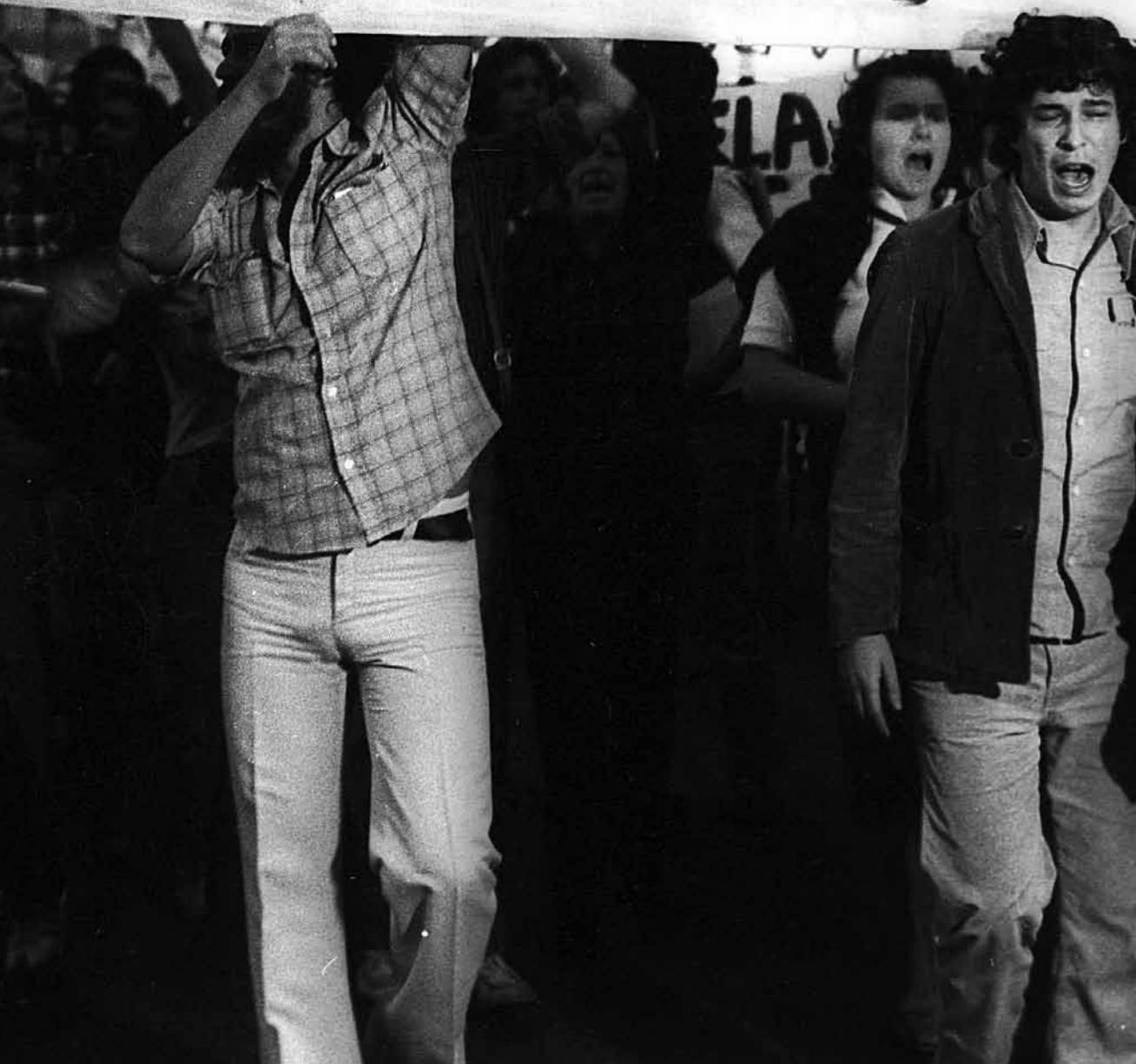
em práticas desterritorializadas e
dessignificadas.

Bibliografia

- BENJAMIM, W. Sobre o conceito de História. In: *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- PELLEGRINO, H. *A burrice do demônio*. Rio de Janeiro : Rocco, 1992.
- ROWBOTHAM, S. O movimento de mulheres e a organização para o socialismo. In: *Além dos Fragmentos - o Feminismo e a Construção do Socialismo*. Wainwright, Hilary, Segal, Lynne Segal, Rowbotham Sheila. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SCOTT, J. História das Mulheres. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. BURKE, Peter (org). São Paulo: Unesp, 1992.
- TURNER, V. *O processo ritual*. Petrópolis: Vozes, 1969.



POIO À
TIA AMPLA, SE





Presas políticas no Recife

Em outubro de 2010, as presas políticas que ficaram detidas na Colônia Penal Feminina do Bom Pastor, no Recife, entre 1969 e a promulgação da Lei de Anistia (1979), foram homenageadas pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SEDH), pela Secretaria de Ressocialização do Estado de Pernambuco e pela Prefeitura Municipal do Recife. Na ocasião, essas mulheres fizeram várias manifestações sobre o significado do ato. Entre essas, reproduzimos trechos do pronunciamento de Lilia Gondim, uma das ex-presas políticas anistiadas.



“(…) reafirmar aqui nossa posição contrária a todo tipo de maus tratos, tortura e a todas as situações que obrigam as pessoas a viver em condições que afetam sua dignidade de seres humanos, e nos solidarizarmos com vocês [mulheres atualmente detidas], como o fizemos antes, com as mulheres que viviam nesta casa na nossa época.”



“Essas paredes guardam muitas histórias e trazem muitas lembranças. Nos emocionava na época, e emociona até hoje, a solidariedade que recebíamos das mulheres que aqui cumpriam penas por delitos comuns, e a solidariedade de muitas freiras encarregadas da guarda interna dessa casa.”



Helena Monteiro, Vera Rocha, Yara Falcon, Teresa Vilaça, (Maria Inês, foi presa mas não cumpriu pena pois era de menor), Lília Gondim



Lylia Guedes, Ana Fonseca, Sonia Beltrão, Maria Yvone Loureiro

Mulheres lutadoras e valorosas que sofreram torturas e maus tratos por estarem engajadas na construção de uma sociedade mais justa e mais humana.

Nosso reconhecimento pela resistência ao autoritarismo e pela luta em prol da democracia.

A homenagem abrange também duas mulheres camponesas que estavam neste presídio como presas políticas em 1970 e das quais não conseguimos registros.

Recife, 28 de agosto de 2010

Prefeito **João da Costa**

Relação das ex-presas políticas da colônia penal feminina do Bom Pastor

Ana Maria Medeiros Fonseca /CE, Aurea Bezerra dos Santos (IN MEMORIAM) /PE, Cleusa Maria Palm Aguiar /RS, Dulce Chaves Pandolfi /PE, Enidan Moreira Magalhães /PE, Erlita Rodrigues /SE, Glisbom Westin Cosenza /BH, Helena Maia Quimela (IN MEMORIAM) /CE, Helena Serrazul Monteiro /CE, Lilia Maria Pinto Gondim /PE, Lylia da Silva Guedes Galchi /CE, Maria Aparecida dos Santos /RN, Maria do Carmo Tomaz /TN, Maria do Socorro Diógenes /CE, Maria Quimela de Almeida /CE, Maria Teresa Lemos Vilça /PE, Maria Yvone Loureiro Ribeiro /AL, Nancy Mangabara Unger /BA, Rosa Maria Barros Santos /PE, Selma Bandeira Mendes (IN MEMORIAM) /AL, Sonia Maria de Arruda Beltrão /PE, Vera Lucia Shiguiri /RS, Vera Maria Rocha /CE, Yara Cecy Falcon Lins /BA.



GOVERNO DE
Pernambuco



Governo
Federal



“Nosso desejo é que essa placa seja um símbolo: que em vez de cada um dos nomes ali inscritos, leia-se a história de milhares de pessoas que, por discordarem do governo autoritário e lutarem por uma sociedade mais justa, foram perseguidas, presas, torturadas e, muitas, assassinadas pelos Órgãos de repressão política da ditadura.”



“Acreditamos que a maior importância deste evento [homenagem], é o fato de significar um passo a mais na luta pelo resgate e preservação da memória histórica e política do nosso país.”



entrevista



A democracia é um projeto sempre inacabado

Entrevista com
Lilian Celiberti

por Verônica Ferreira e Rivane Arantes

Em meados de julho deste ano, ao cair da noite e sob o céu de Brasília, entrevistamos Lilian Celiberti, feminista uruguaia, militante política desde o final dos anos 1960 e, hoje, uma das integrantes da organização feminista Cotidiano Mujer e da Articulação Feminista Marcosur. Lilian foi sequestrada em Porto Alegre, em novembro de 1978, juntamente com sua filha Francesca, de 3 anos, seu filho Camilo, então com 8 anos, e seu companheiro, na época, Universindo Rodriguez Diaz. Ela foi levada a uma prisão no Uruguai, seu país de origem, onde foi torturada e ficou detida durante quase cinco anos, entre 1978 e 1983. Seu sequestro e prisão se deram numa ação repressiva articulada entre as ditaduras brasileira e uruguaia, que já naquele momento Lilian lutava para denunciar e depois viria a ser conhecida como a Operação Condor. O sequestro foi divulgado pela imprensa brasileira e se tornou um dos casos emblemáticos da violência política durante a ditadura militar, na América Latina, e da luta de resistência contra a barbárie daqueles tempos.

Para nós, durante a entrevista, os pensamentos de Lilian se fixaram no horizonte, no próprio céu da cidade e, embora entardecesse, eles “amanheciam” e nos renovavam de força pela oportunidade de compartilhar suas memórias - fragmentos de um tempo que, como tempo, também é hoje... O que ouvimos, e partilhamos nesta entrevista, foram profundas e renovadas reflexões sobre esses acontecimentos e sobre a própria noção de memória. A perspectiva de memória no olhar de Lilian Celiberti não pretende uma volta ao passado, simplesmente. Opta por uma reflexão sobre o que se passou, sim, mas contextualizada, vista pelos olhos de quem se nega a ser refém do que viveu, de quem está sempre seguindo, de quem nunca se quis personagem da história, seja como vítima, seja como heroína; de quem se quis e se quer sujeito de sua construção, sem culpa, sem medo.

Lilian Celiberti reflete sobre essa experiência, realizando aquela que talvez seja a tarefa fundamental da memória: iluminar o amanhã. E fala do feminismo como “um refúgio” que, entre as paredes frias do cárcere, naqueles dias infundáveis, permitiu que ela escapasse da loucura e reconstruísse a si mesma...

Lilian, em primeiro lugar, queríamos agradecer por sua disponibilidade em nos conceder esta entrevista e pedir que se apresentasse e falasse do início de sua militância política.

Lilian Comecei a estudar magistério quando tinha 16 anos, porque era naquele momento que se podia ingressar, tendo quatro anos de secundário. Então eu ingressei, e pouco tempo depois passaram pelas classes anunciando a criação de um grupo de missões sociopedagógicas para ir, nas férias de setembro, a uma escola rural. Eu me inscrevi nesse grupo de professores e estudantes, e comecei a preparar uma experiência de trabalho em uma escola rural. A ideia era ver a realidade das escolas rurais, do campo, da pobreza. Foi uma experiência com muito poder de grupo, pela vivência durante duas semanas. Também me provocou um grande choque emocional falar com as pessoas, ver a desesperança, a falta de oportunidades... Quando voltei, queria me vincular de alguma maneira com os grêmios de estudantes. E aí, na realidade, começou o meu processo de militância. Tudo foi muito rápido, porque eu tinha 16 anos e, no ano seguinte, com 17 anos, me integrei à Federação Anarquista e não parei nunca mais.

Em que período isso se deu, Lilian?

Lilian Foi no ano de 1967. Depois veio 1968 e eu era secretária geral do grêmio de estudantes de magistério. No momento das grandes mobilizações estudantis, eu já militava nesse grupo anarquista e tudo foi um processo muito rápido, porque se produziu uma aceleração da repressão política no Uruguai: medidas urgentes de segurança, estado de guerra interno, até que, em 1971, fui presa. Eu já havia me casado. Eu e meu marido fomos presos e assim estive

durante três meses. Meu marido foi processado. Então, fiquei sozinha com meu filho que acabara de nascer. E esse foi o começo da minha vida como mãe. Depois, em 1972, já caí presa outra vez e aí estive durante dois anos. Depois fui para a Europa e depois vim para o Brasil. Assim foi. Hoje olho para tudo isso e digo: Nossa! Todas essas coisas aconteceram em tão pouco tempo. Era um tempo muito acelerado.

Esse momento político do Uruguai, sua ida para a Europa e sua vinda ao Brasil, que também resultou disso... Como foi essa experiência?

Lilian Na realidade, eu não saí do país durante a ditadura no Uruguai. Tudo isso que estava contando foi prévio. A ditadura no Uruguai, com o golpe de Estado, efetivamente se deu em 1973. Eu já estava no cárcere fazia um ano, pois fui presa em novembro de 1972. Em 1974, eu não tinha processo, não estava processada, mas estava enquadrada numa figura [jurídica] que se chamava “medidas de segurança”, as quais estabeleciam que tínhamos o direito de sair do país, de nos autoexilar. Minha mãe começou a me dizer que já havia um golpe, que eu tinha de ir, porque, em qualquer momento, poderiam me levar e processar novamente, por uma outra figura. A ditadura é sempre um processo, não? Dão o golpe e depois vão tocando todas as áreas institucionais, intervindo em toda a legalidade. Então, em 1974, fui para a Itália com meu marido e meu filho pequeno, que tinha três anos. Foi lá que conheci o feminismo. Era um momento de auge do feminismo na Itália. Acabavam de obter o referendo pelo divórcio e estavam iniciando a luta pelo aborto. Havia um poderosíssimo movimento feminista superestendido em toda parte, em cada cidade.

Vivi em Milão, muito centrada na denúncia da ditadura, mas com muitos amigos italianos e amigas feministas. Eu militava em um partido.

Em que partido, Lilian?

Lilian Militava no Partido pela Vitória do Povo, assim se chamava. Na realidade, era o mesmo grupo anarquista com o qual eu havia começado a militar no ano de 1967. Com o processo de clandestinidade dos partidos, o grupo foi se transformando ideologicamente e pessoas mais marxistas foram se incorporando. O grupo tinha a pretensão de fazer uma síntese entre marxismo e anarquismo. Eu havia estado desvinculada porque estive presa durante esses dois anos e, depois, estava na Europa. Quando cheguei na Europa, em pouco tempo fiquei grávida da minha filha, que nasceu em 1975. Na realidade, estava mais em uma militância de denúncia da ditadura, nos grupos de comitê de solidariedade ao Uruguai que havia por todos os lados. Estava mais centrada nisso, mas, no ano de 1976, se deu um processo de perseguição terrível de nossos companheiros na Argentina, que começaram a ser presos, sequestrados e desaparecer. Então, me envolvi muitíssimo na

*A ditadura é sempre um processo...
Dão o golpe e depois vão tocando
as áreas institucionais, intervindo
em toda a legalidade.*

busca de salvar companheiros e companheiras do Partido. Começamos, por um lado, a salvar e fazer muitíssimas denúncias. Todavia, nesse momento, não tínhamos ainda tão clara a figura dos desaparecidos, porque sempre pensávamos que os tomavam e que, em algum momento, iriam torturá-los, alguns iam morrer, mas que, definitivamente, iriam aparecer. Passava o tempo e começamos a coletar testemunhos de pessoas e a perceber que aquilo que estava se passando na Argentina, no Chile, começava também a acontecer no Uruguai. Havia uma coordenação repressiva e começamos a trabalhar sobre isso em uma denúncia, que não era no campo da denúncia política, porque não estava configurada nitidamente [a Operação Condor]. Hoje falamos de Condor, que era uma realidade, mas, naquele momento, não havia tantas informações e tanta clareza sobre a possibilidade dessa coordenação repressiva e, sobretudo, da ação cruel, desumana e genocida que esse grupo de comando tinha, o qual sequestrava crianças. Não tinham nenhum limite. Havia sido perdidas todas as noções de limite possível. Então começamos a trabalhar, na realidade, mais conceitualmente sobre isso, e a fazer uma denúncia. Organizamos algumas questões porque os testemunhos de algumas pessoas que haviam conseguido escapar eram horrorosos.

Houve muitos episódios de repressão entre o final de 1976 e em 1977. Começamos a conhecer esses testemunhos e a trabalhar em uma denúncia da coordenação repressiva a partir da Itália e da França, não eu individualmente, mas a partir dos lugares nos quais estávamos em rede, com pessoas do meu partido que estavam em distintos lugares da Europa. E aí se deu essa situação na qual começamos a

ver a necessidade de uma ação e, nesse contexto foi que, em fins de 1977, fui fazer uma viagem ao Uruguai e vim pela primeira vez ao Brasil, com uma ideia um pouco exploratória. No caso do Uruguai, fui com a ideia de contactar basicamente algumas mães de nossos companheiros que estavam desaparecidos e ver como podíamos começar a organizar alguma ação de solidariedade e, sobretudo, de denúncia.

Entretanto, havia, primeiro, uma ideia que ocupava o cenário que era a da ditadura chilena; segundo, de que, no Uruguai, havia um presidente constitucional, que foi eleito em 1971 e continuava; portanto, era como se houvesse uma continuidade, ou seja, as pessoas tinham resistência a aceitar uma ditadura no Uruguai. Em terceiro lugar, a figura do desaparecimento não estava tão clara. Então, havia uma dificuldade de se dizer: aqui está se passando algo novo. Isto não é igual a qualquer repressão, não é o mesmo que encarcerarem pessoas ou que haja muitas pessoas presas, não é o mesmo. Aqui está se passando algo novo.

Nesse marco, havíamos começado a trabalhar com a ideia do que chamávamos, nesse momento, de Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai. Contatamos juristas franceses, italianos, belgas, de distintos países democráticos, defensores de direitos humanos, para que pudessem viajar ao Uruguai, fazer contato com pessoas e denunciar quando voltassem para a Europa. Eu viajei ao Uruguai com a ideia de encontrar familiares de nossos companheiros desaparecidos para lhes dizer que iríamos apoiar, que traríamos esses juristas etc. As mães dos desaparecidos estavam no processo inicial de organização. Mais que de organização inicial, porque cada

mãe fazia a tarefa de estabelecer contato, pois cada uma havia começado buscando individualmente seu filho ou familiar. Aí é que começam a se organizar essas redes. Nesse momento, vim pela primeira vez ao Brasil, ao Rio, fazendo contato com alguns companheiros uruguaios que estavam ali. Depois, fui a Montevideu, onde fiz contato com alguns familiares, e, depois, voltei para a Europa.

Quando voltei para a Europa, então decidimos. Após um congresso na França, decidimos que um grupo de pessoas entre nós viria e se instalaria no Brasil, para poder fazer uma campanha de denúncia mais sistemática do desaparecimento de nossos companheiros, aproveitando a possibilidade que existisse, talvez, uma certa liberdade de imprensa, formal, no Brasil. Estamos falando de 1978. Então pensamos: talvez possamos fazer um trabalho dirigido aos jornalistas, com a ideia de sensibilizá-los e passar-lhes todas as informações que tínhamos sobre a situação do Uruguai e a coordenação repressiva.

A ideia de sensibilizar jornalistas brasileiros/as, dadas as condições da imprensa no Brasil, foi então o que motivou a sua vinda?

Lilian Essa foi a razão fundamental. A segunda era tratar de contatar e reorganizar nossos companheiros do Uruguai, porque as pessoas estavam muito desorganizadas, muito impactadas, muito doloridas, muito chocadas com tudo o que estava se passando. A ditadura estava muito consolidada.

Então vim pela segunda vez ao Brasil, no início de 1978. Eu já havia me separado. Meus pais tinham ido me visitar na Itália. Minha irmã também já estava na Itália. Deixei meus filhos com minha mãe e vim sozinha. Estive no Brasil

por cerca de quatro ou cinco meses. Primeiro, fomos a São Paulo, depois a Porto Alegre. Alugamos um apartamento em Porto Alegre com um companheiro do partido. Fiz uma viagem à Bolívia com a ideia de também fazer contatos com pessoas e ver as experiências de luta pela anistia. Começamos também a ter reuniões com os grupos pela anistia que existiam no Rio Grande do Sul e, sobretudo, a contatar jornalistas. Quando senti que podia instalar-me e viver no Brasil, fui à Itália buscar meus filhos. Eu estava com outro companheiro [Universindo], que era sociólogo e vivia em Paris, e começamos a planejar que, se eu viesse para o Brasil, ele daria entrada nos trâmites na universidade para trabalhar em alguma universidade do Brasil. Tínhamos esses projetos de nos reencontrarmos depois, mas isso não ocorreu porque não deu tempo.

Fiquei no Brasil de fevereiro a agosto. Em agosto, fui buscar meus filhos na Itália, voltei em setembro para o Brasil e fui presa em novembro. Na realidade, tudo se deu em muito pouco tempo. Realmente foi terrível, porque fazia muito pouco tempo que eu havia vindo com meus filhos, com a ideia de que aqui vamos ficar, aqui vamos viver. Mas isso não ocorreu. Evidentemente, não ocorreu.

Nesse momento, caíram nas mãos do exército uruguaio uns companheiros que viviam em Montevidéu e que sabiam dos nossos planos, porque haviam recebido coisas nossas. Entre eles, uma das companheiras que já me conhecia de antes. Então ela me identificou e confirmou que estávamos em Porto Alegre. Não sei se identificou a nós dois, e, sim, a mim, claramente. E então os trouxeram a Porto Alegre, a ela e a outro garoto, para que nos identificassem. Nesse dia, eu fui encontrar uma das mães na rodoviária de Porto Alegre,

porque já estava vindo de São Paulo. É aí, na rodoviária, que me sequestram, me detêm. Aí começa todo esse perigo. Tudo está muito bem detalhado no livro com Lucy Garrido¹.

Para você, o que é ou o que significa a memória desses acontecimentos?

Lilian Para mim é uma coisa dual, ambígua. Ambígua não é bem a palavra; na realidade, é uma dualidade, porque, por um lado, me sinto como alguém que, com os recursos disponíveis – que não eram muitos –, atuou com a cabeça para enfrentar... Dentro dessa luta e frente a essas situações, há uma luta para impedir que o medo paralise, porque o medo é uma sensação paralisante. É uma sensação destruidora. Destrói toda inteligência. Nesse sentido, sinto que fui uma mulher muito forte. Quando penso hoje nas coisas que fiz... Bem, não é que seja valente, não vai por esse lado. Mas, sim, que fiz coisas inteligentes e com um certo nível de auto-controle. Hoje penso e vejo a mim mesma despedindo-me de meus filhos, os quais deixava com esses militares filhos da puta, e digo: como pude? De verdade que não posso... Na verdade, nessa coisa da memória, fazemos abstrações, mas eu fiz isso: deixei meus dois filhos na fronteira com um grupo de militares, em particular, de civis armados, e voltei com alguns deles a Porto Alegre. Por isso digo que em minha memória é uma coisa ambígua, porque, por um lado, é algo que me causa uma dor e, por outro, também uma coisa de dizer: puxa, há que se ter uma frieza para poder fazer isso nesse momento. Então, também me sinto muito adulta. Quando sinto que as jovens, às vezes, reivindicam coisas, digo: puxa, eu tinha 27 anos! E estava com dois filhos pequenos, quarenta militares, transportada como um vulto, de um país a outro. Claro, esse tema da memória é um tema

forte, porque sei que são outras experiências. Mas quando falamos de algumas coisas, temos de ver que, na realidade, nós, humanos, temos a capacidade de nos sobrepor.

Eu vos digo que, em minha memória, estão essas duas coisas. Está o fato de haver sido capaz de raciocinar e dizer: isso é o que tenho de fazer, ainda que me custe o desgarramento da alma, mas é o que tenho de fazer, porque é nossa única alternativa e uma alternativa sobre a qual dei voltas, toda a noite, viajando de Porto Alegre à fronteira com o Uruguai, pensando qual seria. E já era segunda-feira. Nós fomos escoltadas no domingo e, quando chegamos à fronteira, era segunda pela manhã. Pensei: o que eu tenho? Posso sair correndo e gritar. Mas então decido fazer o que, para mim, está mais próximo de minha personalidade e possibilidades, que era dizer aos militares uruguaios: olhem, eu tenho de salvar meus filhos e estou disposta a colaborar. O que posso dizer é que, em minha casa em Porto Alegre, irá haver uma reunião na sexta, e nessa reunião virão pessoas importantes da organização. Como, para os militares, o fundamental era capturar pessoas, aceitaram em seguida que eu deveria voltar a Porto Alegre e começaram a fazer as negociações com os policiais do Dops², que, na realidade, não estavam muito convencidos, ou, ao menos, acredito, de estarem envolvidos em um caso com crianças. Então aí se desataram as coisas. Eu também sabia que meus companheiros iriam suspeitar que se passava algo, porque eu não me comunicava. Tínhamos mecanismos de segurança estabelecidos. E eu apostava nisso, apostava que eles se dariam conta de que algo acontecia comigo e que buscariam uma forma de se comunicar. Foi o que fizeram: eles se comunicaram, mandaram um telegrama. Eu decidi

também, e essa é uma parte que mostra como, ademais, às vezes, como seres humanos, estamos muito atados ao que se deve fazer.

E há momentos na vida em que temos de optar pelo melhor possível, e essa é uma opção, uma decisão que tem seus erros. Talvez, nesse momento, eu fosse uma pessoa menos temerosa no sentido de que, primeiro, já estava em uma situação sem volta. Que coisa pior me podia acontecer do que os militares me tomarem meus dois filhos? Nada pior me podia acontecer. Poderia morrer ou morreria, mas não sou uma pessoa que, em princípio, tem medo da morte, porque penso que a morte se dá e ponto, não se sente mais nada. Na realidade, o que uma pessoa pode temer é a tortura, pode ter medo da dor física. Então eu disse: o que mais me pode acontecer? E optei por telefonar para a casa dos meus amigos, de meus companheiros em Paris, e mandar uma mensagem. E corria o risco de que isso fosse mal interpretado. Mas fiz e deu o resultado que deu. Chegou Luiz Cláudio (ver box ao lado), que se fez um amigo para toda a minha vida. Foi crucial. Não saiu como eu imaginava todo o episódio, mas saiu melhor do que podia ter saído. Na realidade, pensei que, uma vez que eles chegassem e vissem, iam imediatamente fazer uma denúncia. Não levei em conta que era sexta-feira e que é um péssimo dia, porque o dia seguinte é sábado, os meios (de comunicação) estão em outra coisa... Mas, bem, assim se deram as coisas.

Na realidade, digo, em conclusão, eu sinto que, por um lado, não fui uma vítima, no sentido literal e significativo do termo, mas alguém que ativamente atuou dentro de suas possibilidades e dentro de um contexto em que tinha

O jornalista Luiz Cláudio Cunha foi recebido, na companhia do fotógrafo J.B. Scalco, na casa de Lilian Celiberti, em Porto Alegre, com uma pistola apontada para sua testa pelo ex-agente policial do Dops gaúcho, João Augusto da Rosa, codinome Irno. Os jornalistas chegaram quando militares uruguaios e policiais brasileiros estavam na fase final do sequestro de Lilian e Universindo (foto).



Luiz Cláudio Cunha é autor do livro Operação Condor: O Sequestro dos Uruguaios, que conta a história narrada há 30 anos, numa série de reportagens da revista Veja. O livro recebeu, em 2009, o troféu Jabuti da Câmara Brasileira do Livro e a Menção Honrosa do prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. Em 2010, em Havana, o Prêmio Casa de Las Américas de 2010, que reuniu 436 obras de 22 países. Cunha ganhou menção honrosa na categoria Literatura Brasileira, vencida pela romancista Nérida Piñón.

Em 17 de fevereiro deste ano, foi divulgada uma nota da Secretaria Especial de Direitos Humanos em apoio ao jornalista Luiz Claudio Cunha, que na ocasião estava sendo processado pelo ex-agente do Dops Irno.

Lilian participou como testemunha de defesa de Luiz Cláudio Cunha, que foi absolvido do processo por dano moral movido pelo ex-agente do Dops participante do sequestro realizado em novembro de 1978, em Porto Alegre. O motivo de sua ação judicial era a suposta omissão - no livro Operação Condor: O Sequestro dos Uruguaios, escrito por Cunha -, da absolvição de "Irno" em um inquérito de 1983. O ex-policial havia sido condenado em 1980 pela participação no sequestro, mas absolvido em segunda instância por "falta de provas": Lilian e Universindo estavam aprisionados pela ditadura militar uruguaia, que só terminou em 1985. Na audiência, o testemunho de Lilian foi decisivo para o desfecho do processo.

Nota

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) acompanha com preocupação o processo movido pelo ex-policial do DOPS gaúcho João Augusto da Rosa contra o jornalista Luiz Cláudio Cunha, autor do livro "Operação Condor: O Sequestro dos Uruguaios", lançado em 2008. Cunha foi o jornalista responsável pela denúncia do sequestro dos uruguaios Lilian Celiberti, seus dois filhos menores e Universindo Diaz, em Porto Alegre, em 1978. A ação fez parte das atividades realizadas pela Operação Condor, aliança entre os regimes militares da América do Sul com o objetivo de coordenar a repressão a opositores das ditaduras nestes países.

O livro traz à tona um trecho importante da história política recente no continente sulamericano, ainda pouco conhecida no Brasil. O depoimento de Lilian Celiberti amanhã (04), na 18ª Vara Civil de Porto Alegre, será um passo fundamental para o resgate do ocorrido em 1978.

O depoimento acontece em um momento em que o Brasil discute a criação de uma Comissão Nacional da Verdade, cujo objetivo é esclarecer o que ocorreu durante o regime militar de 1964 no País. A investigação do passado é fundamental para a construção da cidadania e a garantia do Direito à Memória e à Verdade. O conhecimento desta história é de grande relevância para que o passado de repressão e violência não se repita.

Brasília, 03 de fevereiro de 2010.

Paulo Vannuchi,

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Presidência da República.

Fontes:

<<http://www.mulheresnopo-der.com.br/?tag=luiz-claudio-cunha>> (acesso em 24.11.10)

<<http://caouivador.wordpress.com/?s=opera%C3%A7%C3%A3o+condor>> (acesso em 24.11.10)

(...) a ditadura é uma situação na qual não se vive um enfrentamento entre militantes e militares. (...) Todas as pessoas, os meninos, as meninas, as escolas, vivem a ditadura.

as mãos atadas, e isso, em certa medida, me reconforta. Por outro lado, também na memória penso que tínhamos uma cultura ética que colocava em risco muitas coisas... Essa coisa da luta é algo tão envolvente em sua vida que, de alguma maneira, me questiono de haver ido com meus filhos, mas não no sentido de culpa ou nada disso. Isso passou e passou e passou. Mas talvez devesse ter pensado melhor, que era um contexto difícil e um risco que não tinha de ter corrido. Ou seja, eu, naquele momento, não deixei meus filhos com o pai deles porque ele estava muito mal fisicamente e as crianças necessitavam de equilíbrio e eu era uma pessoa de quem eles necessitavam, mas, de todo modo, corremos um risco muito grande. Além disso, tampouco eles me tiveram, porque depois estive cinco anos presa, e eles tiveram de crescer sem mim.

Também na memória tenho essas duas faces desse episódio, dessas questões, mas também uma questão mais de contexto. Não como justificativa, mas pelo fato de que efetivamente não se pode analisar as coisas fora do contexto social e político no qual elas se dão. Talvez falar delas hoje não seja muito esclarecedor, porque é outro contexto, é outra cultura, é outro olhar, e cada uma de nós



Lilian, ao sair da prisão.

tem outras perspectivas. Naquele contexto, havia milhares de pessoas perseguidas, milhares de pessoas presas e talvez te sentias culpada se não vivias alguma daquelas coisas. Não sei. Talvez isso tenha sido algo apenas explicável naquele contexto. Alguém me disse, há pouco tempo, que uma outra companheira que teve os filhos desaparecidos havia ficado com raiva quando alguém disse para ela: que irresponsável que nós éramos pelo fato de havê-los posto em risco. Eu lhe dizia: eu talvez não aceitasse a palavra irresponsável, porque o contexto nos empurrava para certas coisas; porém, também reviso o fato de por em risco. Mas, às vezes, são coisas inevitáveis. É como dizer: há lutas nas quais se está com seus filhos, com sua família, e a ditadura é uma situação na qual não se vive um enfrentamento entre militantes e militares. A ditadura é um ato contra todo o mundo. Todas as pessoas, os meninos, as meninas, as escolas, vivem a ditadura. Todas as proibições, todas as regulamentações, termos de nos vestir de determinada maneira e ter o cabelo assim: isso é a ditadura. Na realidade, não é algo que uma pessoa viva em um espaço específico. Não. Portanto, os filhos e os meninos e as meninas também estavam submetidos à ditadura.

HUGO CORES (1938-2006)

O homem que salvou Lilian Celiberti

Por Luiz Cláudio Cunha em 12/12/2006

“Hay una pareja uruguaya desaparecida en la calle Botafogo”, dizia a voz, firme mas tensa, que fazia um telefonema anônimo à sucursal da revista Veja, naquela manhã de sexta-feira, 17, novembro de 1978. Perguntei o que significava “casal desaparecido”, e o homem respondeu, antes de desligar: “Detenidos”.

Começava ali o fiasco do sequestro de Lilian Celiberti, seus filhos Camilo e Francesca, e seu companheiro Universindo Rodrigues Diaz, localizados e presos em Porto Alegre pelo braço longo da repressão de Montevideu com a cumplicidade do DOPS gaúcho. Eram as duas ditaduras, a brasileira e a uruguaia, agindo em conjunto, segundo os padrões bandoleiros da Operação Condor, a transnacional do terror que unia os generais do Cone Sul no desrespeito às fronteiras dos países e do direito internacional.

A voz que salvou a vida dos quatro uruguaios calou-se, para sempre, na madrugada de sexta-feira (8/12): Hugo Cores, o homem do telefonema, morreu aos 68 anos do coração, em casa, em Montevideu.

Livre de fantasmas

Durante meio século, este professor de História de testa larga e sorriso fácil ecoou todas as vozes e cores da luta pela

democracia no Uruguai, mergulhado na ditadura a partir de 1973. Militante sindical, fundou o PVP (Partido por la Victoria del Pueblo), foi preso, torturado e exilado, seguindo a rotina de milhares de patrícios. Enfureceu os militares quando redigiu no exílio, em 1977, o manifesto de uma Frente Anti-Ditadura.

Era Hugo Cores que Montevideu mirava quando mandou o comando militar a Porto Alegre. Ele, então vivendo clandestinamente em São Paulo, tinha um encontro naquela sexta-feira, na capital gaúcha, com o casal urguaiio, ambos militantes do PVP. Mas Lillian tinha sido presa na Rodoviária pelo delegado Pedro Seelig, no domingo anterior. No apartamento da rua Botafogo, o DOPS encontrou um telegrama de um dirigente do PVP em Paris, que reclamava do silêncio da urguaiia, obrigada a fazer contato dia sim, dia não.

Ao ligar para Paris, de dentro do DOPS, mesmo vigiada por Seelig, Lillian conseguiu passar uma mensagem cifrada. Paris avisou Hugo Cores, que então localizou meu nome, no expediente da revista, e telefonou para a sucursal. Minha inesperada aparição no apartamento, junto com o fotógrafo J.B. Scalco, desmontou a ratoeira que o DOPS e o Exército urguaiio tinham

montado para capturar Cores. O sequestro virou um fiasco binacional.

Certo de que o alvo maior do sequestro era ele mesmo, Cores embarcou a mulher, Mariella, e um punhado de livros numa velha Kombi, abandonou o apartamento onde morava e foi se esconder na agitada “Boca do Lixo” de São Paulo. Ele acompanhava a repercussão do sequestro pelas manchetes, cada vez maiores, dos jornais brasileiros.

Na semana seguinte, ele trocou a agitação da “Boca” pela calma do Guarujá, no litoral paulista. E, à medida que o tempo passava, Cores percebeu, aliviado, que o longo braço do regime de Montevideú já não o alcançaria mais: “Todos os uruguaios sequestrados no exterior, que são ao redor de 180, estão desaparecidos até hoje. Os únicos que estão vivos são Lílian, as crianças e Universindo. O sequestro de Porto Alegre foi o único realizado no Brasil e o último praticado pelo Uruguai. Depois dele, nunca mais houve outro”, festejava ele, em 1993, numa entrevista a Zero Hora, reinstalado na capital uruguaia, livre dos fantasmas do passado. Então, com 55 anos, ocupava uma das 99 cadeiras do Parlamento uruguaio, pelo agora legalizado PVP, integrante da frente de esquerda que preparava o prefeito Tabaré Vasquez para a inédita vitória presidencial da Frente Ampla, em 2004.

Operação Condor

A travessia foi longa. Vez por outra uma bomba terrorista tentava perturbar a tranquilidade do país. Parte deste clima se deve à complicada “Lei da Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado”, que livrou os militares de qualquer punição pela tortura que adotaram como forma de governo. Pelo “conceito de obediência devida”, todos os torturadores seguiam ordens de seus chefes e, com isso, ninguém precisou pagar nada.

No plebiscito de abril de 1989, para avaliar o que o povo uruguaio achava da “Lei da Caducidade”, o país se dividiu ao meio: 52% aprovaram o projeto dos militares, 48% não. Em vez de engolir em seco, o Uruguai ficou com os militares atravessados na garganta.

Nos últimos dias, Hugo Cores estava cuspidando fogo, em seus artigos na imprensa, engrossando o movimento nacional que pede o fim da caducidade. Mês passado, a Justiça começou a agir: botou na cadeia o ex-ditador Juan Maria Bordaberry, acusado de envolvimento no assassinato em Buenos Aires, 30 anos atrás, de dois líderes da oposição uruguaia – o senador Zelmar Michelini e o deputado Gutierrez Ruiz. Era a mesma Operação Condor que funcionou em Buenos Aires e fracassou em Porto Alegre.

Talvez essa seja uma das dimensões importantes da memória desse período. A compreensão do contexto, de uma experiência que se perde no tempo se não for contada por quem viveu. Para você, qual a importância dessa memória, porque aqui no Brasil há ainda uma escassez, sobretudo em relação à experiência das mulheres. Como você vê isso em relação à memória do que foi a experiência das mulheres no Uruguai?

Lilian Tem existido um processo muito interessante de recuperação da memória a partir das mulheres. Houve um momento, talvez o mais significativo, em que se convocou à escritura de testemunhos, que se chamou *Memória para armar*³, que eram pequenos textos sobre a vivência cotidiana, não só daquelas pessoas que tiveram experiências mais extremas de tortura, de cárcere, mas tratando de recuperar mais a experiência da vivência, da ditadura penetrando em sua pele, em todos os sentidos. O que se fez foi isso, recuperar as pessoas que haviam vivido a ditadura, mas que não haviam estado presas, para que também contassem sua vivência de medo, sua vivência quando um vizinho ou vizinha eram levados, e surgiram coisas muito, muito bonitas. Agora, com certeza, é importante contar as histórias e recuperá-las, e isso é um elemento central. Mas também entender que, em todo processo de memória, o importante é recuperar a memória no sentido de ressignificar os fatos. E ressignificar os fatos é um trabalho de análise crítica do que aconteceu. A ver: eu posso me colocar mil vezes como vítima. Posso colocar mil vezes somente a descrição do espanto, e, na realidade, isso não constrói a memória. O que a constrói é poder desarmar essa coisa e ver de que maneira isso tem a ver com o presente, com nossas vidas e histórias. Parece-me que vai mais por esse lado e, por isso, também é um trabalho muito mais difícil, porque, às vezes, podemos ficar em uma simples descrição dos golpes,

(...) o que constrói [a memória] é ver de que maneira isso tem a ver com o presente, com nossas vidas e histórias.

do sangue e do espanto em palavras. Mas não é suficiente. O que importa é como reconstruir essas questões. Vou dar um exemplo, para que fique mais claro. Naquele momento em que eu militava politicamente, todos tínhamos alguns parâmetros éticos sobre não delatar. Porém, pelo menos como eu vivi as coisas, nunca senti que a companheira que me delatou fosse uma traidora. Nunca a vi como uma traidora. Ela se autocastigava profundamente. Eu lhe dizia que, para mim, o dom de por a responsabilidade é um ato de livre arbítrio. Ou seja, eu tinha de decidir quem era o culpado e, para mim, ela não era a culpada. Eu acredito que um sistema de terror, propriamente, de destruição das pessoas, as coloca em limites muito complexos. Quando voltamos para trás, temos de ser capazes de recuperar esses matizes, de reelaborar, e não fazer uma história de heróis e vilões, porque me parece que não nos servem as histórias de heróis e vilões. Nos serve olhar o passado e ver, primeiro, como o autoritarismo é capaz de levar à destruição de uma pessoa, a ir contra seus princípios. Claro que eu sei que há delatores, mas esses são outros, são os que se vendem por interesses pessoais. Mas estou falando das pessoas que, frente à tortura, cedem. Não estou falando dos que mudam de lado, que trabalham para outros para obter benefício.

Aqueles que fazem escolhas humanas em condições humanas.

Lilian Exato, estou falando desses limites. No ano passado, por exemplo, essa companheira – e já se passaram 30 anos! – nos disse que necessitava falar, com Universindo e comigo, sobre o que havia acontecido. Então, eu lhe disse: olhe, Rosario, tudo bem, organizo um jantar, tomamos um vinho e você fala do que quiser, mas eu, na realidade, não tenho nada a falar sobre isso. Mas ela disse: mas eu preciso. Bom, perfeito, se você necessita... Então fiz um jantar em minha casa, ela veio. Veja a importância que isso tem. As pessoas, apesar de você não culpá-las, se sentem culpadas. É por isso que digo que é preciso ressignificar as histórias.

Como se deu o início da sua trajetória no feminismo, e como esse encontro com o feminismo foi acontecendo? Como foi a continuidade da sua trajetória?

Lilian Na realidade, eu conheci o feminismo na Itália, mas não o tomei, aceitei, incorporei, nada. Estive um ano e meio só em uma cela, e os dias passavam muito lentamente. Eu não tive leituras durante muitíssimo tempo, não tinha nada para fazer, nada, nada, nada, e corria o risco de ficar louca. Então comecei a buscar uma forma de fortalecer-me. E tinha também algo muito forte em relação à culpa, porque me sentia muito culpada de haver exposto meus filhos àquela situação. Sabia pouco deles. Eram coisas que me torturavam de uma maneira impressionante. Estava nessa busca e comecei a recordar e trazer à minha memória algumas coisas que havia escutado das feministas, algumas coisas que havia falado com uma amiga feminista italiana, coisas que havia lido, e comecei tratando de reconstruir a mim mesma. Me ver como mulher, como mãe, em minha

*(...) me sentia muito culpada de haver
exposto meus filhos àquela situação (...)
e comecei a recordar algumas coisas
que havia escutado das feministas.*

militância política, quem era, quem havia sido, quanto havia decidido, quanto não. E nisso foram muitos dias, porque um ano e meio são muitos dias, que começavam e não terminavam mais. Não havia nem dia nem noite, custava bastante a dormir, a cela era pequena, eu tinha de me obrigar a caminhar porque não saía para caminhar... Havia uma série de coisas e o feminismo foi como um refúgio que fui encontrando para tratar de repensar sobre mim mesma, como mulher que estava nessa situação. Então, não sei, foi assim, foi acontecendo. Então, eu disse: se saio deste cárcere, vou trabalhar com as mulheres, porque senti que estávamos tão desprovidas de ferramentas para enfrentar tudo aquilo... Eram as mesmas condições que os homens – porque torturavam igualmente, matavam igualmente –, mas, às vezes, havia a culpa por ser mulher, por ser mãe. Quando saí do cárcere, foi a primeira coisa que fiz: comecei a militar inserida politicamente, comecei a procurar pessoas para formar um grupo, e assim foi. Tudo o mais aprendi depois, porque não tinha a menor ideia. Não havia lido nada. Não sabia mais do que aquelas pequenas coisas. Havia ido a dois ou três grupos de autoconsciência. Havia ido a um encontro feminista em Milão. Havia ouvido falar de



algumas feministas. E ponto. Era tudo, eu não tinha nem leituras, nada, nada. Tudo o mais, aprendi depois. O que tive foi essa decisão, mais de dentro, do que necessitava.

Como toda essa experiência que você viveu se reflete no seu modo de pensar a democracia?

Lilian Acredito que tudo que vivemos se reflete em nossa maneira de pensar. É impossível que não reflita. Agora, como se reflete, não sei. Não sei se a forma de pensar a democracia. Em primeiro lugar, essas experiências me fizeram conhecer muito de mim mesma, mas também das outras pessoas, dos limites que temos, de estar sempre buscando coisas que te desafiem no momento concreto. Mas não saberia como responder exatamente. Talvez

*O feminismo foi como um refúgio
que fui encontrando para tratar
de repensar sobre mim mesma.*

basicamente o fato de que, para enfrentar qualquer forma de autoritarismo, é necessário ter uma radical autonomia, ou seja, poder pensar sobre si mesma a partir desse lugar. Me parece que toda a vida social, toda a vida política está cheia de milhões de pactos, acordos e mediações, e há alguns momentos em que a democracia é poder viver cada uma dessas coisas nas dimensões múltiplas que elas têm. Ter vivido em uma prisão, e não digo que é uma experiência recomendável, mas é uma experiência que ensina muitas coisas: muito sobre nós mesmas, as dificuldades que temos para nos comunicar, para nos aceitar e entender... Mas também é certo que tenho buscado não ficar presa a essa história e tenho buscado construir outras identidades para mim mesma, mais do que para os outros. Às vezes é muito fácil, eu senti que era muito fácil trabalhar sobre a base dessa experiência – o sequestro, a tortura, o cárcere – e disse: não quero. Não quero isso para mim, o que não quer dizer não contá-la, não falar sobre ela, nem fazê-la pública. Todas às vezes que tenho de fazê-lo, faço.

Mais no sentido de enfrentar essa cultura ou esse arquétipo de mártir que ainda existe muito forte em uma certa esquerda...

Lilian Sim, exato. Me dá um certo incômodo ficarmos presos nessa lógica, porque não me sinto... Assim como sinto que pude e me movi com uma certa inteligência

naquele contexto, tampouco sinto que sou uma heroína. E me parece que isso é importante também para a vida social, ou seja, não fossilizarmos as experiências. As pessoas continuam vivendo, aprendemos outras coisas, temos outras identidades. Também tem a ver com como pensamos as identidades, como identidade fixa. Bom, eu não sou a mesma que era. Por sorte, tenho muitas outras...

Em relação à democracia, não sei, talvez mais significativa para mim seja a experiência como feminista, porque me levou a visitar muito mais o conceito de política, o conceito de democracia, de militância, de tudo. Mais pelo fato de ser feminista, da teoria feminista, do conhecimento feminista, a politização da necessidade das mulheres, porque, em última instância, a prisão, a própria ditadura, é um momento de violação total de direitos. Depois volta a democracia e pode ser uma democracia formal ou uma democracia participativa, mas o que muda profundamente a visão da democracia é o pensamento feminista, a perspectiva feminista.

No momento de seu sequestro, houve uma aliança entre as ditaduras, mas também houve uma aliança de resistência entre os outros países. No último Fórum Social Mundial⁴ você se referiu ao fato de que tinha sido presa em Porto Alegre, onde também acontecia o Fórum. Trazendo um pouco para o presente essas experiências e momentos tão diferentes, como você pensa os projetos políticos hoje, a partir do feminismo?

Lilian Na verdade, o que quis dizer é que as coisas, na medida que significam algo nesse momento, também nesse mesmo momento significam coisas boas. Mesmo esse episódio gerou um movimento de direitos humanos superforte no Rio Grande do Sul e, durante cinco anos, as pessoas lutaram por minha liberdade, por nossa liberdade. Na realidade, as coisas são em dois sentidos, sempre.

Houve uma aliança entre as ditaduras, mas também houve uma aliança de resistência entre os dois países...

Lilian Exato, de resistência. Ademais, acredito que foram eles que saíram derrotados. E isso pode parecer estranho, pois não foram presos, não passaram pelas coisas que nós passamos, mas, na realidade, há um julgamento social. Eu queria dizer essas duas coisas.

Creio que, da perspectiva feminista, a democracia é um projeto sempre inacabado, sempre em construção, sempre em processo de mudança e sempre te desafiando a renovar a perspectiva do olhar. Porque nenhum governo pode garantir nem oferecer felicidade às pessoas, felicidade no sentido mais profundo, mas pode e deve garantir o espaço para que as pessoas construam sua felicidade. São duas coisas diferentes. Acredito que, nesse sentido e a todo o tempo, estamos desafiados quando vão acontecendo processos. Eu que vivi a minha vida como uma militante política de esquerda, participei de partidos, estive presa por um partido etc., não posso deixar de sentir uma certa estranheza com relação a certos processos políticos hoje. Não é uma questão de reconhecimento, mas me parece que sou de uma geração que acreditou muito em certas transparências, apesar de que venho de uma tradição

(...) é importante para a vida social não fossilizarmos as experiências. As pessoas continuam vivendo, aprendemos outras coisas, temos outras identidades.

(...) nenhum governo pode garantir nem oferecer felicidade às pessoas, (...) mas pode e deve garantir o espaço para que as pessoas construam sua felicidade.

anarquista em que a desconfiança do poder é um elemento forte do ponto de vista do pensamento. Mas quando digo que sinto estranheza é porque, em certo sentido, nessas lutas contra um inimigo, não contra um poder econômico poderoso, uma pessoa sentia a distância e a solidariedade. Hoje, que temos governos mais progressistas e as disputas estão colocadas em um terreno mais próximo da nossa própria cultura, não temos essa distância e, às vezes, isso é muito mais doloroso. É muito mais doloroso ver processos autoritários, ou comodistas, oportunistas, populistas. Não sei. A mim dói mais que seja de pessoas mais próximas a meu pensamento. De alguma maneira isso me tem levado a localizar-me no pessoal o que estou falando, já não estou falando de coletivos. Eu tenho quase que voltado às minhas origens ideológicas, uma profunda desconfiança das lógicas do poder. E quero me apartar dessas lógicas, o que não quer dizer que não o tenha, também entendo, aceito e estou de acordo com o que Foucault disse, que o poder não é algo que está lá, não é algo que está aqui, circula entre nós. Mas aqui estou me referindo a uma forma de institucionalização do poder que é colocada. Bem, isso, sempre estar buscando novas abordagens, novas localizações, a partir do pessoal, do coletivo e das opções que tens. E me parece que sempre tens isso, novos desafios.

Notas

¹ O livro *Mi habitacion, mi celda*, escrito por Lilian Celiberti e Lucy Garrido, está disponível na página eletrônica do Cotidiano Mujer (<http://www.cotidianomujer.org.uy/lili/l1.htm>). (N.E.)

² Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)

³ O projeto *Memória para armar: testimonios de mujeres en la dictadura uruguaya* foi lançado em 2000 com a consigna *Te invitamos a contar porque a vos tambien te pasó*. Dois livros de testemunhos foram publicados (2001 e 2002) e estão disponíveis no sítio eletrônico www.memoriaparamarmar.org.uy, junto a imagens, reflexões e outros materiais. (N.E.)

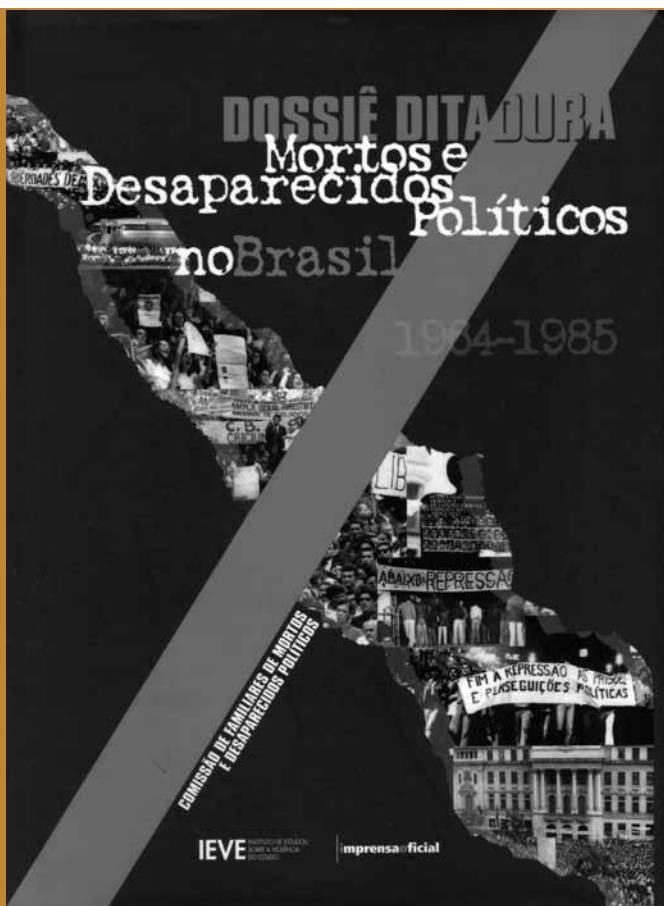
⁴ Consulte: www.forumsocialmundial.org.br

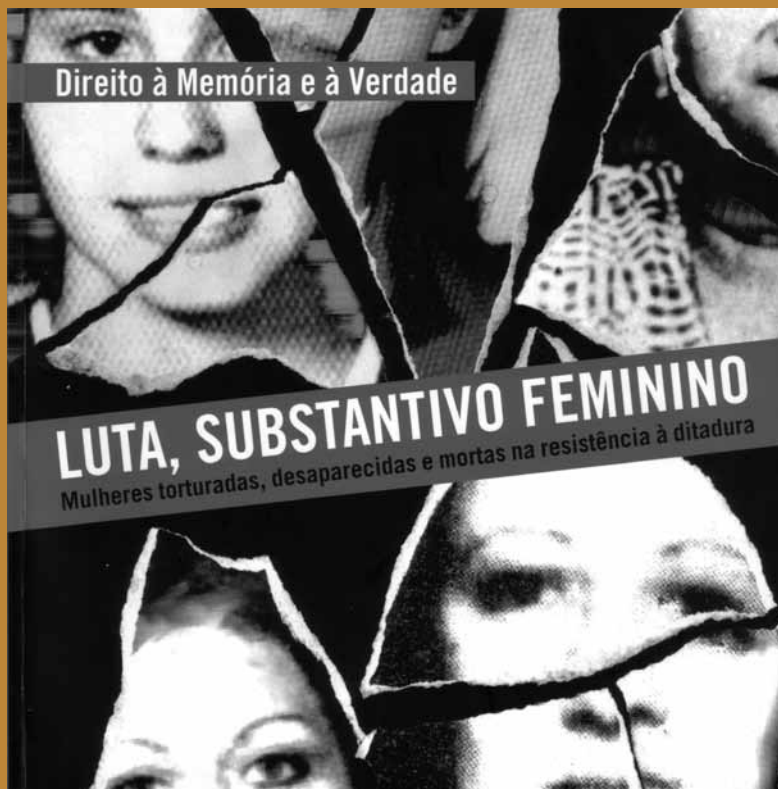


Para saber mais sobre a luta de mulheres e homens desaparecidos durante o regime militar no Brasil, recomendamos as publicações:

ALMEIDA, Criméia Schmidt de et.al (orgs.). *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964 - 1985)*. São Paulo: IEVE - Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado / Imprensa Oficial, 2009. 772 p.

Dossiê Ditadura - mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964 - 1985), organizado por Criméia Schmidt de Almeida, Janaina de Almeida Teles, Maria Amélia de Almeida Teles e Suzana Keniger Lisboa. O dossiê foi produzido pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e pelo IEVE - Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado.





MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs.). *Luta, substantivo feminino* - mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010. (Série Direito à memória e à verdade).

Luta, Substantivo Feminino - mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura, terceira publicação desenvolvida a partir do livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade”, lançado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2007, em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Compõem ainda esse relatório uma publicação com a história de quarenta afrodescendentes que morreram na luta contra a ditadura e o livro *História de meninas e meninos* marcados pela ditadura.

mulheres
inesquecíveis



Preciosas argumentações de
Lélia Gonzalez

Angélica Basthi

Reler hoje sobre a trajetória de Lélia Gonzalez é fazer o retorno às minhas mais profundas raízes. É lembrar que, embora cada mulher desenvolva uma subjetividade própria e singular, o combate e o enfrentamento diário do racismo no Brasil, fazem de nós, mulheres negras, coirmãs em trajetórias de superação, reconstrução e reformulação de redes familiares, comunitárias e diaspóricas. É também trazer à memória lembranças que fortalecem a consciência da nossa capacidade crítica, criativa e intelectual. É fazer contato imediato com a fonte da sabedoria ancestral.

Não desfrutei da presença de Lélia Gonzalez. Não fui uma de suas jovens alunas negras quando ingressei na universidade, no final da década de 1980. Sequer deparei-me com ela quando passei a frequentar o ambiente da militância do movimento negro e do movimento de mulheres negras. Não houve troca de palavras, gestos ou olhares solidários. No entanto, as palavras, os gestos e os olhares de Lélia fazem parte da minha vida. Na minha pesquisa sobre organizações de mulheres negras¹, o nome de Lélia Gonzalez é mencionado nada menos do que quarenta vezes. É impossível falar hoje em feminismo negro ou movimento de mulheres negras ou mulheres negras em movimento no Brasil sem citar Lélia, suas ideias e pensamentos. A sua mensagem tem sido estrategicamente espalhada ao vento, somando-se às outras vozes, silenciadas ou não, transformadas e tornadas vivas no nosso cotidiano. Rever a trajetória de Lélia é reconhecer que, sim, vem de muito longe esse nosso caminhar.

¹ Ana Angélica Sebastião
(Angélica Basthi), 2007.

*...sintetiza a imagem
da mulher libertária,
crítica e em luta pelo
reconhecimento dos
direitos dos grupos
historicamente
excluídos.*

Lélia sintetiza a imagem da mulher libertária, crítica e em luta pelo reconhecimento dos direitos dos grupos historicamente excluídos. Foi uma mulher incomum, dona de uma percepção aguçada e com grande capacidade para a argumentação. Deixou-nos como herança seu pensamento e também a tarefa de darmos continuidade à sua luta pelo reconhecimento e pela visibilidade das mulheres negras. São herdeiras declaradas de Lélia Gonzalez: N'Zinga – Coletivo de Mulheres Negras (RJ), Coletivo de Mulheres Negras (SP), Grupo de Mulheres Mãe Andresa (MA), Casa de Cultura da Mulher Negra (Santos), Geledés (SP), Criola (RJ), Maria Mulher (RS), Fala Preta! (SP), Instituto de Mulheres Negras no Acre e muitos outros, conforme aponta o editorial da *Revista Eparrei!*, publicada em 2003 pela Casa de Cultura da Mulher Negra. Há homenagens a Lélia sendo constantemente renovadas em todo país:

Lélia Gonzalez, a dona da palavra fecunda.
A palavra que chama a outra palavra.
A fala que se alastra e cria laços enlaçando
todas nós. Lélia, aqui está a nossa escrevi-
vência. Está a nossa vida rememorando,
continuando a explosão, a arrebentação da
semente que você deixou em nós.²

Semente preciosa da qual germina a palavra viva.
A palavra viva capaz de abater os alicerces que estru-
turam as desigualdades de gênero e raça em nossa
sociedade. Lélia percebeu e denunciou o racismo
escondido pelo mito da democracia racial no Brasil.

Compreendeu as desigualdades na distribuição dos bens sociais, econômicos e simbólicos que afetam as mulheres negras nesse sistema capitalista e patriarcal. Percebeu e denunciou as especificidades das mulheres negras, feitas a ferro e fogo pelos modelos sexista e racista, ambos ainda presentes das nossas relações socioculturais. Apontou as contradições do movimento feminista e dos movimentos negros por não reconhecerem as peculiaridades das mulheres negras e por incorporarem dinâmicas de opressão e silenciamento nas suas práticas e discursos. Na época, Lélia passou a ser vista pelo movimento feminista como “criadora de caso” por criticar as relações paradoxais vividas pelas mulheres brancas. Para Lélia, conforme cita a pesquisadora Raquel de Almeida Barreto, o movimento feminista brasileiro estava mergulhado num atraso político, sobretudo pela denegação do racismo e pela exploração da mão de obra da mulher negra usada como suporte para garantir a libertação da mulher branca.

Lélia compreendeu e denunciou que a raça é definidora do modo de ser, tanto da mulher negra, quanto do homem negro. Trata-se, portanto, de uma categoria central para ampliar a compreensão do gênero. Outro destaque que pontua como resultado do seu pensamento foi o aprofundamento na Psicanálise, igualmente fundamental para a qualificação das análises sobre as intersecções do gênero e da raça. Lélia fez contribuições de reconhecido valor para o pensamento social brasileiro na área das relações raciais. É de sua autoria, por exemplo, a categoria *amefricanidade*, criada na tentativa de trazer uma

² Dedicatória do livro *Oro Obirin*, de Andréia de Lisboa de Souza, Criola e Conceição Evaristo.

*O olhar crítico de Lélia
ajudou a desconstruir
representações
que ainda hoje
fundamentam
estereótipos sobre a
mulher negra.*

unicidade nas experiências dos descendentes africanos na América. As suas reflexões sobre gênero e raça também contribuíram para desconstruir o imaginário sedimentado por Gilberto Freyre sobre o processo de miscigenação. Como demonstra Barreto (2005), ao citar o texto *O papel da mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica* (1979), Lélia afirmava que a suposta harmonia no intercursos sexual dos portugueses com as mulheres negras e indígenas traduzia-se “na violentação dessas mulheres expostas à dominação de uma minoria branca”.

O olhar crítico de Lélia sobre a condição das mulheres negras no período escravocrata também ajudou a desconstruir outras representações que ainda hoje fundamentam estereótipos sobre a mulher negra. Uma delas é a imagem da mãe preta, associada à ideia de harmonia racial. A outra é o imaginário em torno da figura da mucama, a escrava que trabalhava na casa grande e inserida no contexto da exploração sexual. Lélia já chamava a atenção para o papel revolucionário da mulher negra escrava que cuidava do filho do homem branco no texto *Alocução*, publicado pela *Revista Afro-Asiático* (1982) e citado por Barreto. De acordo com o texto, ao amamentar o filho do homem branco, a mulher negra escrava transmitia-lhe, ao mesmo tempo, valores da ancestralidade africana. A esse fenômeno social ela chamou de “pretoguês”, definindo-o como uma espécie de reapropriação da linguagem a partir do referencial africano. Para Lélia, a relação estabelecida pela mulher escrava que amamentava o filho do homem branco deve

ser compreendida na perspectiva do conceito de resistência passiva.

Junto com a desconstrução de estereótipos em torno das mulheres negras, Lélia ressignificava o papel dessas mulheres ao longo da História, destacando-as como lideranças quilombolas, organizadoras e planejadoras de fugas e revoltas, e responsáveis pela sobrevivência das religiões de matriz africana. Dentre as preocupações sobre as representações da mulher negra contemporânea, dedicou parte de suas análises para a figura da doméstica e da mulata. Conforme nos lembra Barreto, Lélia entendia que a doméstica reatualizava as funções oriundas da casa grande ao ser inferiorizada e subordinada na dinâmica das relações sociais. A mulata desempenhava uma função para além da mestiçagem, transformando-se no objeto de consumo para turistas por meio da exposição durante o carnaval. Barreto nos diz:

“Para Lélia, estava por trás disso uma distorção, folclorização, obtenção de lucros e comercialização da cultura negra. Resultou na reatualização do ideário da democracia racial que colocava as mulheres negras como objeto sexual.”

A essa perspectiva, Elizabete Vianna (2006), outra pesquisadora, acrescenta que, para Lélia:

“No carnaval, tem-se a exaltação do mito da democracia racial (...) porque neste curto período o Senhor-Escravo mostra que ele,

sim, transa e conhece a democracia racial, e é por isso que no resto do ano há reforço do mito da democracia racial para não se olhar para onde o Senhor-Escravo aponta.”

*... elaborou e divulgou
seu pensamento com
uma participação
ativa no universo
acadêmico e na
milidência social e
partidária.*

Lélia elaborou, publicou e divulgou seu pensamento com uma participação ativa no universo acadêmico e na militância social e partidária. Particularmente, impressiona-me a sua capacidade em assumir plenamente o lugar da intelectual orgânica com coerência e desenvoltura. Teve uma vida produtiva e intensa. Nascida em 1º de fevereiro de 1935, em Belo Horizonte (MG), Lélia de Almeida Gonzalez faleceu em 11 de julho de 1994, no Rio de Janeiro, aos 59 anos, vítima de um infarto do miocárdio enquanto dormia. Era penúltima filha, no total de 18, da empregada doméstica de origem indígena Urcinda Seraphina de Almeida e do ferroviário negro Acácio Joaquim de Almeida. Chegou a trabalhar como babá antes de seguir a carreira intelectual. Foi historiadora, filósofa, antropóloga, professora, conferencista, consultora, assessora, ativista, conselheira e suplente de deputado. Em 1958, formou-se em História pela atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Quatro anos depois, retornou à universidade para estudar Filosofia, sua segunda graduação. Em meados da década de 1960, reunia alunos e amigos em casa para debater e trocar conhecimentos sobre Filosofia. Fez ainda o mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP).

No ano de 1974, participou das reuniões realizadas no Teatro Opinião, em Copacabana, que culminaram com a fundação do Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN). De acordo com as pesquisas de Barreto, a fase marca o início da sua aproximação com o movimento negro. Em 1977, fundou, ao lado de outros intelectuais, o Colégio Freudiano de Psicanálise no Rio de Janeiro. No ano de 1976, Lélia realizou o primeiro Curso de Cultura Negra no Brasil na Escola de Artes Visuais, no Parque Lage (RJ). Também participou, em 1979, da fundação do Movimento Negro Unificado (MNU). Em junho de 1983, ao lado de outras mulheres negras, criou o N'Zinga – Coletivo de Mulheres Negras. No cenário partidário, foi candidata a deputada federal na década de 1980 com propostas ousadas, como a descriminalização do aborto, a titulação de posse para os moradores das comunidades carentes e a defesa dos homossexuais. Ao longo da carreira, lecionou em colégios de nível médio e em universidades. A última foi a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), onde assumiu como diretora do Departamento de Sociologia em 1994, ano da sua morte. Como legado, deixou-nos preciosas argumentações na luta contra o racismo e o sexismo no Brasil.

Bibliografia

BARRETO, Raquel de Andrade. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Ângela Davis e Lélia González*. Rio de Janeiro: M. SC. PUC-RJ / Departamento de História, 2005.

GONZALEZ, Lélia. Nanny. Amefricanidade. *Revista Humanidades*, v. 17. Brasília, Ed. UNB, 1988.

REVISTA Eparreil, Editorial. Casa de Cultura da Mulher Negra, 2003.

SEBASTIÃO, Ana Angélica. *Memória, imaginário e poder: práticas comunicativas e de resignificação das organizações de mulheres negras*. Dissertação. UFRJ, 2007.

VIANA, Elizabete do Espírito Santo. *Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970-1990*. Dissertação. UFRJ, 2006.



Lélia de Almeida Gonzalez

1935-1994



Quase ensaio sobre Amélia, a que partiu deste para um melhor

(notas sobre abandono do lar na MPB)

Maria Áurea Santa Cruz

Da minha adolescência, lembro-me de que ouvia, lá pro final da década de 1950, uma confirmação emblemática das mulheres da geração de minha mãe e avós sobre separação conjugal: “homem nenhum deixa a casa: isso quem faz é sempre a mulher, quando chega ao limite de tudo.”

Tempos depois, já feminista, ao encaminhar minha militância para o campo da cultura, levantando a memória da MPB sobre mulher, gênero, raça e etnia, a partir de várias temáticas, na intenção de analisar o imaginário coletivo contido no discurso

musical feito, na sua quase totalidade, numa perspectiva ideológica básica e exclusiva dos homens, percebi que, a partir da década de 1920, as letras das canções cuja ênfase versava sobre o abandono do lar pela mulher eram um constante muro de lamentações. Nas entrelinhas de cada verso, constatee que aquela afirmativa, ouvida tanto tempo atrás, de fato, procedia perfeitamente, e concluí porque os legisladores – homens –, junto aos representantes da Igreja – homens –, se irmanaram tanto contra o divórcio: conveniência para não perder as regalias do casamento dadas ao

homem. Daí porque o abandono do lar ser mais iniciativa das mulheres e ter severas punições amparadas na lei.

Entre versos e reversos, acontece que as mulheres, sempre que achavam estar na hora de dar um basta, davam mesmo, eram bem pragmáticas, como a Rita que, ao sair de casa, *levou seus retratos, seus trapos, seus pratos* e, de quebra, *uma imagem de São Francisco e um bom disco de Noel*. Assim elas iam se mandando, como acredito que fez Amélia, famosa como *mulher de verdade*, – a ponto de virar verbete, significando o máximo de passividade e submissão ao marido. Para mim, ela deu foi um fora antes que morresse de inanição, pois, na narrativa, é citada no passado. E o seu *Oscar?* Vangloriava-se: *cheguei cansado do trabalho* – enquanto a parceira se estafava nas rotineiras tarefas domésticas. Mas, um dia, um bilhete deixado na vizinha o surpreendeu. Sem maiores desculpas, ela se mandou. E *cadê Zazá?*, que saiu dizendo: *vou ali e volto já*, mas some para sempre... O *inconsolável*

ex-companheiro coloca à venda o bangalô, na justificativa de que *sem ela, pra que serve geladeira / pra que ventilador?* Bem próximas são as razões do parceiro conjugal de Dulcinéia quando diz: *Alô padeiro, bom dia / de amanhã em diante eu vou suspender o pão / eu explico a razão. (...) Eu briguei com a Dulcinéia / sem ela, pra que legumes? / Vendi o rádio, a nossa cama / e o fogão / eu vou comer de colher numa boa pensão / neca de pão*. Há ainda a Inez, que saiu pra comprar um pavio para o lampião, dizendo para Mané esquentar o fogo, e daí desapareceu de vez. Para completar, teve quem soltasse até pombo-correio atrás da mulher que o abandona e, daí em diante, a vida desandou: o canário morre, a roseira murcha, o papagaio emudece e o cano d'água fura.

Enfim, divórcio à vista, elas tratam de *começar de novo*, certas de que valeu a pena *ter virado a mesa*, que vale rebelar-se, machucar-se, debater-se e, no final, ter amanhecido e sobrevivido.

resenha

Tempo de trabalho e vida cotidiana

Maria Rosa Lombardi



ÁVILA, Maria Betânia de Melo. O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência. Recife: Editora Universitária - UFPE, 2009. 404 p.

Esse livro, que se originou da tese de doutorado de Maria Betânia de Melo Ávila, traz análises inovadoras sobre as muito debatidas questões do trabalho e do emprego domésticos no país. Partindo de uma perspectiva feminista crítica, Maria Betânia estuda o trabalho doméstico “remunerado” e o “gratuito” de forma relacional, a partir das práticas laborais realizadas integralmente no espaço reprodutivo por empregadas domésticas: essas mulheres desenvolvem trabalhos domésticos de forma remunerada em casas de família e, sem remuneração, em suas próprias casas, como ademais todas as outras mulheres, consideradas responsáveis pelos afazeres na esfera privada.

Ao analisar o trabalho doméstico como emprego e como trabalho gratuito, executado pelos mesmos sujeitos, numa mesma jornada de trabalho, a autora desvela ritmos, dinâmicas e práticas de trabalho realizado nas duas modalidades, ressaltando as estratégias postas em prática pelas trabalhadoras para acomodá-los, bem como as tensões cotidianas em torno dos usos do tempo

e a elaboração de resistências, individuais e coletivas, frente à situação de dominação/exploração do tempo do trabalho doméstico. Seu referencial teórico se ancora no debate conceitual em torno da divisão sexual do trabalho (Hirata & Kergoat, 2007), das relações sociais de sexo, classe e raça/etnia, do trabalho doméstico (Chabaud-Richter, 1985), historicamente presentes e imbricadas na sociedade brasileira, e particularmente perceptíveis entre as patroas e as empregadas domésticas.

Duas outras noções são centrais na sua investigação: tempo de trabalho e vida cotidiana. Ambas servem à reflexão teórica e são também ‘caminhos metodológicos de pesquisa’, por meio dos quais as relações entre tempo de trabalho remunerado e não remunerado adquirem sentido no cotidiano das empregadas. Na perspectiva feminista da autora, além disso, “a análise das dinâmicas e da lógica da jornada de trabalho reprodutivo leva a um maior entendimento sobre as contradições que estão presentes no cotidiano das mulheres” (p. 31).

O método qualitativo, indicado para prospecção de práticas sociais no cotidiano, foi utilizado na pesquisa, combinando técnicas de coleta de informações diversas, como as histórias de vida, as entrevistas, os grupos de discussão, a observação e a pesquisa documental. O campo foi realizado entre 2007/2008, na Região Metropolitana do Recife, com empregadas domésticas filiadas ao Sindicato dos Empregados Domésticos da Região Metropolitana da Cidade de Recife e, como contraponto, com empregadas sem filiação ao sindicato, mas que mantinham alguma proximidade com ele. O livro está estruturado em sete capítulos: 1. *Estudos sobre emprego doméstico no Brasil*; 2. *Divisão sexual do trabalho e trabalho doméstico*; 3. *Vida cotidiana e tempo do trabalho reprodutivo*; 4. *Trabalho e emprego doméstico: o contexto e os sujeitos da pesquisa*; 5. *Divisões e tensões em torno do tempo do trabalho doméstico no cotidiano*; 6. *Jornada de trabalho e organização política das empregadas domésticas*, e 7. *Considerações finais*.

Dentre os achados da investigação, destacamos, em primeiro lugar, a precedência do tempo de trabalho remunerado sobre o não remunerado na organização do tempo social das empregadas domésticas. Dessa forma, a divisão do tempo de trabalho nas duas modalidades costuma ser enfrentada de forma conflituosa, sobretudo quando as empregadas deixam de cuidar dos seus filhos para cuidar dos da patroa. Sua jornada de trabalho se caracteriza como extensiva (de longa duração, se estende até a noite, denotando uma disponibilidade permanente da trabalhadora), intensiva (ritmo incessante de trabalho) e intermitente (jornada se inicia em suas casas – trabalho gratuito, continua na das patroas – trabalho remunerado, e é retomada em suas casas – trabalho gratuito). Mesmo para as que moram no serviço, essas características fazem parte da jornada no interior do próprio local do trabalho remunerado. O cansaço e a exaustão, exacerbados pelo acréscimo de várias horas nos deslocamentos entre casa e trabalho, são uma constante, prejudicando a continuação dos estudos e a participação política dessas trabalhadoras. Além disso, as empregadas domésticas estão sujeitas ao “trabalho antecipado” e ao “trabalho retroativo”, isto é, tarefas realizadas com antecedência para suprir necessidades na sua ausência e tarefas acumuladas que serão realizadas na próxima jornada de trabalho.

Formas de resistência individuais e coletivas costumam ser desenvolvidas pelas empregadas para fazer frente à situação de dominação/exploração no trabalho e no emprego domésticos. Classificam-se entre as primeiras a intensificação do ritmo no trabalho remunerado, com a supressão de horários de descanso e alimentação, com o objetivo de sair na hora determinada, e a construção de arranjos familiares e comunitários para o cuidado das crianças e mesmo para a liberação do trabalho não remunerado que as espera na volta para suas casas. A forma de resistência coletiva é a participação na organização da categoria, visando

a transformação das condições de trabalho, concretizada, por exemplo, na luta pela delimitação de uma jornada de trabalho legal.

Finalizando, o original trabalho de Maria Betânia tem o mérito de contribuir para as teorias sociológica e feminista ao esclarecer mecanismos de dominação e exploração que atuam em torno do trabalho reprodutivo, realizado tradicionalmente pelas mulheres e por ela mostrados em seu paroxismo, por meio do cotidiano das empregadas domésticas que vivenciam as tensões da distribuição do tempo entre o trabalho doméstico remunerado e o não remunerado.

Bibliografia

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*. V. 37 n. 132, São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Autores Associados. Set/dez 2007. p. 595-609.

CHABAUD-RICHTER, Danièle; FOUGEYROULLAS-SCHWEBEL, Dominique; SONTTHONNAX, Françoise. *Espace et temps du travail domestique*. Paris: Librairie des Méridiens, 1985.

Sobre as autoras

Hildete Pereira de Melo, doutora em Economia, professora associada nível III da Universidade Federal Fluminense (UFF), editora da Revista Gênero (UFF), é atualmente coordenadora do Programa de Educação e Ciência da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Lúcia Xavier é assistente social e atualmente coordena a Criola, organização de mulheres negras com sede no Rio de Janeiro, e secretaria a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB).

Daniëlle Kergoat é socióloga, diretora emérita de pesquisa no CNRS - Centre National de la Recherche Scientifique. Paris 8-Paris 10.

Elsa Galerand é professora do departamento de Sociologia – Universidade de Moncton e membro do laboratório Genre, travail, mobilités (GTM-CNRS, Université Paris 10 - Paris 8).

Françoise Collin é filósofa. Titular da cátedra Suzane Tassier, na Universidade Livre de Bruxelas, em 1995, e da cátedra Franqui na Universidade de Liège, em 2005. É fundadora do periódico “Cahiers du Grif”, com Jacqueline Aubenas.

Lilian Celiberti é socióloga, integrante da organização feminista Cotidiano Mujer, com sede em Montevidéu, Uruguai. Atualmente, é membra da coordenação da Articulação Feminista Marcosur.

Taciana Gouveia é socióloga. Integrou a Direção Colegiada da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e o Conselho Internacional do Fórum social Mundial representando essa Associação. No SOS Corpo, atuou como educadora.

Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha Teles) atua no Projeto Promotoras Legais Populares, é fundadora e integrante da União de Mulheres do Município de São Paulo. Suas atividades são pautadas na formulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.

Criméia Alice Schmidt de Almeida, feminista, fundadora e integrante da União de Mulheres do Município de São Paulo.

Rosalina de Santa Cruz Leite, feminista, assistente social, ex-presa política, familiar de desaparecido político e integrante do CBA/SP, além de membro da Comissão de Mortos e Desaparecidos, ex militante da esquerda armada. Foi secretária municipal da Assistência Social no governo Luiza Erundina (prefeitura de São Paulo, 1990-1992). É professora doutora da Faculdade de Serviço Social da PUC – SP (desde 1980).

Eleonora Menecucci de Oliveira é professora titular do Departamento de Medicina Preventiva / EPM da Universidade Federal de São Paulo. Fez Pós-doutorado na Università / Degli Studi di Milano, na Clinica del Lavoro Luigi Devoto na Faculdade de Medicina de Milano de 1995 a 1996.

Verônica Ferreira é mestra em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará, pesquisadora e educadora do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia.

Rivane Arantes é especialista em Direitos Humanos, advogada, educadora e pesquisadora do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia.

Angélica Basthi é jornalista, escritora e mestre em comunicação e cultura pela UFRJ. Tem pós-graduação em História da África e Gestão em Direitos Humanos. Pesquisa na área das relações raciais, com ênfase nas relações de gênero. É ativista social e integra a coordenação da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira-Rio). Atualmente é editora da Revista RET-SUS, da EPSJV/Fiocruz.

Maria Aurea Santa Cruz, feminista, militante, produtora cultural e escritora. Autora dos livros “A musa sem máscara: Imagem da mulher na música popular brasileira”, e “Sertão Des-Encantado”, e dos blogs: <http://\musasem-mascara.blogspot.com> e <http://\sertaodesencantado.blogspot.com>.

Maria Rosa Lombardi é socióloga e pesquisadora na Fundação Carlos Chagas. Tem desenvolvido estudos e pesquisas sobre relações sociais de gênero e de trabalho, e sobre processos de feminização em profissões masculinas.



A presente edição, com tiragem de 1.000 exemplares, foi composta em caracteres Chaparral, e impressa pela Provisual Divisão Gráfica, para o SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, em sistema offset, papel Pólen 80g (miolo) e Triplex 250g (capa). Finalizado em dezembro de 2010.